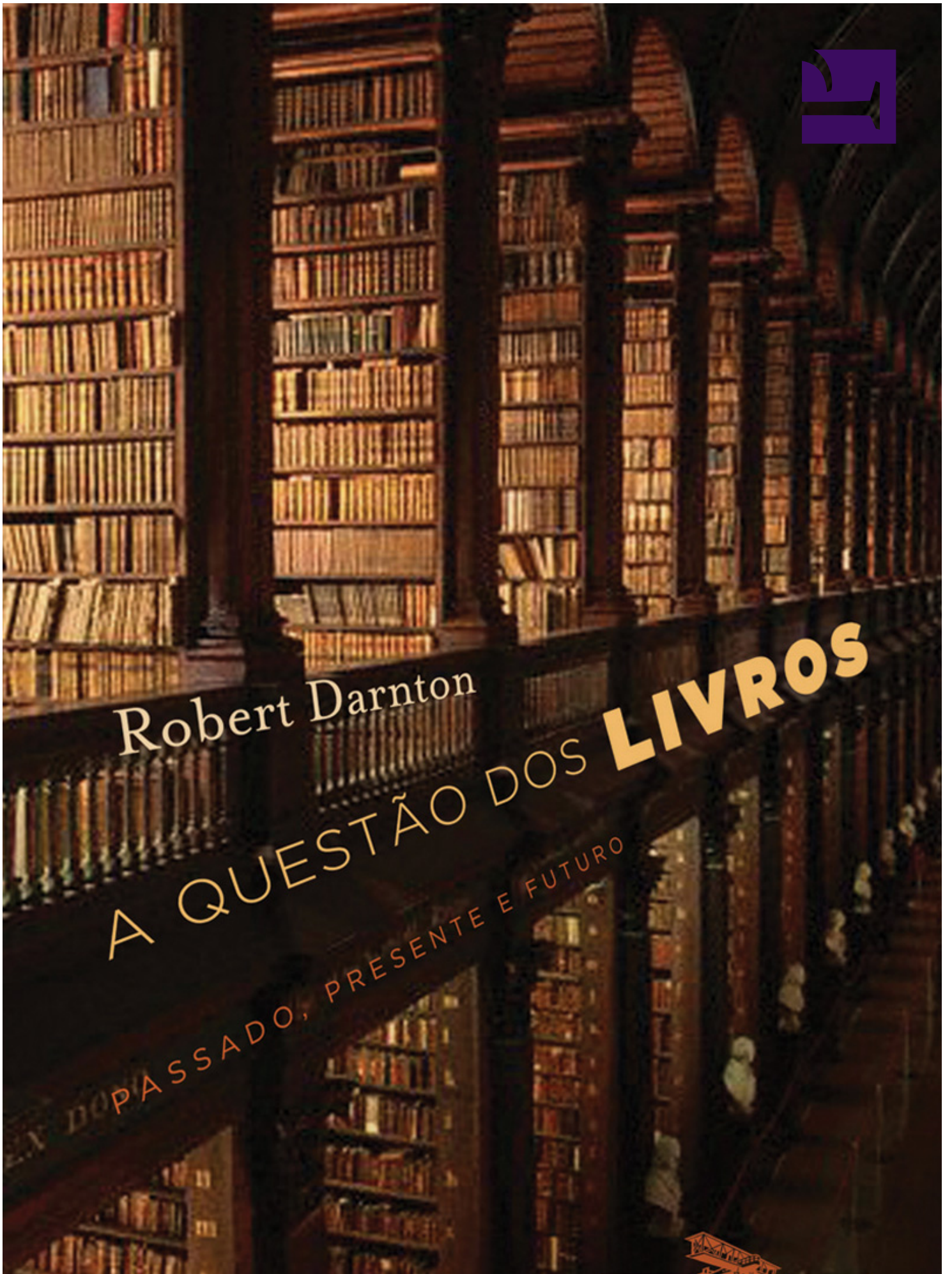

Robert Darnton
A QUESTÃO DOS LIVROS
PASSADO, PRESENTE E FUTURO

ROBERT DARNTON

A questão dos livros

Passado, presente e futuro

Tradução
Daniel Pellizzari

Sumário

Introdução

PARTE I — FUTURO
1. O Google e o futuro do livro
2. O panorama da informação
3. O futuro das bibliotecas
4. Achados e perdidos no ciberespaço

PARTE II — PRESENTE
5. E-books e livros antigos
6. Gutenberg-e
7. Acesso livre

PARTE III — PASSADO
8. Em louvor ao papel
9. A importância de ser bibliográfico
10. Os mistérios da leitura
11. O que é a história do livro?

Bibliografia

Introdução

Este é um livro sobre livros, uma apologia descarada em favor da palavra impressa e seu passado, presente e futuro. É também uma discussão sobre o lugar dos livros no ambiente digital que se tornou uma realidade essencial da vida para milhões de seres humanos. Longe de deplorar os modos eletrônicos de comunicação, quero explorar as possibilidades de aliá-los ao poder desencadeado por Johannes Gutenberg há mais de cinco séculos. O que livros e e-books têm em comum? Que vantagens mútuas conectam as bibliotecas e a internet? Assim resumidas, essas perguntas podem parecer vazias, mas tomam forma concreta nas decisões cotidianas dos envolvidos na indústria da comunicação — webmasters, engenheiros da computação, financistas, advogados, editores, bibliotecários e um número respeitável de leitores comuns.

Como também desempenhei um pequeno papel nisso tudo, ofereço esta antologia de ensaios como ajuda a quem tenta encontrar um caminho no panorama da informação. Meu próprio caminho me levou a um bom número de territórios desconhecidos. Após uma breve carreira de repórter, dedicada quase inteiramente a reportagens policiais para o *Newark Star Ledger* e o *New York Times*, me tornei professor universitário. Passei a maior parte do meu tempo no século XVIII, estudando um tema que se tornou conhecido como

história do livro. Pesquisar sobre o ramo editorial na era do Iluminismo me proporcionou uma oportunidade de observar o trabalho dos editores no mundo moderno. Passei quatro anos no conselho editorial da Princeton University Press e depois quinze anos como gestor da Oxford University Press americana. A sede da OUP na Madison Avenue ofereceu uma determinada visão do ramo editorial, e também de seu lado acadêmico. Passar um verão como acadêmico residente na rede CBS abriu outra perspectiva, do alto de um escritório corporativo na Sexta Avenida. Ser eleito para o conselho administrativo da Biblioteca Pública de Nova York me trouxe de volta ao cerne do mundo do livro, na esquina da Quinta Avenida com a rua 42. A essa altura, eu publicava livros pela W. W. Norton, a uma quadra de distância, e artigos na *New York Review of Books*, do outro lado da cidade, entre a Broadway e a rua 57. Nem com um planejamento cuidadoso eu poderia ter feito um trajeto mais revelador pelo mundo contemporâneo do livro. Mas tudo foi acontecendo de improviso, ao sabor da sorte, enquanto as oportunidades iam surgindo.

Ao longo do caminho, ajudei a lançar duas iniciativas editoriais de minha criação: Electronic Enlightenment [Iluminismo Digital], um banco de dados formado pela correspondência de Voltaire, Rousseau, Franklin e Jefferson (atualmente é vendido pela Voltaire Foundation, de Oxford, como um pacote por assinatura cujo conteúdo diverge um tanto do que eu havia imaginado originalmente); e Gutenberg-e, uma série de monografias eletrônicas produzidas a partir de teses premiadas na área de história (também vendidas mediante assinatura pela editora, a Columbia University Press). Ambos os projetos foram financiados pela Andrew W. Mellon Foundation e serviram de aprendizado sobre a importância de planos de negócios e a possibilidade de promover o bem público a partir de iniciativas do setor privado.

Por fim, me preparei para escrever um e-book de grande alcance sobre os ramos editorial e livreiro na Europa do século XVIII. Antes de preparar um website, porém, recebi um telefonema inesperado do reitor de Harvard. Queria saber se eu aceitaria ser indicado ao cargo de diretor da biblioteca da universidade. Não hesitei muito antes de responder "sim". Era uma oportunidade de fazer alguma coisa em relação aos temas que eu havia estudado como fenômenos históricos. De início, o trabalho não envolvia uma carga muito pesada de gestão. Pelo contrário, esperava-se que eu continuasse pesquisando e dando aulas como professor universitário, deixando o gerenciamento das bibliotecas (as estimativas de seu número variavam de quarenta a 104, dependendo da definição de biblioteca) aos bibliotecários-chefes, via de regra reconhecidos como os melhores em sua profissão. Em julho de 2007, contudo, logo que me mudei para o novo escritório, fiquei sabendo que Harvard estava envolvida em conversas secretas com o Google, a respeito de um projeto que me tirou o fôlego. O Google planejava digitalizar milhões de livros, começando com o acervo de Harvard e outras três bibliotecas universitárias, para então disponibilizar as edições digitais no mercado. Tudo seria baseado num banco de dados que se tornaria a maior biblioteca do mundo, muito mais vasta do que qualquer coisa jamais sonhada desde a biblioteca de Alexandria.

O Google Book Search, como acabou batizado, foi desenvolvido a partir de uma tentativa de chegar a um acordo sobre uma ação judicial movida contra o Google, em setembro e outubro de 2005, por um grupo de autores e editores que afirmavam que a empresa estava infringindo seus copyrights ao digitalizar livros de bibliotecas de pesquisas e disponibilizar trechos na web. Harvard não tinha relação alguma com a ação judicial, mas precisou ser informada a respeito das negociações porque o Google Book Search nunca decolaria sem conquistar a cooperação das bibliotecas que forneceriam os livros a serem digitalizados. Passei uma parte considerável dos meus dois primeiros

anos em Harvard lidando com advogados e me esforçando para compreender as implicações do acordo enquanto ele gradualmente tomava forma. Tudo foi mantido em segredo por força de contrato até que o acordo veio a público em 28 de outubro de 2008. A essa altura, eu já estava consideravelmente instruído a respeito de litígios corporativos e do estranho mundo do Google, onde jovens engenheiros passam o dia sentados em bolas infláveis de borracha, sonhando com algoritmos que permitam buscas sobre qualquer coisa existente. (Durante uma visita a um escritório do Google, perguntei a um funcionário como ele descreveria a hierarquia de status na empresa. "É fácil", ele respondeu. "Primeiro vêm os engenheiros, depois os advogados, depois os cozinheiros.")

Mesmo deslumbrado com essa visão de uma megabiblioteca digital, eu tinha dúvidas sobre permitir que os acervos de livros de Harvard, construídos com imenso esforço e custos enormes desde 1638, fizessem parte de especulações comerciais. Não me opus ao projeto do Google de tornar livros em domínio público disponíveis gratuitamente na internet, mas a empresa planejava vender assinaturas do banco de dados digitalizado, composto de livros protegidos por direito autoral, e dividir a receita com os reclamantes que estavam processando a empresa. Quanto mais eu aprendia sobre o Google, mais a empresa me parecia um monopólio dedicado a conquistar mercados em vez de um aliado natural das bibliotecas, cujo único propósito é preservar e difundir o conhecimento. Tentei explicar as questões suscitadas pelo Google Book Search em dois artigos publicados na *New York Review of Books* e incluídos nesta antologia. Desde então um caloroso debate público se desenvolveu e segue ativo enquanto escrevo. O tribunal que determinará o destino do acordo iniciará seus trabalhos em 7 de outubro de 2009.

Outra questão que me ocupou intensamente em meus dois primeiros anos em Harvard foi uma versão local do movimento mais amplo conhecido como acesso livre. Em colaboração com Stuart Schieber, um cientista da

computação comprometido com a causa do acesso livre, e com o apoio do reitor da universidade, Steven Hyman, defendi uma moção perante o Instituto de Artes e Ciências para disponibilizar gratuitamente na internet todos os artigos científicos produzidos por seus membros. A moção foi aprovada por unanimidade em 12 de fevereiro de 2008. Desde então, moções similares foram adotadas pela Harvard Law School, pela Kennedy School of Government e pela School of Education. Espera-se que os outros institutos que formam a Universidade Harvard sigam o mesmo exemplo, e um "modelo Harvard" de acesso livre está sendo discutido amplamente no mundo acadêmico. Seu caráter compulsório o distingue de outras políticas de acesso livre. Os membros dos institutos precisam conceder uma licença não exclusiva para Harvard, tornando seus artigos livremente acessíveis a partir de um repositório administrado pela biblioteca através do Office for Scholarly Communication. Todos podem optar pela não participação requisitando o documento adequado, que é concedido automaticamente. Em princípio, contudo, estão comprometidos a difundir os resultados de suas pesquisas de forma livre a qualquer pessoa com acesso à internet.

O princípio da abertura fundamenta diversos outros projetos debatidos nos ensaios contidos neste livro. Não espero que meus leitores tenham qualquer interesse particular nos assuntos internos de Harvard, mas a biblioteca da universidade oferece um ponto ideal para lidar com problemas onipresentes no mundo do saber — como sustentar os custos exorbitantes dos periódicos, preservar textos "nascidos digitais", defender o *fair use* de textos por estudantes e incluir websites e e-mail entre as fontes armazenadas para futuras pesquisas. Também há problemas práticos. Como continuar adquirindo livros impressos ao mesmo tempo que se avança na frente digital? Como desenvolver um novo modelo de negócios que liberte os periódicos científicos da especulação comercial de editoras? Como legitimar monografias eletrônicas aos olhos de conservadores convencidos de que um livro só

pode existir em forma impressa? Essas questões se expandem por todo o futuro da difusão do saber. Espero que interessem a um público amplo, ainda que sejam apresentadas na forma em que me surgiram no meu cantinho de um campus universitário.

Acredito que qualquer tentativa de analisar o futuro ao mesmo tempo que lidamos com problemas do presente deva ser norteada pelo estudo do passado. Assim, organizei esta antologia em três seções, começando por especulações sobre o mundo do livro que existirá em cinco ou dez anos e retrocedendo até polêmicas sobre questões atuais e passando dessas a reflexões sobre eras da informação mais antigas, com seus próprios sistemas de comunicação e difusão. Não que estes ensaios tenham sido produzidos para se encaixar numa estrutura pré-fabricada. Foram escritos ao sabor da ocasião, disparados a esmo contra alvos móveis.

Se me permitem uma troca de metáfora, eu afirmaria que um ensaio pode ser usado para analisar um assunto da mesma forma que especialistas em metais perfuram uma substância para verificar sua composição. Ensaios de revisão de literatura são especialmente úteis neste sentido. A seção final deste livro contém três desses ensaios, que escrevi para examinar diferentes aspectos da história do livro: papel, o material básico da literatura do século XV ao XXI; bibliografia, a principal ferramenta para formar uma opinião a respeito de textos; e a leitura, o elemento mais fundamental e misterioso do processo de comunicação. A comunicação em si — a noção de estágios interrelacionados na produção e consumo de livros — é o tema do último capítulo, que tenta caracterizar a história do livro em geral e ilustrar seus métodos a partir da pesquisa em arquivos. Acredito que a história do livro é um dos campos mais vitais das ciências humanas. Talvez seu sucesso expresse um fascínio por um mundo que perdemos, agora que a internet faz o papel impresso parecer arcaico.

É possível, mas o estudo do livro não precisa se limitar a nenhuma tecnologia em especial. Retrocedendo às dimensões históricas do meu tema, espero ajudar o leitor a obter um panorama de longo alcance dos problemas atuais. Embora na minha opinião o estudo da história não renda lições que possam ser aplicadas diretamente em circunstâncias do presente, a imersão no passado é capaz de proporcionar uma perspectiva útil para eventos do presente e do futuro. Hoje as pessoas sentem o chão se movendo sob seus pés, tomando o rumo de uma nova era que será determinada por inovações tecnológicas. Enxergamos a mudança nos padrões comportamentais. Uma geração "nascida digital" está "sempre ligada", conversando por celulares em toda parte, digitando mensagens instantâneas e participando de redes virtuais ou reais. As pessoas mais jovens que passam por você na rua, ou que sentam ao seu lado no ônibus, ao mesmo tempo estão ali e não estão. Sacodem os ombros e batem os pés ao ritmo de uma música que somente elas podem escutar dentro do casulo de seus sistemas digitais. Parecem funcionar de maneira diferente dos mais velhos, cuja orientação em relação a máquinas surge de outra zona do subconsciente. Gerações mais velhas aprenderam a sintonizar girando botões em busca de canais; gerações mais jovens alternam canais de imediato, apertando um botão. A diferença entre girar e alternar pode parecer trivial, mas deriva de reflexos localizados em áreas profundas da memória cinética. Somos guiados pelo mundo mediante uma disposição sensorial chamada de *Fingerspitzengefühl* pelos alemães. Se você foi treinado a guiar uma caneta com seu indicador, observe a maneira como os jovens usam o polegar em seus celulares e perceberá como a tecnologia penetra o corpo e a alma de uma nova geração.

Seria possível que esta mudança de *Fingerspitzengefühl* signifique que em breve os leitores vão parar de folhear livros? Ao que parece, as máquinas de leitura conquistaram um lugar no panorama da informação. Porém a máquina mais antiga de todas, o códice, continua a dominar o mercado de

leitura, e sua fatia está inclusive aumentando. Segundo o *Bowker's Global Books in Print*, 700 mil novos títulos foram publicados no mundo todo em 1998; em 2003 foram 859 mil; em 2007, 976 mil. Apesar da atual crise econômica, em pouco tempo 1 milhão de novos livros serão publicados a cada ano.

A capacidade de resistência do códice à moda antiga ilustra um princípio geral da história da comunicação: uma mídia não toma o lugar de outra, ao menos a curto prazo. A publicação de manuscritos floresceu por muito tempo depois da invenção da prensa móvel por Gutenberg; os jornais não acabaram com o livro impresso; a televisão não destruiu o rádio; a internet não fez os telespectadores abandonarem suas tevês. Assim sendo, seria possível que mudanças tecnológicas ofereçam uma mensagem reconfortante de continuidade, apesar da proliferação de novas invenções?

Não. A explosão dos modos eletrônicos de comunicação é tão revolucionária quanto a invenção da impressão com tipos móveis. Estamos tendo tanta dificuldade em assimilá-la quanto os leitores do século XV ao se confrontarem com textos impressos. Vejamos, por exemplo, uma carta de Niccolò Perotti, um classicista italiano, para Francesco Guarnerio. Foi escrita em 1471, menos de vinte anos depois da invenção de Gutenberg:

> Meu caro Francesco, venho elogiando a época em que vivemos por conta da dádiva grandiosa, realmente divina, do novo tipo de escrita que há pouco nos foi trazido da Alemanha. Vi um único homem imprimir num único mês tanto quanto poderia ser manuscrito por diversas pessoas num ano [...]. Por este motivo, fui levado a crer que em pouco tempo contaríamos com uma quantidade tão vasta de livros que obra alguma seria impossível de obter por conta de raridade ou falta de recursos [...]. Percebo, contudo — oh, esperanças falsas e tão humanas —, que as coisas tomaram um rumo bem diferente do que eu imaginava.

> Como agora qualquer um é livre para imprimir o que bem desejar, em geral desconsideram aquilo que é melhor e escrevem, meramente para se divertir, aquilo que ficaria melhor se fosse esquecido ou, melhor ainda, *apagado* de todos os livros. E, mesmo quando escrevem algo digno, distorcem e corrompem aquilo até um ponto em que bem melhor seria não dispor de tais livros em vez de ter mil exemplares espalhando falsidades pelo mundo todo.[1]

Perotti soa como alguns dos críticos do Google Book Search, entre os quais me incluo, que lamentam as imperfeições textuais e inexatidões bibliográficas no "novo tipo de escrita" que nos foi trazido pela internet. O futuro, seja ele qual for, será digital. O presente é um momento de transição, onde modos de comunicação impressos e digitais coexistem e novas tecnologias tornam-se obsoletas rapidamente. Já estamos assistindo ao desaparecimento de objetos antes familiares: a máquina de escrever, agora relegada a antiquários; o cartão-postal, uma mera curiosidade; a carta manuscrita, além das capacidades da maioria dos jovens, incapazes de escrever em letra cursiva; o jornal diário, extinto em muitas cidades; a livraria local, substituída por redes, por sua vez ameaçadas por distribuidores on-line como a Amazon. E a biblioteca?

Esta pode parecer a instituição mais arcaica de todas. Ainda assim, seu passado guarda bons presságios para seu futuro. Bibliotecas nunca foram depósitos de livros. Sempre foram e sempre serão centros do saber. Sua posição central no mundo do saber as torna ideais para mediar os modos impresso e digital de comunicação. Livros também podem acomodar os dois modos. Impressos em papel ou armazenados em servidores, eles corporificam o saber, e sua autoridade deriva de algo que excede a mera tecnologia que os tornou possíveis. Devem parte de sua autoridade aos escritores, ainda que tenham conquistado respeito muito antes de o culto do autor tomar forma no século XVIII. Como insistem os historiadores do livro, autores escrevem textos, mas

livros são produzidos por profissionais do livro, e esses profissionais exercem funções que vão muito além de manufaturar e difundir um produto. Editores são guardiões de portais, responsáveis por controlar o fluxo do conhecimento. Da variedade sem limites de material suscetível de ser tornado público, selecionam o que, acreditam, irá vender ou deve ser vendido, conforme suas habilidades profissionais e convicções pessoais. Os juízos dos editores, delineados por uma longa experiência no mercado das ideias, determinam aquilo que chega aos leitores, e numa era de sobrecarga de informação os leitores precisam confiar mais do que nunca nesse julgamento. Ao selecionar textos, editá-los, permitir sua legibilidade e trazê-los à atenção dos leitores, os profissionais do livro fornecem serviços que sobreviverão a todas as mudanças tecnológicas.

Assim sendo, é com prazer que ofereço estes ensaios em forma de códice, como palavras impressas sobre papel, e fico feliz que minha editora, PublicAffairs, também vá disponibilizá-los na internet e em áudio. A maior parte destes ensaios foi originalmente publicada na *New York Review of Books*, cujo editor, Robert Silvers, vem corrigindo minha prosa e afiado meus pensamentos há quase quarenta anos. Gostaria de expressar minha gratidão a ele e a Peter Osnos e Clive Priddle, da PublicAffairs, cujas habilidades foram cruciais para transformar estes ensaios em livro.

1 Gostaria de agradecer a Bernard Rosenthal pela gentileza de me enviar a tradução deste trecho para o inglês.

PARTE I
Futuro

1. O Google e o futuro do livro

Nos últimos quatro anos, o Google vem digitalizando milhões de livros pertencentes aos acervos das principais bibliotecas de pesquisa, incluindo muitos ainda protegidos por copyright, e disponibilizando os textos para buscas on-line. Este projeto, conhecido como Google Book Search, detonou uma ação judicial movida por um grupo de autores e editores alegando que a empresa estava violando seus direitos autorais. Após extensas negociações, os reclamantes e o Google chegaram a um acordo que poderá ter um efeito profundo no mundo do livro no futuro próximo. Como será esse futuro?

Ninguém sabe, porque o acordo é tão complexo que fica difícil perceber os contornos legais e econômicos desse novo panorama. Mas nós, responsáveis pelas bibliotecas de pesquisa, temos uma visão clara de um objetivo comum: queremos abrir nossos acervos e torná-los disponíveis a leitores de todos os lugares. Como chegar lá? Talvez a única tática viável seja a prudência: enxergar o mais longe que for possível; manter-se atento à estrada sem esquecer de olhar o espelho retrovisor.

Ao olhar para trás, fixo minha atenção no século XVIII, no Iluminismo, na sua fé no poder do conhecimento e no mundo de ideias em que ele operou — aquilo que os iluministas costumavam chamar de República das Letras.

O século XVIII imaginava a República das Letras como um reino sem polícia, sem fronteiras e sem desigualdades, exceto aquelas determinadas pelo

talento. Qualquer um podia fazer parte dela exercendo os dois atributos principais da cidadania: ler e escrever. Escritores formulavam ideias e leitores as julgavam. Graças ao poder da palavra impressa, esses juízos se difundiam por círculos cada vez mais amplos e venciam os argumentos mais fortes.

A palavra também se difundia através de cartas manuscritas, pois o século XVIII foi uma era grandiosa de intercâmbio epistolar. Ler a correspondência de Voltaire, Rousseau, Franklin e Jefferson — cada uma preenchendo cerca de cinquenta volumes — é como assistir à República das Letras em funcionamento. Esses quatro autores debatiam todas as questões de seu tempo num fluxo constante de cartas que cruzava a Europa e os Estados Unidos numa rede de informação transatlântica.

Aprecio em especial a troca de cartas entre Jefferson e Madison. Eles debatiam sobre tudo, principalmente a Constituição dos Estados Unidos, que Madison ajudava a redigir na Filadélfia enquanto Jefferson representava a nova República em Paris. Muitas vezes escreviam sobre livros, pois Jefferson adorava frequentar as livrarias da capital da República das Letras e com frequência comprava livros para o amigo. Entre essas compras estava a *Encyclopédie*, de Diderot, que Jefferson imaginava ter adquirido por uma pechincha, embora tivesse confundido uma reimpressão com a primeira edição.

Dois futuros presidentes debatendo livros na rede de informação do Iluminismo — é uma visão comovente. Mas, antes que essa imagem do passado seja prejudicada pela emoção, devo acrescentar que a República das Letras só era democrática em princípio. Na prática, era dominada pelos ricos e bem-nascidos. Longe de conseguirem viver do que escreviam, a maioria dos autores precisava cortejar mecenas, solicitar sinecuras, fazer lobby em busca de indicações para periódicos estatais, escapar de censores e usar de subterfúgios para ter acesso aos salões e academias onde reputações eram criadas. Ao mesmo tempo que sofriam humilhações nas mãos de seus superiores sociais, se voltavam uns contra os outros. A rixa entre Voltaire e Rousseau ilustra

bem seus temperamentos. Em 1775, depois de ler o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de Rousseau, Voltaire lhe escreveu: "Monsieur, recebi seu novo livro contra a raça humana [...] Provoca ganas de passar a andar de quatro". Cinco anos mais tarde, Rousseau escreveu a Voltaire: "Monsieur, [...] eu o odeio".

Os conflitos pessoais se misturavam às distinções sociais. Longe de funcionar como uma ágora igualitária, a República das Letras sofria da mesma doença que corroeu todas as sociedades do século XVIII: o privilégio. Os privilégios não se limitavam aos aristocratas. Na França eles se aplicavam a tudo no mundo das letras, inclusive aos ramos de impressão e comércio de livros, dominados por guildas exclusivas, e aos próprios livros, que não podiam ser publicados legalmente sem o privilégio real e a aprovação de um censor impressos na íntegra em seu texto.

Um modo de entender esse sistema é recorrer à sociologia do conhecimento, especialmente à noção de Pierre Bourdieu de literatura como um campo de poder composto de posições que competem entre si dentro das regras de um jogo, que por sua vez está subordinado às forças dominantes da sociedade em geral. Mas não é preciso se alinhar à escola de sociologia de Bourdieu para reconhecer as conexões entre literatura e poder. Na perspectiva de seus participantes, as realidades da vida literária contradiziam os ideais elevados do Iluminismo. Apesar de seus princípios, a República das Letras funcionava de fato como um mundo fechado, inacessível aos desprivilegiados. Ainda assim, quero invocar o Iluminismo como argumento para a abertura em geral e para o acesso livre em particular.

Se passarmos do século XVIII ao presente, enxergaremos uma contradição semelhante entre princípio e prática — bem aqui, no mundo das bibliotecas de pesquisa? Tenho uma colega baixinha e quieta, capaz de trazer à mente o estereótipo mais comum de bibliotecária. Quando conhece pessoas em festas e se identifica, às vezes ouve comentários condescendentes:

"Bibliotecária, que interessante. Como é ser bibliotecária?". Ao que ela responde: "Essencialmente, tudo se resume a dinheiro e poder".

Voltamos a Pierre Bourdieu. E ainda assim a maioria de nós concordaria com os princípios inscritos em lugares de destaque em nossas bibliotecas públicas. "Aberta a Todos", apregoa a inscrição sobre a entrada principal da Biblioteca Pública de Boston; e nas palavras de Thomas Jefferson, gravadas em letras douradas na parede da Trustees' Room da Biblioteca Pública de Nova York: "Encaro a difusão da luz e da educação como o recurso mais confiável para melhorar as condições que promovem a virtude e aumentam a felicidade do homem". Voltamos ao Iluminismo.

Fundamos nossa República com base na fé no princípio central da República das Letras do século XVIII: a difusão da luz. Para Jefferson, o Iluminismo se dava através de autores e leitores, livros e bibliotecas — especialmente bibliotecas, em Monticello, na Universidade da Virgínia e na Biblioteca do Congresso. Essa fé está incorporada na Constituição dos Estados Unidos. A seção 8 do artigo 1º estabelece copyright e patentes somente "por períodos limitados", sujeitos ao propósito maior de promover "o progresso da ciência e das artes úteis". Os Pais Fundadores reconheceram o direito dos autores a uma recompensa justa por seu trabalho intelectual, mas colocaram o bem público acima do lucro privado.

Como calcular a importância relativa desses dois valores? Como sabiam os autores da Constituição, o copyright foi criado na Grã-Bretanha em 1710, por meio do Estatuto de Anne. Seu propósito era refrear as práticas monopolistas da London Stationers' Company, que reunia editores e livreiros, e também, como proclamava seu título, o "encorajamento do saber". Na época, o Parlamento estabeleceu catorze anos para a duração do copyright, renovável apenas uma vez. Os *stationers* tentaram proteger seu monopólio de publicação e comércio de livros defendendo o copyright perpétuo numa longa

série de julgamentos. Acabaram perdendo na sentença definitiva de Donaldson *versus* Beckett, em 1774.

Quando os americanos se reuniram para redigir uma Constituição, treze anos mais tarde, em sua maioria eram favoráveis ao viés que predominara na Inglaterra. Vinte e oito anos parecia tempo suficiente para proteger os interesses de autores e editores. Para além deste limite, deveria prevalecer o interesse público. Em 1790, a primeira lei de copyright — também dedicada ao "encorajamento do saber" — seguiu a prática britânica de adotar um limite de catorze anos, renovável por mais catorze.

Por quanto tempo se estende o copyright nos dias de hoje? De acordo com o Sonny Bono Copyright Term Extension Act de 1998 (também conhecido como "Lei de Proteção a Mickey Mouse", porque Mickey estava prestes a cair em domínio público), ele dura pelo tempo da vida do autor, mais setenta anos. Na prática, isso normalmente significa mais de um século. A maioria dos livros publicados no século XX ainda não entrou em domínio público. Em termos de digitalização, o acesso à nossa herança cultural geralmente se encerra em 1º de janeiro de 1923, data a partir da qual um número imenso de livros está sujeito a leis de copyright. E ali permanecerá — a menos que interesses privados assumam a digitalização, preparem-na para consumo, definam os pacotes através de acordos legais e os vendam para lucro dos acionistas. Na situação atual, por exemplo, *Babbitt*, de Sinclair Lewis, publicado em 1922, está em domínio público, enquanto *Elmer Gantry,* publicado pelo mesmo autor em 1927, só será considerado como tal em 2022.[2]

Descer dos princípios elevados dos Pais Fundadores até as práticas das indústrias culturais de hoje é abandonar o reino do Iluminismo pelo alvoroço do capitalismo corporativo. Se direcionássemos a sociologia do conhecimento para o presente — como fez o próprio Bourdieu —, veríamos que vivemos num mundo criado por Mickey Mouse, selvagem e inóspito.

Essa forma de tomada de consciência faz os princípios do Iluminismo parecerem uma fantasia histórica? Reconsideremos a história. À medida que o Iluminismo esmaecia no início do século XIX, a profissionalização se estabeleceu. É possível acompanhar esse processo comparando a *Encyclopédie* de Diderot, que organizou o conhecimento num todo orgânico dominado pela faculdade da razão, com sua sucessora do final do século XVIII, a *Encyclopédie méthodique*, que dividia o conhecimento em campos ainda hoje reconhecíveis: química, física, história, matemática e muito mais. No século XIX, esses campos se transformaram em profissões, certificadas por doutorados e protegidas por associações profissionais, e se metamorfosearam em departamentos de universidades. Quando o século XX chegou eles já haviam deixado sua marca nos campi — a química tinha sede neste prédio, a física naquele, a história fica aqui, a matemática ali, e no centro de tudo estava uma biblioteca, geralmente projetada para se parecer com um templo do saber.

Ao longo do caminho, periódicos especializados brotaram por todos os campos, subcampos e subsubcampos. Eram produzidos pelas sociedades científicas e comprados pelas bibliotecas. Este sistema funcionou bem por cerca de cem anos. Então as editoras comerciais descobriram que podiam ganhar uma fortuna vendendo assinaturas desses periódicos. Quando uma biblioteca universitária se tornava assinante, alunos e professores passavam a esperar um fluxo ininterrupto de edições. O preço podia ser aumentado à vontade sem que isso gerasse cancelamentos, pois quem pagava pelas assinaturas eram as bibliotecas, não os professores. E o melhor de tudo: os professores forneciam mão de obra gratuita, ou quase isso. Escreviam os artigos, julgavam trabalhos enviados aos periódicos e integravam conselhos editoriais, em parte para difundir conhecimento à moda iluminista, mas principalmente para progredir na própria carreira.

O resultado fica claro no orçamento de aquisições de qualquer biblioteca de pesquisa: a assinatura anual do *Journal of Comparative Neurology* custa atualmente 25910 dólares; a assinatura do *Tetrahedron*, 17969 dólares (ou 39739 dólares, se combinada com outras publicações afins, na forma de pacote *Tetrahedron*); o preço médio de um periódico científico de química é 3490 dólares; e a reação em cadeia prejudicou a vida intelectual em todas as instâncias do mundo do saber. Por causa dos preços abusivos dos periódicos, bibliotecas que gastavam 50% de seu orçamento de aquisições em monografias agora investem 25% ou menos. Editoras acadêmicas, que dependem das vendas para bibliotecas, não conseguem cobrir seus custos publicando monografias. E jovens pesquisadores que precisam publicar para progredir na carreira correm o risco de perecer.

Felizmente, esse cenário da dura realidade da vida no mundo acadêmico está se tornando ultrapassado. Biólogos, químicos e fisicos deixaram de viver em mundos separados; bem como historiadores, antropólogos e especialistas em literatura. O antigo mapa do campus não corresponde mais às atividades de professores e alunos. Está sendo redesenhado por toda parte, e em muitos locais os esquemas interdisciplinares vêm se transformando em estruturas. A biblioteca continua no cerne das coisas, mas fornece alimento para toda a universidade e muitas vezes, através das redes eletrônicas, para os cantos mais distantes do ciberespaço.

A República das Letras do século XVIII se transformou numa República do Saber profissional, e agora está aberta a amadores — amadores no melhor sentido da palavra, amantes do saber espalhados entre a população em geral. A abertura vem operando por toda parte, graças aos repositórios de "acesso livre" de artigos digitalizados disponíveis gratuitamente, à Open Content Alliance, ao Open Knowledge Commons, ao OpenCourseWare, ao Internet Archive e a empreendimentos abertamente amadores, como a Wikipédia.

Agora a democratização do conhecimento parece estar nas pontas dos nossos dedos. Podemos tornar realidade o ideal do Iluminismo.

A esta altura você pode desconfiar que pulei de um gênero tipicamente americano, a lamúria, e fui parar em outro, o entusiasmo utópico. Imagino que seria possível que ambos trabalhassem como uma dialética, se não houvesse o perigo da comercialização. Quando empresas como o Google olham para bibliotecas, não enxergam meros templos do saber. Veem ativos econômicos em potencial, aquilo que chamam de "conteúdo", prontos para serem explorados. Construídos ao longo de séculos a um custo imenso de dinheiro e trabalho, os acervos das bibliotecas podem ser digitalizados em massa a um custo relativamente baixo — milhões de dólares, sem dúvida, mas é pouco comparado ao investimento que receberam.

Bibliotecas existem para promover um bem público: "o encorajamento do saber", a educação "Aberta a Todos". Empresas existem para gerar lucro para seus acionistas — e isso também é uma coisa boa, pois o bem público depende de uma economia rentável. Ainda assim, se permitirmos a comercialização do conteúdo das nossas bibliotecas, não haverá como contornar uma contradição fundamental. Digitalizar acervos e vender o produto de maneiras que não consigam garantir amplo acesso seria repetir o erro cometido quando editoras exploraram o mercado de periódicos científicos, mas numa escala muito maior, pois transformaria a internet num instrumento de privatização de um conhecimento que pertence à esfera pública. Nenhuma mão invisível interviria para corrigir o desequilíbrio entre o bem privado e o bem público. Somente o público pode fazer isso, mas quem é a voz do público? Não os legisladores que cunharam a Lei de Proteção a Mickey Mouse.

Não é possível legislar o Iluminismo, mas podemos determinar as regras do jogo de modo a proteger o interesse público. Bibliotecas representam o bem público. Não são empresas, mas precisam cobrir seus custos. Precisam de um plano de negócios. Pense no velho lema da companhia de eletricidade

Con Edison quando precisou abrir buracos nas ruas de Nova York para alcançar a infraestrutura subterrânea: “Escavar é preciso”. Dizem as bibliotecas: “Digitalizar é preciso”. Mas não de qualquer jeito. Precisamos fazer isso tendo em mente o interesse do público, e isso significa fazer com que os digitalizadores prestem contas aos cidadãos.

Seria ingênuo identificar a internet com o Iluminismo. Ela tem um potencial de difundir conhecimento que ultrapassa qualquer coisa imaginada por Jefferson; mas durante sua construção, link a link, os interesses comerciais não ficaram só assistindo, passivamente. Eles querem controlar o jogo, dominá-lo, tomá-lo para si. Competem entre si, é claro, mas de forma tão feroz que acabam matando uns aos outros. Sua luta pela sobrevivência está levando a um oligopólio; e, não importando quem saia vencedor, essa vitória pode significar uma derrota para o bem público.

Não me entenda mal. Sei que empresas precisam prestar contas aos seus acionistas. Acredito que autores têm direito a pagamento por seu trabalho criativo e que editoras merecem ganhar dinheiro com o valor que agregam aos textos fornecidos pelos autores. Admiro a magia de hardware, software, mecanismos de busca, digitalização e algoritmos para rankings de relevância. Reconheço a importância do copyright, ainda que na minha opinião o Congresso tenha agido melhor em 1790 do que em 1998.

Mas nós tampouco podemos ficar só assistindo, passivamente, como se pudéssemos confiar nas forças do mercado para agir em prol do bem público. Precisamos nos engajar, nos envolver e recuperar o que pertence ao público por direito. Quando digo “nós”, me refiro a nós, o povo, que criamos a Constituição e deveríamos garantir que os princípios iluministas que a norteiam delineiem as realidades cotidianas da sociedade da informação. Sim, é preciso digitalizar. Mas democratizar é ainda mais importante. Precisamos garantir livre acesso à nossa herança cultural. Como fazer isso? Reescrevendo as regras

do jogo, subordinando interesses privados ao bem público e nos inspirando nos primórdios da República para criar uma República Digital do Saber.

E o que provocou estas reflexões lamuriosas e utópicas? O Google Book Search. Há quatro anos, o Google começou a digitalizar livros de bibliotecas de pesquisa, permitindo buscas em textos integrais e tornando obras em domínio público disponíveis na internet sem custo algum para o usuário. Agora, por exemplo, qualquer pessoa em qualquer lugar pode ler e baixar uma cópia digital da primeira edição de *Middlemarch*, de 1871, que pertence ao acervo da Biblioteca Bodleiana, da Universidade de Oxford. Todos lucraram, inclusive o Google, que obteve receita de discretos anúncios ligados ao serviço. A empresa também digitalizou um número cada vez maior de obras de bibliotecas que estavam protegidas por copyright, de modo a fornecer serviços de busca que exibiam pequenos trechos do texto. Em setembro e outubro de 2005, um grupo de autores e editores moveu uma ação popular coletiva contra o Google, alegando violações de copyright. Em 28 de outubro de 2008, após negociações demoradas e secretas, os litigantes anunciaram ter chegado a um acordo, que está sujeito à aprovação do Tribunal Distrital dos Estados Unidos pelo Distrito Sul de Nova York.[3]

O acordo cria um empreendimento chamado Book Rights Registry, um registro de direitos autorais para representar os interesses dos detentores de copyright. O Google venderá acesso a um gigantesco banco de dados composto essencialmente por livros fora de catálogo, mas ainda protegidos por copyright, digitalizados dos acervos de bibliotecas de pesquisa. Faculdades, universidades e outras organizações poderão se tornar assinantes comprando uma "licença institucional" que permitirá acesso ao banco de dados. Uma "licença de acesso público" disponibilizará esse material para bibliotecas públicas, onde o Google fornecerá acesso gratuito aos livros digitalizados num único terminal de computador. Pessoas físicas também poderão acessar e imprimir versões digitalizadas desses livros se comprarem uma "licença de

consumidor" do Google, que cooperará com o registro na distribuição da receita aos detentores de copyright. O Google ficará com 37% e o registro distribuirá 63% entre os detentores dos direitos.

Enquanto isso, o Google continuará disponibilizando livros em domínio público aos seus usuários, seja para ler, baixar ou imprimir, sempre de forma gratuita. Dos 7 milhões de títulos que ele informou ter digitalizado até novembro de 2008, 1 milhão é de obras em domínio público; 1 milhão estão protegidos por copyright e em catálogo; e 5 milhões são livros sob copyright, mas fora de catálogo. Esta última categoria fornecerá a maior parte das obras a serem disponibilizadas pela licença institucional.

Muitos dos livros protegidos por copyright e ainda em catálogo não ficarão disponíveis no banco de dados, a menos que os detentores dos direitos optem por sua inclusão. Continuarão a ser vendidos da maneira tradicional, como livros impressos, e também poderão ser oferecidos a pessoas físicas em edição digital via licença de consumidor para download e leitura, talvez até mesmo em leitores de e-books, como o Sony Reader.

Depois de ler o acordo e absorver seus termos — uma tarefa nada fácil, pois são 134 páginas e quinze apêndices de juridiquês —, é bem possível que o leitor fique abismado: eis uma proposta que pode resultar na maior biblioteca do mundo. Seria, naturalmente, uma biblioteca digital, mas tão gigantesca que faria a Biblioteca do Congresso e todas as bibliotecas nacionais da Europa parecerem minúsculas. Além disso, ao fazer cumprir os termos do acordo com autores e editores, o Google poderia também se tornar a maior empresa livreira do mundo — não uma cadeia de lojas, mas um serviço eletrônico de distribuição que desmataria a Amazon.

Um emprendimento dessa escala está fadado a suscitar os dois tipos de reação que venho discutindo: por um lado, entusiasmo utópico; por outro, lamúrias sobre o perigo de concentrar poder de controlar o acesso à informação.

Quem não se comoveria com a perspectiva de disponibilizar virtualmente todos os livros das maiores bibliotecas de pesquisa dos Estados Unidos a todos os americanos, e talvez até mesmo a todas as pessoas do mundo com acesso à internet? A magia tecnológica do Google não apenas levará os livros até os leitores, mas também abrirá oportunidades extraordinárias para pesquisas, toda uma gama de possibilidades que vão de simples buscas por palavra até complexas garimpagens de textos. Sob certas condições, as bibliotecas participantes serão capazes de usar as edições digitalizadas de seus livros para repor obras danificadas ou perdidas. O Google também criará modos de tornar os textos mais acessíveis a leitores com deficiências.

Infelizmente, seu compromisso de fornecer livre acesso ao seu banco de dados num único terminal de computador em cada biblioteca pública é repleto de restrições: os leitores não poderão imprimir nenhum texto protegido por copyright sem pagar uma taxa aos detentores dos direitos (embora o Google tenha se oferecido para pagar por eles de antemão); e um único terminal dificilmente será suficiente para satisfazer a demanda em grandes bibliotecas. Mas a generosidade do Google será uma dádiva para leitores de cidades pequenas com bibliotecas limitadas, que terão acesso a um número de livros maior que o acervo atual da Biblioteca Pública de Nova York. Ele pode tornar realidade o sonho do Iluminismo.

Mas será que realmente fará isso? Os filósofos do século XVIII encaravam o monopólio como um dos principais obstáculos à difusão do conhecimento — não apenas monopólios em geral, que reprimiam o comércio na visão de Adam Smith e dos fisiocratas, mas monopólios específicos como a Stationers' Company londrina e a guilda dos livreiros de Paris, que sufocavam o livre comércio de livros.

O Google não é uma guilda e não se propôs a criar um monopólio. Pelo contrário, vem buscando um objetivo louvável: promover o acesso à informação. Mas o caráter coletivo e popular do acordo torna o Google invulnerável

à competição. A maioria dos autores e editores americanos que detêm copyright estão automaticamente incluídos neste acordo. Podem escolher ficar de fora; mas, façam o que fizerem, nenhuma outra iniciativa de digitalização poderá ser iniciada sem obter seu consentimento caso a caso (uma impossibilidade prática), ou sem acabar se envolvendo em outra ação coletiva. Se aprovado pelo tribunal — um processo que pode levar até dois anos —, o acordo concederá ao Google, na prática, controle sobre a digitalização de todos os livros protegidos por copyright nos Estados Unidos.

De início, ninguém previu este resultado. Relembrando o processo de digitalização desde os anos 1990, agora se percebe que desperdiçamos uma grande oportunidade. Uma iniciativa do Congresso e da Biblioteca do Congresso, ou de uma ampla aliança de bibliotecas de pesquisa apoiada por uma coalizão de fundações, poderia ter realizado esse trabalho a um custo viável e estruturado o processo de modo a deixar o interesse público em primeiro lugar. Dividindo os custos de diversas maneiras — uma taxa de locação baseada no volume de uso de um banco de dados, ou uma linha de financiamento do National Endowment for the Humanities ou da Biblioteca do Congresso —, poderíamos ter proporcionado uma fonte de renda legítima a autores e editores, mantendo, ao mesmo tempo, um repositório de acesso livre ou com acesso baseado em tarifas razoáveis. Poderíamos ter criado uma Biblioteca Digital Nacional, o equivalente à Biblioteca de Alexandria no século XXI. Agora é tarde. Não só deixamos de reconhecer essa possibilidade como também — o que é ainda pior — estamos permitindo que uma questão de políticas públicas — o controle do acesso à informação — seja determinada por uma ação judicial privada.

Enquanto o poder público cochilava, o Google tomou a iniciativa. Não foi ele que resolveu decidir o assunto no tribunal. A empresa foi cuidando de sua vida, escaneando livros em bibliotecas; fez isso com tanta eficácia que despertou o apetite alheio por um quinhão dos lucros potenciais. Ninguém

deveria questionar o direito de autores e editores à receita de direitos que lhes pertencem; nem seria adequado fazer julgamentos superficiais sobre as partes litigantes da ação. O juiz do tribunal distrital determinará a validade do acordo, mas trata-se essencialmente de uma questão de dividir lucros, e não de promover o interesse público.

Como consequência inesperada, o Google agora desfrutará do que só pode ser chamado de monopólio — um novo tipo de monopólio, não de ferrovias ou aço, mas de acesso à informação. Ele não tem concorrentes dignos de nota. A Microsoft desistiu de seu grande programa de digitalização de livros há vários meses, e iniciativas como o Open Knowledge Commons (antes conhecido como Open Content Alliance) e o Internet Archive são diminutos e ineficientes quando comparados ao Google. Apenas o Google tem os fundos necessários para digitalizar numa escala maciça. E, após o acordo com autores e editores, poderá explorar seu poder financeiro protegido por uma barreira legal, pois a ação coletiva engloba a classe de autores e editores por inteiro. Nenhum novo empreendedor, mesmo que tenha recursos, conseguirá digitalizar livros dentro desse território cercado, uma vez que teria de lutar novamente pelos copyrights. Se o acordo for mantido pelo tribunal, somente o Google estará protegido das responsabilidades legais acerca do copyright.

O histórico do Google sugere que a empresa não abusará de seu poder fiscal e legal. Mas o que acontecerá se os atuais dirigentes venderem a empresa ou se aposentarem? O público descobrirá a resposta nos preços cobrados pelo Google do futuro, especialmente os preços das licenças de assinatura institucional. O acordo deixa o Google livre para negociar com cada um de seus clientes, embora anuncie ser norteado por dois princípios: “1) a efetivação da receita em valores de mercado para cada Livro e licença em favor dos Detentores dos Direitos, e 2) a efetivação de amplo acesso aos Livros pelo público, incluindo as instituições de ensino superior”.

O que acontecerá se o Google der preferência à lucratividade em detrimento do acesso? Nada, se li corretamente os termos do acordo. Apenas o registro, agindo em prol dos detentores dos direitos, tem o poder de forçar uma mudança nos preços de assinaturas cobrados, e não existe motivo para esperar que o registro proteste se os preços ficarem altos demais. O Google pode escolher ser generoso com seus preços, e tenho motivos para esperar que seja o caso; mas pode também empregar uma estratégia comparável àquela que se tornou tão eficaz em inflacionar os preços dos periódicos acadêmicos: primeiro atrair assinantes com preços baixos, para em seguida, quando estes já estiverem conquistados, aumentar os preços até o patamar mais alto suportável pelo comércio.

Defensores do livre mercado podem argumentar que o mercado regulará a si mesmo. Se o Google cobrar valores altos demais, os clientes cancelarão suas assinaturas e os preços cairão. Mas não existe uma relação direta entre oferta e demanda no mecanismo de licenças institucionais vislumbrado no acordo. Alunos, professores e usuários de bibliotecas públicas não vão pagar pelas assinaturas. O pagamento virá das bibliotecas; e, se elas não arranjarem dinheiro suficiente para renovar as assinaturas, poderão ter de lidar com protestos ferozes de leitores já acostumados ao serviço do Google. Em face dos protestos, provavelmente cortarão outros serviços, incluindo a aquisição de livros, como fizeram quando as editoras aumentaram gradativamente o preço dos periódicos.

Ninguém pode prever o que acontecerá. Podemos apenas ler os termos do acordo e dar palpites sobre o futuro. Se o Google tornar disponíveis, a um preço razoável, os acervos combinados de todas as principais bibliotecas americanas, quem não irá aplaudir? Será que não é preferível um mundo em que esse corpus imenso de livros digitalizados esteja disponível, ainda que a um preço alto, a um mundo em que ele não exista?

Talvez, mas o acordo cria uma mudança fundamental no mundo digital ao consolidar o poder nas mãos de uma única empresa. Exceto pela Wikipédia, o Google já controla os meios de acesso à informação on-line da maioria dos americanos, queiram eles descobrir coisas sobre pessoas, bens, lugares ou praticamente qualquer coisa. Além do "Grande Google" original, temos o Google Earth, o Google Maps, o Google Images, o Google Labs, o Google Finance, o Google Arts, o Google Food, o Google Sports, o Google Health, o Google Checkout, o Google Alerts e muitos outros empreendimentos do Google que estão a caminho. Agora o Google Book Search promete criar a maior biblioteca e o maior negócio livreiro que já existiu.

Quer eu tenha entendido corretamente o acordo ou não, seus termos são interligados de maneira tão próxima que seria impossível separá-los. A esta altura, nem o Google, nem os autores, nem os editores nem o tribunal distrital modificarão o acordo de qualquer modo substancial. E, ainda assim, este é também um momento crucial no desenvolvimento daquilo que chamamos de sociedade da informação. Se desequilibrarmos as coisas neste momento, interesses privados poderão sobrepujar o bem público por todo o futuro próximo, e o sonho do Iluminismo poderá se tornar tão fugidio quanto sempre foi.

2 O Copyright Term Extension Act de 1998 aumentou retroativamente em vinte anos a proteção para livros publicados após 1º de janeiro de 1923. Infelizmente, a situação do copyright de livros publicados no século XX fica ainda mais complexa por causa de leis que o ampliaram onze vezes nos últimos cinquenta anos. Detentores de direitos precisavam renová-los, até que uma lei aprovada pelo Congresso em 1992 cancelou essa exigência para livros publicados entre 1964 e 1977, quando, segundo a Lei de Copyright de 1976, seus copyrights durariam pela vida do autor mais cinquenta anos. A lei de 1998 ampliou essa proteção para a duração da vida do autor mais setenta anos. Assim, todos os livros publicados após 1963 seguem protegidos por copyright, e um número desconhecido — em razão de informações insuficientes sobre a morte de autores e detentores de direitos — de obras publicadas entre 1923 e 1964 também continua

protegido. Ver o artigo de Paul A. David e Jared Rubin, "Restricting access to books on the internet: Some unanticipated effects of U. S. copyright legislation", publicado na *Review of Economic Research on Copyright Issues*, vol. 5, nº 1 (2008).

3 O texto integral do acordo pode ser lido em <www.googlebooksettlement.com/agreement.html>.

2. O panorama da informação

A informação vem explodindo ao nosso redor com tanta fúria e a tecnologia de informação está mudando a uma velocidade tão impressionante que somos forçados a encarar um problema fundamental: como nos orientarmos neste novo panorama? Por exemplo: o que será das bibliotecas de pesquisa diante de maravilhas tecnológicas como o Google? Como entender isso tudo? Não tenho uma resposta para esse problema, mas posso sugerir uma forma de abordá-lo: analisando a história das maneiras usadas para transmitir a informação. Simplificando as coisas radicalmente, é possível afirmar que houve quatro mudanças fundamentais na tecnologia da informação desde que os humanos aprenderam a falar.

Em algum momento, por volta de 4000 a. C., os humanos aprenderam a escrever. Os hieróglifos egípcios datam de aproximadamente 3200 a. C., e a escrita alfabética surgiu em mais ou menos 1000 a. C. Segundo pesquisadores como Jack Goody, a invenção da escrita foi o avanço tecnológico mais importante da história da humanidade. Ela transformou a relação do ser humano com o passado e abriu caminho para o surgimento do livro como força histórica.

A história do livro levou a uma segunda mudança tecnológica quando o códice substituiu o pergaminho, logo após o início da era cristã. Por volta do século III, o códice — isto é, livros com páginas que são viradas, em oposição

a rolos de papiro que são desenrolados — se tornou crucial para a difusão do cristianismo. Ele transformou a experiência de leitura: a página surgiu como unidade de percepção e os leitores se tornaram capazes de folhear um texto claramente articulado, que logo passou a incluir palavras diferenciadas (isto é, palavras separadas por espaços), parágrafos e capítulos, além de sumários, índices e outros auxílios à leitura.

O códice, por sua vez, foi transformado pela invenção da impressão com tipos móveis, na década de 1450. Sim, os chineses desenvolveram tipos móveis por volta de 1045 e os coreanos utilizavam caracteres metálicos em vez de blocos de madeira por volta de 1230. Mas, ao contrário das inovações surgidas no Extremo Oriente, a invenção de Gutenberg se propagou de forma avassaladora, deixando o livro ao alcance de círculos cada vez mais amplos de leitores. Ainda que a tecnologia de impressão não tenha sofrido mudanças por quase quatro séculos, o público leitor ficou cada vez maior graças a melhorias na alfabetização, educação e acesso à palavra impressa. Panfletos e jornais, produzidos em impressoras a vapor com papel feito com polpa de madeira em vez de trapos, ampliaram o processo de democratização de modo a permitir o surgimento de um público de massa durante a segunda metade do século XIX.

A comunicação eletrônica, a quarta grande mudança, aconteceu ontem — ou anteontem, dependendo dos seus parâmetros. A internet, pelo menos como termo, data de 1974. Foi desenvolvida a partir da ARPANET, surgida em 1969, e de experimentos anteriores com comunicação entre redes de computadores. A web teve início em 1991, como uma ferramenta de comunicação entre físicos. Websites e mecanismos de busca se tornaram comuns na metade da década de 1990. E a partir desse ponto todos conhecem a sucessão de nomes que transformaram a comunicação eletrônica numa experiência cotidiana: Gopher, Mosaic, Netscape, Internet Explorer, e Google, fundado em 1998.

Disposta dessa forma, a velocidade das mudanças é de tirar o fôlego: da escrita ao códice foram 4300 anos; do códice aos tipos móveis, 1150 anos; dos tipos móveis à internet, 524 anos; da internet aos buscadores, dezessete anos; dos buscadores ao algoritmo de relevância do Google, sete anos; e quem pode imaginar o que está por vir no futuro próximo?

Cada mudança na tecnologia transformou o panorama da informação, e essa aceleração prosseguiu num ritmo que parece incontrolável e incompreensível. Numa visão de longo alcance — aquilo que os historiadores franceses chamam de *la longue durée* —, o panorama geral parece bem claro — ou melhor, estonteante. Ao alinhar os fatos desta maneira, porém, fiz com que eles levassem a uma conclusão excessivamente dramática. Historiadores, tanto americanos quanto franceses, costumam recorrer a esses truques. Reorganizando os fatos é possível chegar a um panorama diferente, que enfatiza a continuidade em vez da mudança. Tenho em mente a continuidade que diz respeito à natureza da informação em si, ou, em outros termos, à instabilidade inerente aos textos. No lugar da visão de longo alcance das transformações tecnológicas, que sustenta a noção generalizada de que acabamos de entrar numa nova era, minha intenção é argumentar que todas as eras foram uma era da informação, cada uma a seu modo, e que a informação sempre foi instável.

Vamos começar pela internet e recuar no tempo. Mais de 1 milhão de blogs foram criados nos últimos anos. Proporcionaram o surgimento de uma coleção riquíssima de histórias sobre a difusão de informações incorretas, algumas das quais soam como lendas urbanas. Acredito, contudo, que a história a seguir é verdadeira, embora não possa garantir sua precisão, pois eu mesmo a recolhi na internet. O jornal humorístico *The Onion* publicou uma sátira onde informava que um arquiteto havia criado um novo tipo de prédio em Washington, D. C. — um prédio com cúpula conversível. Em dias ensolarados, bastaria apertar um botão para abrir a cúpula, revelando algo

parecido com um estádio de futebol. Em dias de chuva, o prédio lembraria o Congresso. Essa história viajou de um website a outro até chegar na China, onde acabou publicada pelo jornal impresso *Beijing Evening News.* Em seguida foi publicada pelo *Los Angeles Times*, pelo *San Francisco Chronicle*, pela Reuters, pela CNN, pela Wired.com e por incontáveis blogs sob forma de matéria sobre a visão chinesa dos Estados Unidos: eles pensam que vivemos em prédios conversíveis, da mesma forma que dirigimos carros conversíveis.

Outras histórias contadas sobre blogs apontam para a mesma conclusão: blogs criam notícias, e notícias podem assumir a forma de uma realidade textual que supera a realidade que está bem à nossa frente. Hoje muitos repórteres passam mais tempo acompanhando blogs do que consultando fontes mais tradicionais, como porta-vozes de autoridades. Na era da informação, a notícia se desprendeu de seus alicerces tradicionais, criando possibilidades de disseminar informações errôneas em escala global. Vivemos num tempo de acessibilidade sem precedentes a informações cada vez mais não confiáveis. Seria mesmo verdade?

Eu argumentaria que notícias sempre foram um artefato, e nunca corresponderam exatamente ao que realmente aconteceu. Encaramos a primeira página do jornal de hoje como um espelho dos acontecimentos de ontem, mas ela é, literalmente, um diagrama montado no início da noite anterior por diagramadores que montaram a primeira página seguindo convenções arbitrárias: matéria principal na coluna da extrema direita, matérias secundárias à esquerda, matérias de comportamento ou *faits divers* no interior do jornal ou abaixo da dobra, matérias especiais destacadas por manchetes diferenciadas. O design tipográfico orienta o leitor e molda o sentido das notícias. As notícias propriamente ditas assumem a forma de narrativas redigidas por profissionais segundo convenções aprendidas durante seu treinamento — a técnica da "pirâmide invertida", o lead, os códigos específicos para cada tipo de fonte

e assim por diante. Notícias não são o que aconteceu, mas uma história sobre o que aconteceu.

Naturalmente, muitos repórteres se esforçam ao máximo para serem precisos, mas precisam se adequar às convenções do seu ofício e algo sempre escapa entre sua escolha de palavras e a natureza de um acontecimento que foi vivido ou observado por outros. Pergunte a qualquer participante de algo que tenha virado notícia. Comentarão que não reconhecem a si mesmos nem ao acontecimento na matéria publicada. Na União Soviética, os leitores mais sofisticados aprenderam a desconfiar de tudo que aparecia no *Pravda*, e até mesmo a reconhecer certas ausências como sinal de que algo estava acontecendo. Em 31 de agosto de 1980, quando Lech Walesa assinou com o governo polonês o acordo que criou o Solidariedade como sindicato independente, de início os poloneses se recusaram a acreditar — não porque tenham deixado de receber a notícia, mas porque ela foi veiculada no canal de televisão controlado pelo Estado.

Também fui repórter. Era um jovem universitário quando comecei meu treinamento em 1959, cobrindo a central de polícia de Newark. Embora tivesse trabalhado em jornais estudantis, não sabia o que era notícia ou não — ou seja, que acontecimentos renderiam uma matéria e que combinação de palavras acabaria impressa depois de passar pelo editor noturno. Os acontecimentos chegavam até nós na forma de "*squeal sheets*", relatórios datilografados das ligações recebidas pelas telefonistas da central. *Squeal sheets* englobavam tudo, de cães desaparecidos a homicídios, e se acumulavam ao ritmo de uma dúzia a cada meia hora. Meu trabalho consistia em buscar esses relatórios com um tenente do segundo andar, folhear tudo em busca de algo que pudesse ser notícia e depois informar as matérias em potencial aos repórteres veteranos de diversos jornais, que ficavam jogando pôquer na sala de imprensa do térreo. A sala do pôquer servia como filtro de notícias. Algum repórter me avisava se algo que eu tivesse selecionado parecesse valer a pena

investigar. Eu mesmo fazia essa investigação, geralmente telefonando para departamentos específicos, como homícidios. Se as informações fossem boas o suficiente, eram transmitidas por mim para a sala do pôquer, cujos jogadores, por sua vez, as transmitiam para suas redações por telefone. Mas somente algo realmente bom — ou seja, algo que cidadãos comuns achariam ruim — merecia interromper o interminável jogo de pôquer. Naquela sala, o interesse principal de todos era o pôquer — mas não o meu: eu não tinha recursos para jogar (cada partida custava um dólar, muito dinheiro naquela época) e precisava desenvolver meu faro jornalístico.

Logo aprendi a desconsiderar os DOAS (*dead on arrival*: mortos ao chegar, ou seja, mortes comuns) e assaltos a postos de gasolina, mas levei um bom tempo para descobrir o que eram coisas realmente "boas", como um assalto com reféns numa loja respeitável ou a ruptura de um cano d'água num lugar central. Certo dia li uma *squeal sheet* tão boa — combinava estupro e assassinato — que acabei telefonando direto para a equipe de homicídios, sem antes passar na sala do pôquer. Quando mostrei o relatório ao tenente em serviço, ele me encarou com desprezo. "Não viu isto aqui, rapaz?", comentou, apontando para um *N* entre parênteses depois dos nomes da vítima e do suspeito. Só então percebi que todos os nomes eram sempre acompanhados por um *N* ou um *B*. Eu ainda não sabia que crimes que envolviam negros não eram considerados notícia.

Por ter aprendido a produzir notícias, agora desconfio de jornais como fonte de informação. Muitas vezes fico surpreso com historiadores que os utilizam como fontes primárias para descobrir o que realmente aconteceu. Na minha opinião, jornais devem ser lidos em busca de informações a respeito de como os acontecimentos eram interpretados pelas pessoas da época, em vez de representarem fontes confiáveis dos acontecimentos em si. Um exemplo: um dos meus alunos de pós-graduação, Will Slauter, estudou as notícias produzidas durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos. Will

analisou como os relatos da derrota de Washington na batalha de Brandywine foram veiculados na imprensa americana e europeia. No século XVIII, as notícias geralmente vinham de parágrafos isolados, em vez de na forma de "matérias" que hoje conhecemos. Todos os jornais republicavam boa parte desses parágrafos uns dos outros, incluindo material adicional reunido através de conversas em cafés ou relatados por capitães de navio que voltavam de viagem. Um jornal legalista de Nova York publicou as primeiras notícias de Brandywine, incluindo uma carta de Washington informando o Congresso de que ele havia sido forçado a bater em retirada diante das forças britânicas comandadas pelo general William Howe. Um exemplar desse jornal seguiu viagem a bordo de um navio de Nova York a Edimburgo, passando por Halifax e Glasgow, onde o parágrafo e a carta foram republicados por um jornal local.

Essa reimpressão de Edimburgo foi então republicada em diversos jornais londrinos, sofrendo mudanças sutis a cada impressão. Foram mudanças importantes, porque especuladores faziam apostas vultosas sobre os rumos da guerra nos Estados Unidos. Além disso, o governo estava prestes a apresentar um orçamento ao Parlamento, onde a oposição pró-americana ameaçava derrubar o primeiro-ministro Lord North. Distantes quase 5 mil quilômetros, ou quatro a seis semanas de navio, os acontecimentos nos Estados Unidos eram cruciais para a solução dessa crise financeira e política.

E o que de fato aconteceu? Os londrinos tinham aprendido a desconfiar de seus jornais, que frequentemente distorciam as notícias ao roubarem parágrafos uns dos outros. Como o parágrafo original tinha origem num jornal americano legalista, foi considerado suspeito pelo público leitor. Seu trajeto mirabolante o tornou ainda mais questionável: ora, por que Washington anunciaria sua derrota se Howe ainda não havia informado sua vitória num relatório enviado diretamente da Filadélfia, próxima do cenário dos acontecimentos? Além disso, alguns relatos mencionavam que Lafayette tinha se

ferido na batalha. Isso parecia impossível para os leitores britânicos, que acreditavam (erroneamente, graças a informações anteriores equivocadas) que Lafayette estava muito longe de Brandywine, combatendo o general John Burgoyne perto do Canadá.

E, por fim, leituras atentas da carta de Washington revelavam toques estilísticos que não poderiam ter saído da pena de um general. Mais tarde um deles se revelou um erro tipográfico. Assim, muitos londrinos concluíram que a notícia era uma fraude, criada para promover os interesses de especuladores e políticos conservadores — especialmente à medida que a cobertura da imprensa foi inflando cada vez mais, graças aos sucessivos plágios. Alguns jornais de Londres afirmaram que essa derrota pouco importante havia sido uma enorme catástrofe para os americanos, encerrada com a aniquilação do exército rebelde e a morte do próprio Washington. (Washington, a propósito, foi declarado morto quatro vezes durante a cobertura da guerra, e Benedict Arnold teve sua morte anunciada 26 vezes pela imprensa londrina).

Le Courrier de l'Europe, um jornal francês produzido em Londres, publicou um resumo traduzido das notícias inglesas com uma nota alertando que provavelmente eram falsas. Essa versão dos acontecimentos passou por uma dezena de jornais franceses produzidos nos Países Baixos, na Renânia, na Suíça e na própria França. Quando chegou em Versalhes, a notícia da derrota de Washington já estava completamente desacreditada. Por causa disso, o conde de Vergennes, ministro das Relações Exteriores da França, seguiu favorável à intervenção em favor dos Estados Unidos. E, quando a notícia enviada por Howe a respeito de sua vitória finalmente chegou em Londres após um longo atraso (ele ficou duas semanas sem dar notícias), acabou eclipsada por uma notícia mais impressionante: a derrota de Burgoyne em Saratoga. Assim, a derrota em Brandywine se transformou num caso de notícia mal escrita e mal interpretada — um acontecimento sem importância jornalística cujo sentido foi determinado por seu processo de difusão, como a

repercussão da notícia sobre a cúpula conversível em blogs e a filtragem de relatórios criminais na central de polícia de Newark.

A informação nunca foi estável. Isso pode ser um truísmo, mas merece reflexão. Pode ser útil para repensar a crença de que a aceleração das mudanças tecnológicas nos catapultou até uma nova era, na qual a informação saiu inteiramente de controle. Acredito que a nova tecnologia de informação deveria nos forçar a reconsiderar o próprio conceito de informação. Não deveríamos encará-la como se assumisse a forma de fatos objetivos ou pepitas de realidade prontas para serem garimpadas em jornais, arquivos e bibliotecas, mas como mensagens que são constantemente remodeladas em seu processo de difusão. Em vez de lidar com documentos fixos e estabelecidos, precisamos lidar com textos múltiplos, mutáveis. Estudando-os com ceticismo nas telas de nossos computadores, podemos aprender a ler nosso jornal diário de forma mais eficiente — e até mesmo a apreciar livros antigos.

Bibliógrafos adotaram essa visão muito antes da internet. Foi desenvolvida por sir Walter Greg no final do século XIX e aperfeiçoada por Donald McKenzie no final do século XX. O trabalho deles fornece uma resposta para as questões levantadas por blogueiros, *googlers* e outros entusiastas da world wide web: por que preservar mais de um exemplar de um livro? Por que gastar enormes quantias na compra de primeiras edições? Como agora tudo estará disponível na internet, os acervos de livros raros não estariam condenados à obsolescência? Os incrédulos consideravam a determinação de Henry Clay Folger de reunir o máximo de exemplares do Primeiro Fólio de Shakespeare um mero capricho de excêntrico. Publicado em 1623, sete anos após a morte do dramaturgo, o Primeiro Fólio reúne a coleção mais antiga de suas peças, mas a maioria dos colecionadores julgavam que um exemplar seria suficiente para uma biblioteca de pesquisa. Quando a coleção de Folger ultrapassou as três dúzias de exemplares, seus amigos riram dele e o apelidaram de Forty Folio Folger, Folger Quarenta Fólios. Desde então, contudo,

bibliógrafos têm garimpado esse acervo em busca de informações cruciais, não apenas para editar as peças mas também para montá-las.

Foi demonstrado que dezoito das 36 peças do Primeiro Fólio nunca haviam sido impressas. Quatro eram conhecidas somente através de edições defeituosas conhecidas como quartos "ruins" — livretos com peças individuais impressos quando Shakespeare era vivo, muitas vezes por editores inescrupulosos que utilizavam versões adulteradas das peças. Doze foram reimpressas em forma modificada a partir de quartos de relativa boa qualidade; e apenas duas foram reimpressas sem nenhuma modificação a partir das primeiras edições em quarto. Como nenhum dos manuscritos de Shakespeare chegou até nós, as diferenças entre esses textos podem ser cruciais para determinar o que ele de fato escreveu. Mas o Primeiro Fólio não pode ser simplesmente cotejado com os quartos, pois todos os exemplares do Fólio são diferentes entre si. Ao ser impresso na gráfica de Isaac Jaggard em 1622 e 1623, o livro passou por três edições muito diferentes. Alguns exemplares não incluíam *Tróilo e Créssida*, alguns tinham uma versão completa de *Tróilo*, outras traziam o texto principal de *Tróilo* sem o prólogo e com o final rasurado de *Romeu e Julieta* no verso da folha que continha a primeira cena de *Tróilo*.

Somam-se a essas diferenças pelo menos cem correções de última hora e os procedimentos peculiares dos pelo menos nove tipógrafos que prepararam o texto ao mesmo tempo que cuidavam de outros trabalhos — e ocasionalmente abandonavam Shakespeare à incompetência de um aprendiz adolescente. Estudando as variações entre os textos, bibliógrafos como Charlton Hinman e Peter Blayney reconstruíram o processo de produção e chegaram a conclusões convincentes a respeito das obras mais importantes da língua inglesa. Esse estudo minucioso não seria possível sem os Fólios do sr. Folger.

Shakespeare, naturalmente, é um caso especial. Ainda assim, a estabilidade textual nunca existiu nas eras pré-internet. A edição mais amplamente

difundida da *Encyclopédie*, de Diderot, na França do século XVIII continha centenas de páginas que não existiam na edição original. Foi editada por um clérigo que ampliou o texto com excertos de um sermão de seu bispo, de modo a ganhar favor deste. Voltaire considerava a *Encyclopédie* tão imperfeita que estruturou sua última grande obra, *Questions sur l'Encyclopédie*, como uma continuação em nove volumes da obra. Para dar mais sabor ao texto e ampliar sua difusão, colaborou com piratas sem informar seu próprio editor, adicionando trechos às edições falsificadas.

Na verdade, Voltaire mexia tanto em seus textos que os livreiros passaram a reclamar. Assim que vendiam a edição de uma obra, outra surgia, com ampliações e correções feitas pelo autor. Os compradores protestavam. Alguns até afirmavam que nunca comprariam uma edição das obras completas de Voltaire — e houve muitas, todas diferentes entre si — antes que ele morresse, um acontecimento muito esperado por todos os envolvidos no comércio de livros.

Nos primórdios da Europa moderna, a pirataria era tão generalizada que os livros mais vendidos não tinham como ter o mesmo desempenho dos *blockbusters* de hoje. Em vez de os livros serem produzidos em massa por um único editor, diversas edições limitadas eram impressas simultaneamente por vários, todos se esforçando ao máximo para lucrar o quanto podiam num mercado sem as restrições impostas pelo copyright. Poucos piratas se esforçavam para produzir falsificações perfeitas das edições originais. Trechos eram resumidos, outros eram ampliados e obras inteiras eram reescritas sem nenhum critério ou preocupação com as intenções do autor. Eles agiam como desconstrucionistas *avant la lettre*.

A questão da estabilidade textual leva a uma questão mais generalizada sobre o papel das bibliotecas de pesquisa na era da internet. Não posso fingir ter respostas fáceis, mas gostaria de colocar essa questão em perspectiva

discutindo duas visões de biblioteca que eu descrevia como ilusões grandiosas — grandiosas e parcialmente verdadeiras.

Para estudantes dos anos 1950, as bibliotecas pareciam cidadelas do saber. O conhecimento vinha embalado entre capas duras, e uma grande biblioteca parecia contê-lo integralmente. Subir os degraus da Biblioteca Pública de Nova York, cruzar os leões de pedra que vigiam sua entrada e adentrar a monumental sala de leitura do terceiro andar era penetrar num mundo que incluía tudo que se podia conhecer. O conhecimento vinha organizado em categorias-padrão, que podiam ser vasculhadas em catálogos de fichas e nas páginas dos livros. Em quase todas as universidades, a biblioteca ficava no centro do campus. Era o prédio mais importante, um templo delimitado por colunas clássicas, onde a leitura era feita em silêncio: nada de barulho, nada de comida, nenhuma perturbação, no máximo um olhar furtivo para uma paquera em potencial curvada sobre um livro em contemplação silenciosa.

Hoje os estudantes ainda respeitam suas bibliotecas, mas as salas de leitura estão quase vazias em alguns campi. Para voltar a atrair os alunos, alguns bibliotecários lhes oferecem poltronas para relaxar e conversar, até mesmo bebidas e lanches, sem se importar com os farelos. Estudantes modernos ou pós-modernos fazem a maior parte de suas pesquisas nos computadores de seus quartos. Para eles o conhecimento está on-line, não em bibliotecas. Sabem que as bibliotecas nunca poderão conter tudo entre suas paredes, porque a informação é infinita e se estende por todos os cantos da internet, e para encontrá-la é preciso usar um mecanismo de busca, não um catálogo de fichas. Mas isso também pode ser uma ilusão grandiosa — ou, encarando de modo positivo, é possível dizer algo de bom sobre ambas as visões: a biblioteca como uma cidadela e a internet como espaço aberto. Chegamos aos problemas levantados pelo Google Book Search.

Em 2006, o Google assinou acordos com cinco grandes bibliotecas de pesquisa — a Biblioteca Pública de Nova York, a Bodleiana, de Oxford, e as

bibliotecas de Harvard, Michigan e Stanford — de modo a digitalizar seus livros. Os livros protegidos por copyright representavam um problema, que logo se complicou com as ações judiciais movidas por editores e autores. Mas, deixando isso de lado, a proposta do Google parecia oferecer um modo de disponibilizar livros para estudo a todas as pessoas, ou pelo menos a todos os privilegiados com acesso à world wide web. Prometia ser o estágio final da democratização do conhecimento posta em marcha pela invenção da escrita, do códice, dos tipos móveis e da internet.

Agora falo como entusiasta do Google, embora me preocupe com suas tendências monopolistas. Acredito que o Google Book Search realmente tornará livros para estudo acessíveis numa escala nova e mundial, apesar do grande abismo digital que separa os pobres daqueles que têm acesso a computadores. Também abrirá possibilidades para pesquisas envolvendo quantidades imensas de dados, que nunca poderiam ser realizadas sem a digitalização. Como exemplo do que nos espera no futuro, citaria o Electronic Enlightenment [Iluminismo Eletrônico], um projeto patrocinado pela Fundação Voltaire, de Oxford. Ao digitalizar a correspondência de Voltaire, Rousseau, Franklin e Jefferson — cerca de duzentos volumes de edições soberbas e rigorosas —, esse projeto recriará de fato a República das Letras transatlântica do século XVIII. Cartas de muitos outros filósofos, de Locke e Bayle a Bentham e Bernardin de Saint-Pierre, serão integradas a esse banco de dados, de modo que especialistas poderão encontrar referências a indivíduos, livros e ideias em toda a rede de correspondência que deu suporte ao Iluminismo. Muitos desses projetos — como o American Memory [Memória Americana], patrocinado pela Biblioteca do Congresso,[4] e The Valley of Shadow [O Vale da Sombra], criado na Universidade da Virgínia[5] — demonstraram a factibilidade e utilidade de bancos de dados nessa escala. Mas seu sucesso não prova que o Google Book Search, a mais ampla de todas essas iniciativas, tornará obsoletas as bibliotecas de pesquisa. Pelo contrário: ele vai torná-las mais

importantes do que nunca. Para defender este ponto de vista, gostaria de organizar minha argumentação em oito itens.

De acordo com a afirmação mais utópica dos googlers*, o Google poderá disponibilizar na internet virtualmente todos os livros impressos.*

Essa afirmação é enganosa e aumenta o risco de criação de uma percepção falsa, porque pode nos seduzir a negligenciar nossas bibliotecas. Que porcentagem dos livros publicados nos Estados Unidos — isso sem falar no resto do mundo — será digitalizada pelo Google? 75%? 50%? 25%? Mesmo que ela chegue a 90%, os livros restantes, que não serão digitalizados, podem ter sua importância. Há pouco descobri um romance libertino extraordinário intitulado *Les Bohémiens*, de autoria do desconhecido marquês de Pelleport, que escreveu o livro na Bastilha ao mesmo tempo que o marquês de Sade escrevia seus romances numa cela próxima. Considero o livro de Pelleport, publicado em 1790, muito superior a tudo que Sade produziu; e, quaisquer que sejam seus méritos estéticos, revela muito sobre a condição dos escritores na França pré-revolucionária. Até onde posso afirmar, existem apenas seis exemplares do romance, nenhum deles disponível na internet.[6] (A Biblioteca do Congresso, que possui um dos exemplares, não abriu seu acervo ao Google.)

Se o Google deixasse passar esse livro e outros como ele, o pesquisador que contasse com seus serviços nunca poderia localizar algumas obras de grande importância. Como o critério de importância muda de geração a geração, não podemos saber o que nossos descendentes considerarão importante. Poderão aprender muito estudando nossos livros românticos vendidos em bancas de jornais, nossos manuais de informática ou nossas listas telefônicas. Estudiosos de literatura e historiadores de hoje dependem consideravelmente de pesquisas em almanaques, *chapbooks*[7] e outros gêneros de literatura "popular", mas poucas dessas obras dos séculos XVII e XVIII sobreviveram. Foram impressas em papel barato, com capas frágeis, lidas até se despedaçarem e ignoradas por colecionadores e bibliotecários, que não as consideravam

"literatura". Recentemente um pesquisador do Trinity College, de Dublin, descobriu uma gaveta repleta de livros de baladas esquecidos, cada um deles o único exemplar existente, todos de valor inestimável aos olhos dos estudiosos modernos, ainda que há dois séculos aparentemente não valessem nada.

Embora o Google tenha seguido uma estratégia inteligente ao atrair cinco grandes bibliotecas, seus acervos, mesmo combinados, não chegarão nem perto de incluir todos os livros publicados nos Estados Unidos.

Ao contrário do que se poderia esperar, há pouca redundância entre os acervos dessas cinco bibliotecas: 60% dos livros que estão sendo digitalizados pelo Google só existem numa delas. Existem cerca de 543 milhões de volumes nas bibliotecas de pesquisa dos Estados Unidos. O Google declarou como sua meta inicial a digitalização de 15 milhões de obras. À medida que o Google atrair mais bibliotecas — na última contagem, 31 bibliotecas americanas estavam participando do Google Book Search —, aumentará a representatividade de seu banco de dados digitalizado. Mas ele ainda não se aventurou no mundo das coleções especiais, nas quais se encontram as obras mais raras. E, naturalmente, a literatura mundial em sua totalidade — todos os livros em todas as línguas do mundo — está muito além da capacidade de digitalização do Google.

Embora se espere que editores, autores e o Google cheguem a um acordo, é difícil entender como o copyright deixará de representar um problema.

Segundo a lei de copyright de 1976 e a lei de extensão de copyright de 1998, a maioria das obras publicadas depois de 1923 estão atualmente protegidas por copyright, e esses direitos se estendem por toda a vida do autor mais setenta anos. No caso das obras em domínio público, o Google permitirá que os usuários consultem o texto integral e imprimam quantas páginas desejarem. Nos livros protegidos por copyright, porém, ele exibirá somente parte do texto. O Google pode convencer editores e autores a abdicar de seus direitos sobre obras publicadas entre 1923 e o passado recente, mas terá condições

de fazer com que modifiquem os copyrights sobre livros publicados no presente e no futuro? Em 2006, 291920 novos títulos foram publicados nos Estados Unidos, e o número de novos livros impressos vem aumentando praticamente todo ano na última década, apesar do crescimento das publicações eletrônicas. Como poderá o Google se manter em dia com a produção atual ao mesmo tempo que digitaliza todos os livros acumulados durante séculos? É preferível aumentar as aquisições de nossas bibliotecas de pesquisa a confiar a ele a preservação de livros futuros em prol das gerações futuras. O Google define sua missão como a comunicação da informação — agora mesmo, hoje; não se compromete a preservar textos por um tempo indeterminado.

Empresas entram em declínio rapidamente no ambiente de mudanças velozes da tecnologia eletrônica.

O Google pode desaparecer ou ser eclipsado por uma tecnologia superior, que pode tornar seu banco de dados tão obsoleto e inacessível quanto muitos de nossos disquetes e CD-ROMS. Empreendimentos eletrônicos vêm e vão. Bibliotecas de pesquisa duram séculos. É melhor fortalecê-las do que declará-las obsoletas, porque a obsolescência é uma característica intrínseca das mídias eletrônicas.

O Google cometerá erros.

Apesar de sua preocupação com qualidade e controle de qualidade, livros serão esquecidos, páginas serão puladas, imagens serão borradas e muitos problemas vão acontecer na tentativa de reproduzir textos com perfeição. Um dia acreditamos que o microfilme resolveria o problema da preservação de textos. Agora aprendemos a lição.

Como no caso do microfilme, nada garante que as cópias do Google vão durar.

Bits se degradam com o passar do tempo. Documentos podem se perder no ciberespaço por conta da obsolescência da mídia em que estão registrados.

Hardware e software vêm se tornando indistintos a um ritmo preocupante. A menos que o problema enervante da preservação digital seja resolvido, todos os textos que "nasceram digitais" pertencem a uma espécie em risco de extinção. A obsessão por desenvolver novas mídias inibiu os esforços de preservar as antigas. Perdemos 80% de todos os filmes mudos e 50% de todos os filmes produzidos antes da Segunda Guerra Mundial. Nada é mais eficaz para preservar textos do que tinta engastada em papel, especialmente papel manufaturado antes do século XIX, exceto no caso de textos escritos em pergaminho ou gravados em pedra. O melhor sistema de preservação que já se inventou é o antiquado livro pré-moderno.

O Google planeja digitalizar muitas versões de cada livro, à medida que os exemplares forem aparecendo ao serem retirados das prateleiras, ao estilo de uma linha de montagem; mas será que tornará todos eles disponíveis?

Se for o caso, qual deles será colocado no topo do ranking de busca? Leitores comuns podem se perder ao fazer pesquisas entre milhares de edições diferentes das peças de Shakespeare e, assim, dependerão das edições que o Google tornar mais facilmente acessíveis. Será que o Google determinará o ranking de relevância dos livros da mesma forma que faz com todo o resto, de pastas de dente a artistas de cinema? Hoje em dia um algoritmo secreto é utilizado para montar um ranking de páginas da web segundo a frequência de uso entre as páginas que fazem links para elas. Imagina-se que o Google criará algum algoritmo para organizar os livros de acordo com sua relevância. Mas nada sugere que esse algoritmo levará em conta os padrões prescritos pelos bibliógrafos, tais como a primeira edição a ser impressa ou aquela que melhor corresponde à intenção expressa pelo autor. O Google emprega milhares de engenheiros, mas, até onde sei, não tem nenhum bibliógrafo em sua equipe. Seu descaso com qualquer preocupação bibliográfica visível é particularmente lamentável, tendo em vista que a maioria dos textos, como acabo de argumentar, foram instáveis por boa parte da história da

imprensa. Nenhum exemplar isolado de um best-seller do século XVIII fará justiça à variedade infinita de edições. Pesquisadores sérios precisam estudar e cotejar muitas edições em suas versões originais, não em reproduções digitalizadas que o Google organizará de acordo com critérios que provavelmente não terão relação alguma com o saber bibliográfico.

Mesmo que a imagem digitalizada na tela do computador seja precisa, deixará de capturar aspectos cruciais de um livro.

Tamanho, por exemplo. A experiência de ler um pequeno *duodecimo*, projetado para que o leitor o segure com facilidade com uma única mão, difere consideravelmente da experiência de ler um fólio pesado apoiado num leitoril. É importante poder sentir um livro — a textura do papel, a qualidade da impressão, a natureza da encadernação. Seus aspectos físicos fornecem pistas a respeito de sua existência como elemento num sistema social e econômico; e, se contiver anotações nas margens das páginas, pode revelar muito sobre seu lugar na vida intelectual dos leitores.

Livros também têm cheiros especiais. De acordo com uma recente pesquisa entre estudantes franceses, 43% consideram o cheiro como uma das características mais importantes dos livros impressos — tão importante que os afasta de comprar livros eletrônicos inodoros. A CaféScribe, uma editora on-line francesa, está tentando combater essa reação oferecendo aos seus clientes um adesivo que exala um cheiro agridoce de livro antigo ao ser colocado no computador.

Quando leio um livro antigo, olho suas páginas contra a luz e muitas vezes encontro entre as fibras do papel pequenos círculos formados por gotas que pingaram da mão do operador da tina ao produzir aquela folha — ou pedaços de camisas e anáguas que não foram moídos adequadamente durante a preparação da polpa. Certa vez encontrei a impressão digital de um prensador na encadernação de uma *Encyclopédie* do século XVIII — um

testemunho dos truques do ofício dos tipógrafos, que às vezes espalhavam tinta em excesso nos tipos para facilitar o processo mecânico da impressão.

Percebo que considerações a respeito de "tato" e "cheiro" podem parecer sabotar meu argumento. A maioria dos leitores se importa com o texto, e não com a mídia física em que ele está contido; quando me entrego à minha fascinação com o papel e o texto impresso, posso me expor a acusações de estar sendo romântico ou reagindo como um estudioso ultrapassado, excessivamente livresco, cujo maior desejo é se recolher a uma sala de livros raros. Admito minha culpa. Amo as salas de livros raros, mesmo aquelas que nos forçam a calçar luvas antes de manipular seus tesouros. Salas de livros raros são uma parte vital das bibliotecas de pesquisa, a parte mais inacessível ao Google. Mas bibliotecas também fornecem locais para a imersão de leitores comuns nos livros, lugares silenciosos em ambientes confortáveis, onde o códice pode ser apreciado em toda a sua individualidade.

Na verdade, o argumento mais forte em favor do livro à moda antiga é sua eficácia para com os leitores comuns. Graças ao Google, pesquisadores podem fazer buscas, navegar, garimpar, colher, minerar, acessar deep links e realizar crawls (os termos variam conforme a tecnologia) em milhões de websites e textos eletrônicos. Ao mesmo tempo, qualquer pessoa em busca de uma boa leitura pode pegar um volume impresso e folheá-lo sem dificuldade, saboreando a magia das palavras na forma de tinta sobre papel. Nenhuma tela de computador é tão satisfatória quanto uma página impressa, mas a internet fornece dados que podem ser transformados num códice clássico. Já transformou a impressão sob demanda numa indústria próspera e promete tornar livros disponíveis a partir de computadores que funcionarão como caixas eletrônicos: acesse, compre eletronicamente e receba um volume impresso e encadernado. Algum dia, talvez, um texto numa tela portátil será tão agradável aos olhos quanto a página de um códice produzido há 2 mil anos.

Enquanto isso não acontece, digo: protejam a biblioteca. Abasteçam-na com material impresso. Reforcem suas salas de leitura. Mas não pensem na biblioteca como um depósito ou um museu. Ao mesmo tempo que oferecem livros, a maioria das bibliotecas de pesquisa operam como centros nervosos de transmissão de impulsos eletrônicos. Adquirem bancos de dados, mantêm repositórios digitais, fornecem acesso a periódicos eletrônicos e orquestram sistemas de informação que alcançam as profundezas de laboratórios e gabinetes. Muitas delas estão compartilhando sua riqueza intelectual com o resto do mundo ao permitir que o Google digitalize seus acervos de impressos. Assim sendo, digo também: vida longa ao Google, mas não esperemos que ele viva o bastante para substituir aquele venerável edifício com colunas coríntias. Como cidadela do saber e plataforma para aventuras na internet, a biblioteca de pesquisa ainda merece estar no centro do campus, preservando o passado e acumulando energia para o futuro.

4 De acordo com o site, trata-se de "um registro digital da história e criatividade americanas", incluindo gravações sonoras, impressos, mapas e inúmeras imagens.
5 Um arquivo de cartas, diários, registros oficiais, periódicos e imagens documentando a vida de duas comunidades separadas por 320 quilômetros no vale do Shenandoah — uma nortista, outra sulista — de 1859 a 1870.
6 Ver meu artigo "Finding a lost prince of Bohemia", publicado na *New York Review of Books*, pp. 44-8, em 3 de abril de 2008.
7 Livretos de contos populares ou baladas, vendidos outrora por mercadores ambulantes. (N. T.)

3. O futuro das bibliotecas

Qual é o futuro das bibliotecas de pesquisa, e como nos prepararmos para ele? Essas questões não podem ser desconsideradas como "acadêmicas" — discussões entre professores sem nenhuma consequência na vida da coletividade —, porque vão ao cerne daquilo que todo cidadão busca todos os dias: informação e auxílio na filtragem dessas informações em busca de conhecimento pertinente.

Quando tento antever o futuro, olho para o passado. Eis, como exemplo, uma fantasia futurista publicada em 1771 por Louis Sébastien Mercier em *O ano 2440*, sua obra utópica que foi um sucesso de vendas. Mercier cai no sono e acorda na Paris que existirá sete séculos depois de seu nascimento, em 1740, e se vê numa sociedade livre de todos os males do Ancien Régime. No capítulo culminante do primeiro volume, ele visita a biblioteca nacional. Imagina que vai encontrar milhares de volumes esplendidamente organizados, como na Bibliothèque du Roi de Luís XV. Porém, para sua surpresa, encontra apenas uma sala modesta com quatro estantes pequenas. Ele pergunta o que aconteceu com a quantidade enorme de material impresso acumulado desde o século XVIII, quando já havia se tornado impossível de gerenciar. Queimamos tudo, responde o bibliotecário: 50 mil dicionários, 100 mil livros de poesia, 800 mil volumes de legislação, 1 milhão e 600 mil livros de viagem e 1 bilhão de romances. Uma comissão de virtuosos leu todos os livros, eliminou

o que era falso e resumiu tudo à sua essência: algumas verdades e preceitos morais básicos, que cabem sem dificuldade nessas quatro estantes.

Mercier foi um defensor militante do Iluminismo, crente fervoroso da palavra escrita como agente do progresso. Não defendia a queima de livros. Mas sua fantasia expressava um sentimento que já era forte no século XVIII e agora se tornou uma obsessão — a sensação de se estar sobrecarregado de informações, impotente perante a necessidade de encontrar material relevante em meio a uma montanha de futilidades.

Uma solução para este duplo problema poderia ser uma biblioteca sem livros. No lugar das estantes residuais de Mercier, abrigaria terminais de computador com acesso a bancos de dados gigantescos, e os leitores encontrariam o que desejassem utilizando mecanismos de busca perfeitamente afinados pelos algoritmos mais recentes.

Parece exagero? Isso já está sendo implementado, embora não se intitule biblioteca. Chama-se Google Book Search. Ao digitalizar os acervos de dezenas de bibliotecas de pesquisa, o Google está criando um banco de dados composto por milhões de obras, tantas que em breve terá construído uma megabiblioteca digital maior do que qualquer coisa jamais imaginada, exceto na ficção de Jorge Luis Borges.

O que diferencia a biblioteca do Google das outras não é a digitalização em si, que é onipresente, mas a escala do processo e sua intenção. O Google é um empreendimento comercial, cujo objetivo primário é ganhar dinheiro. Bibliotecas existem para disponibilizar livros aos leitores — livros e outros materiais, parte deles digitalizados. A missão comercial que serve de base para o Google mostrou-se às claras em 28 de outubro de 2008, quando a empresa anunciou haver chegado a um acordo com um grupo de autores e editores que a estavam processando por uma alegada violação de copyright. O acordo criou um mecanismo complexo para dividir os rendimentos que serão gerados pela venda do acesso ao banco de dados do Google. Sua cláusula mais

importante, na perspectiva das bibliotecas de pesquisa, é a modalidade de assinatura institucional. Pagando uma taxa anual ao Google, as bibliotecas permitirão que seus usuários acessem todas as informações nos livros por ele digitalizados, exceto no caso de obras protegidas por copyright ou daquelas cujos detentores dos direitos tiverem optado por não disponibilizar mediante a assinatura institucional.

Para alguns de nós, responsáveis pelas bibliotecas, esse trato pareceu ambíguo. Antes de mais nada, havíamos fornecido os livros ao Google sem custo algum. Agora estavam pedindo que pagássemos pelo acesso a eles, bem como aos acervos de nossas bibliotecas-irmãs, em forma digitalizada. E o mais importante: ficamos preocupados com o fato de o Google estar criando um monopólio, um novo tipo de monopólio, potencialmente maior do que qualquer outro que já tenha existido. Um monopólio de acesso à informação.

O pessoal do Google não gosta da palavra "monopólio". Para não ferir sua sensibilidade, poderíamos falar numa empresa hegemônica, financialmente imbatível, tecnologicamente invencível e legalmente invulnerável, capaz de esmagar qualquer concorrente. Mas, falando em palavras mais claras e diretas, o Google Book Search é um monopólio.

É um monopólio por três razões. Primeiro, *de facto*: depois que a Microsoft saiu de cena, nenhum concorrente detém poder financeiro e tecnológico para enfrentar o Google. Segundo, por conta do caráter coletivo da ação, o acordo engloba todos os autores e editores que pertençam à categoria "detentores de copyright". Assim sendo, um rival do Google precisaria entrar em acordo individual com cada detentor de direitos e enfrentar inumeráveis processos de violação de copyright, com valores que começam em 30 mil dólares e ultrapassam os 100 mil. (Ao mesmo tempo, o acordo tornaria o Google e os reclamantes proprietários efetivos dos livros cujo copyright não foi reclamado — um assunto complexo, envolvendo milhões de obras e não apenas os títulos conhecidos como "obras órfãs".) Terceiro, o acordo contém uma cláusula

que impede qualquer concorrente de obter termos melhores que os concedidos ao Google.

Monopólios não são necessariamente ruins. No caso de serviços de comunicação telefônica e viagens ferroviárias, uma única empresa pode fornecer serviços melhores do que uma profusão de Bells em miniatura e ferrovias na escala da New Jersey Transit. O Google pode deixar sua magnífica biblioteca digital ao alcance dos usuários de bibliotecas públicas e alunos de pequenas instituições de ensino superior de todo o país, e algum dia até mesmo do mundo inteiro.

Queremos, porém, que um empreendimento comercial detenha o controle exclusivo de tanta informação? As bibliotecas já estão preocupadas com a possibilidade de precisar entregar os registros de seus usuários ao governo, conforme determinado pelo Patriot Act. O Google pode saber mais a nosso respeito do que a CIA, o FBI e a Receita Federal juntos. Pode saber o que lemos, o que compramos, quem visitamos, quantos metros quadrados mede nosso quarto, que mensagens trocamos com nossos correspondentes e, se afinar bem seus algoritmos, qual seria nossa reação mais provável diante de uma decisão qualquer.

Não que exista algo de satânico nas intenções do Google ou algo de hipócrita em seu lema: "Não fazer o mal". O crescimento do seu poder será um mero resultado do sucesso de seu plano de negócios. Como qualquer empresa, sua obrigação primordial não é se preocupar com o bem comum, mas gerar lucro para seus acionistas. Pode parecer que o público não tem nada a temer de um monopólio de acesso à informação, porque ela é onipresente. Estamos nos afogando em informação. Pense, contudo, no poder inerente à função de "porteiro" do Google. Quem tiver controle sobre os portões para os dados digitais pode se comportar como um cobrador de pedágio, forçando os outros a pagarem pelo acesso à rodovia da informação. No caso dos livros, as cópias digitais no banco de dados do Google

pertencerão ao Google, e a empresa poderá cobrar o preço que quiser pelo acesso a eles. Ela será dona de um bom pedaço da estrada.

O acordo contém alguns parâmetros vagos sobre a definição de preços, mas não contém cláusula alguma para impedir que eles sofram aumentos abusivos. O Google precisará entrar em acordo sobre os preços com o Book Rights Registry, que lidará com questões de copyright e efetuará os pagamentos necessários. Mas esse registro será administrado por representantes dos autores e dos editores, que terão interesse em manter os preços no patamar mais alto. Ainda que o público seja a parte mais interssada nisso tudo, não tem voz alguma nesse acordo. Bibliotecas, escolas, universidades, cidadãos comuns, todos que leem livros mas não pertencem à categoria dos detentores de copyright — todos foram excluídos das deliberações judiciais que determinarão o destino do acordo.

Se o juiz aderir aos procedimentos-padrão para ações populares coletivas, limitará seu papel a verificar se o acordo trata com igualdade os interesses das partes envolvidas. Se analisar as questões mais a fundo, pode se recusar a permitir o acordo e determinar que as partes voltem com uma versão melhorada. Essas melhorias podem incluir: 1) o monitoramento constante dos preços pelo poder público; 2) alguma representatividade de bibliotecas e leitores no órgão de registro; 3) uma cláusula que permita que obras sem copyright fiquem disponíveis para digitalização por possíveis concorrentes do Google; 4) requisitar que o Google obtenha junto ao Departamento de Justiça um compromisso de cessação de práticas anticompetitivas, para impedir que a empresa abuse de seu poder monopolista; e 5) alguma medida que sirva de proteção para a privacidade dos indivíduos contra o olho eletrônico onisciente do Google.

É possível imaginar um final ainda mais feliz: uma legislação que torne todos os dados do Google disponíveis ao público, podendo ser consultados por qualquer cidadão e explorados por qualquer empresa. As leis de copyright

precisariam ser reescritas, os detentores dos direitos teriam de ser compensados e o Google, indenizado por seu investimento no processo de digitalização. Ele poderia manter secretos seus algoritmos e manter seu serviço de busca, mas seu banco de dados se tornaria propriedade pública. Teríamos uma biblioteca digital nacional.

Este sonho pode ser tão impossível quanto a utopia de Mercer. Para continuar a discussão em termos mais realistas, seria melhor considerar que alguma versão do Google Book Search sobreviverá como empreendimento privado. Qual será, então, o papel das bibliotecas de pesquisa no novo ambiente digital? Elas existem em diversas categorias: a Biblioteca do Congresso, uma categoria singular; bibliotecas de universidades estaduais, algumas com acervos de riqueza impressionante; e um profusão de instituições não governamentais — a Morgan em Nova York, a Newberry em Chicago, a Huntington em Los Angeles e as bibliotecas de universidades particulares espalhadas por todo o país. É essa variedade, especialmente no setor privado, que diferencia o sistema de bibliotecas americano do sistema europeu. Até a Biblioteca Pública de Nova York é privada, apesar do nome e dos subsídios estatais que sustentam vários de seus ramos. Diversidade é força, e ser independente do controle estatal é um sinal de saúde. Algumas bibliotecas privadas, contudo, podem parecer censuráveis num único aspecto: sua exclusividade.

As maiores bibliotecas pertencem às universidades mais exclusivas, como Harvard, Yale, Princeton e Stanford. Ainda que permitam o acesso de pesquisadores do mundo exterior, são fechadas para o público em geral. Parte do público pode alegar que essas bibliotecas dão as costas aos cidadãos comuns, reservando seus tesouros para poucos privilegiados.

Pensei algumas vezes sobre isso quando tive o privilégio de ser aluno de pós-graduação em Oxford. Na minha época, as faculdades de Oxford eram separadas do mundo exterior por muros altos encimados por espigões e cacos de vidro. Os portões da minha faculdade, St. John, eram trancados às dez da

noite. Se você ficasse para fora depois das dez, podia tocar uma campainha e pagar uma multa ou tentar escalar o muro — uma experiência intimidante, a menos que você tivesse recebido dicas de um colega que conhecesse alguma passagem clandestina oferecida por um poste e um telhado mais baixo, um espaço vazio entre espigões ou outra falha qualquer na fortificação, deixada em paz pelo reitor por conta de um contrato implícito que permitia aos rapazes serem rapazes. (Exceto por algumas instituições femininas, naquela época as faculdades eram exclusivamente masculinas.)

As barreiras ao mundo exterior, combinadas com informações privilegiadas sobre como quebrar as regras, reforçavam uma sensação generalizada de exclusividade. Se a arquitetura não fosse suficiente para transmitir a mensagem, era possível ler a respeito em *Judas, o obscuro*, de Thomas Hardy, que descreve as tentativas de Judas de penetrar no mundo do saber por trás das muralhas ameaçadores de Oxford. Faz anos que não releio o livro, mas, pelo que me lembro das conversas que tive em St. John, Judas nunca teve contato com a vida no interior das faculdades. Um dos seus filhos sucumbiu à maldição imposta aos forasteiros ao assassinar os irmãos e depois se enforcar num cômodo do Lamb and Flag, um pub localizado bem em frente a um ponto que eu costumava escalar nos muros da faculdade.

As casas neogeorgianas de Harvard dificilmente inspirariam esse tipo de melodrama, mas podem parecer ameaçadoras aos forasteiros. A biblioteca oferece a Harvard uma maneira de se abrir ao público — se não fisicamente (o número de usuários tornaria isso impossível), digitalmente, ao compartilhar seu tesouro intelectual na internet. Buscamos adotar o princípio do livre acesso como guia em nossa adaptação da biblioteca às condições do século XXI. Pedindo desculpas de antemão por seu provincianismo, mas, na

esperança de que esses comentários possam ser úteis a outros, gostaria de descrever algumas medidas que tomamos.

Após o voto de diversos institutos de Harvard em favor do acesso livre, a biblioteca estabeleceu o Office for Scholarly Communication (OSC). Esse departamento administra um repositório que armazena e disponibiliza on-line e gratuitamente todos os artigos científicos produzidos pelos institutos participantes, exceto aqueles cujos autores optaram pela exclusão. O OSC também planeja digitalizar teses e torná-las acessíveis através do mesmo repositório, a menos que seus autores prefiram mantê-las inacessíveis por tempo limitado, aproveitando uma cláusula semelhante de exclusão. Ao mesmo tempo que transmite conhecimento acadêmico para o mundo exterior, o OSC também colecionará literatura "cinzenta" — aulas especiais, atas de conferências, apostilas de laboratório, conjuntos de dados, relatórios sobre trabalhos em andamento — de um modo que tornará a vida intelectual da universidade acessível a qualquer um que se interesse por ela. Naturalmente, é preciso lidar com diversos problemas: liberação de direitos autorais, controle de qualidade e compatibilidade entre sistemas para indexar e armazenar os dados, além da necessidade de fundos para construir e manter uma infraestrutura digital. Mas em Harvard, como em muitas outras universidades, a biblioteca está disposta estrategicamente de modo a agir como centro nervoso para coletar e difundir conhecimento.

A biblioteca vem expandindo essa função através do Open Collections Program, o programa de acervos abertos. Sustentado por subvenções das fundações Hewlett e Arcadia, já digitalizou livros, folhetos, manuscritos, gravuras e fotografias espalhados por dezenas de suas bibliotecas, todos conectados com assuntos específicos: Mulheres Trabalhadoras, 1800-1930; Imigração para os Estados Unidos, 1789-1930; Contágio: Visões Históricas

sobre Doenças e Epidemias; Expedições e Descobertas: Explorações Patrocinadas e Descobertas Científicas na Era Moderna; e Herança Islâmica. Equipes de professores, bibliotecários, curadores de museus e tecnólogos selecionam, catalogam, digitalizam e disponibilizam todo o material gratuitamente através de websites. Cada projeto leva em torno de dezoito meses para ficar pronto, e cada um deles põe um número imenso de documentos à disposição de estudantes e pesquisadores avançados. O material foi traduzido para 72 idiomas e tem sido consultado por centenas de milhares de visitantes do mundo inteiro.

Estabelecer contato com o resto do mundo é uma responsabilidade que pesa nos ombros de Harvard, pois sua biblioteca contém um volume imenso de material que não existe em nenhum outro lugar. Arquivos que datam da fundação da instituição, em 1636, revelam muito sobre as origens da educação nos Estados Unidos — e sobre o próprio país. Acervos especiais espalhados pelo sistema da biblioteca incluem também um volume considerável de material importante para outros países. A Biblioteca Yenching, da universidade, tem mais de duzentos exemplares únicos de obras chinesas. Elas serão digitalizadas em conjunto com 51542 volumes raros, num projeto cooperativo de acesso livre que será realizado com a Biblioteca Nacional da China, de 2010 a 2016. Harvard espera digitalizar seu material ucraniano, o maior acervo do mundo — uma coleção de importância vital para o povo ucraniano, que perdeu a maior parte de sua herança literária no decorrer das tragédias que se abateram sobre o país ao longo do século XX. Os enormes acervos de zoologia, botânica e medicina de Harvard também estão sendo digitalizados e disponibilizados através de projetos de acesso livre como a Biodiversity Heritage Library e os periódicos científicos da Public Library of Science. Digitalização nessa escala requer colaboração entre diversas instituições. Muitas bibliotecas de pesquisa abrigam coleções especiais que permanecem carentes de organização e desconhecidas, exceto por alguns poucos especialistas.

Apenas ao torná-las disponíveis através de ações coletivas e acesso livre poderemos cumprir nossa obrigação para com o mundo do saber.

Devemos também assumir outra responsabilidade: coletar e preservar o material que "nasceu digital". Websites se espalharam por toda a internet. Como cresceram de qualquer jeito, como resultado de iniciativas individuais, tendem a ser resistentes a mecanismos de busca, mutuamente incompatíveis em sua estrutura de metadados, e efêmeros: desaparecem facilmente no ciberespaço. Desenvolvemos um serviço de arquivamento de websites, o Web Archive Collection Service (WAX), para coletar e preservar esse tipo de material. Três projetos-piloto demonstraram que é possível fazer o mesmo em grande escala: o Instituto Edwin O. Reischauer tem coletado sistematicamente discussões sobre questões políticas em mais de uma centena de websites japoneses, e agora este material se encontra armazenado e preservado num banco de dados digital conhecido como "Constitutional Revision in Japan" [Revisão Constitucional no Japão]. A Biblioteca Arthur e Elizabeth Schlesinger desenvolveu uma coleção similar, "Capturing Women's Voices" [Registrando Vozes Femininas], que preservará textos publicados por mulheres em blogs relativamente obscuros. E os Arquivos da Universidade Harvard lançaram um programa para preservar os registros das interações cotidianas ocorridas no vasto número de websites que cresceram dentro da própria instituição. Também estamos fazendo experiências com planos para arquivar os milhões de mensagens trocadas por e-mail na universidade.

O problema do e-mail é onipresente, sem dúvida, e envolve tantas complexidades, tanto legais quanto tecnológicas, que pode acabar se mostrando insolúvel. Tantos assuntos importantes são resolvidos através da world wide web que estamos perdendo o registro da maior parte da comunicação contemporânea. Reconheço que o Comitê sobre Registros Governamentais exagerou o perigo em 1985 ao proclamar que "os Estados Unidos correm o risco de perder sua memória", e que a notória "perda" do censo de 1960 na verdade

não passa de um mito. Através de um processo tecnológico laborioso e caríssimo, o Censo resgatou a maior parte dos dados que em 1976 pareciam irrecuperáveis graças à obsolescência do hardware. Mas a maioria dos órgãos governamentais já usava e-mail na metade da década de 1980, e a maior parte dessa correspondência se perdeu — nem todos os 6 milhões de e-mails escritos anualmente na Casa Branca durante o governo Clinton, mas aparentemente uma quantidade ainda maior de e-mails da administração Bush entre 2001 e 2005 e um número superior de registros dos assuntos tratados em escalões inferiores do governo. Estamos comendo o problema pelas bordas, mas ainda não encontramos uma solução. Harvard mantém um vasto departamento de tecnologia da informação em sua biblioteca, e os tecnólogos tomaram a frente na busca de soluções provisórias através de um programa conhecido como Library Digital Initiative, a iniciativa digital da biblioteca. Ainda assim o problema continua, e é agravado por dificuldades em conseguir verbas, desenvolver planos de negócios e traçar estratégias gerais.

Estamos sendo obrigados pelas restrições financeiras a repensar antigas maneiras de trabalhar, e também a buscar reforços entre aliados em potencial que enfrentem problemas semelhantes. Uma aliança natural poderia unir bibliotecas universitárias com editoras acadêmicas. As relações entre ambas são raras, mesmo quando são vizinhas no mesmo campus, mas elas existem pelo mesmo motivo: difundir conhecimento. Talvez nossa ideia de publicação seja muito limitada, associada exclusivamente a profissionais que produzem livros e periódicos. Publicar significa "tornar público", uma atividade universal entendida de maneira ampla do século XIV em diante, de acordo com o *Oxford English Dictionary*: "tornar universalmente acessível ou disponível para aceitação ou uso".

Essa definição guarda uma estranha semelhança com a declaração de intenções do Google: "Organizar a informação do mundo e torná-la universalmente acessível e útil". Será que devemos pensar no Google como uma

editora, um agente de publicação? Bibliotecas de pesquisa certamente se encaixam nessa definição mais ampla. Elas "tornam acessíveis" informações de todo tipo, sejam artigos armazenados em repositórios, teses digitalizadas, conjuntos eletrônicos de dados, websites, aulas filmadas, atas de conferências, filmes — ou até mesmo livros. Diversas bibliotecas universitárias — no MIT, em Stanford, na Pennsylvania State — absorveram as editoras acadêmicas de suas instituições. Não temos planos semelhantes em Harvard, cuja editora acadêmica, a Harvard University Press (HUP), vai muito bem apesar dos tempos difíceis. Mas estamos cooperando com a HUP na exploração de possibilidades para publicação eletrônica. Uma dessas possibilidades são monografias de acesso livre, disponíveis gratuitamente on-line e para compra em formato livro através de impressão sob demanda. Outra possibilidade pode envolver a experiência da HUP no gerenciamento de revisão por pares e no projeto de publicações digitais que não se encaixem em categorias convencionais como "monografia" e "artigo" — por exemplo, edições anotadas de antologias, atas de conferências e bancos de dados.

Hoje em dia a maioria dos autores produz textos eletrônicos e a maior parte das editoras mantém seus catálogos em repositórios digitais. Um mundo onde livros "nascem digitais" e leitores são "nativos digitais" é um mundo onde as bibliotecas de pesquisa não mais precisarão estocar quantidades imensas de trabalhos atuais em formato impresso. Impressão sob demanda e e-readers aprimorados serão suficientes para satisfazer necessidades imediatas. Sem dúvida esse mundo ainda parece distante, e não podemos reduzir nossas aquisições de monografias impressas até resolvermos uma lista considerável de problemas, especialmente o problema da preservação de textos digitais.

Se e quando esse futuro for garantido, as bibliotecas de pesquisa terão como se concentrar naquilo que sempre foi seu forte: acervos especiais. No

futuro, esses acervos poderão incluir tipos de materiais que ainda nem podemos imaginar. Serão, porém, mais ricos do que nunca em suas coleções de manuscritos e livros à moda antiga. Depois de séculos acumulando tesouros, as bibliotecas poderão enfim compartilhá-los com o resto do mundo. O Google terá escaneado quase integralmente os acervos comuns, mas ainda não terá mergulhado profundamente em salas e arquivos de livros raros, onde descobertas mais importantes nos aguardam. Digitalizando seus acervos especiais e disponibilizando seu conteúdo por acesso livre, as bibliotecas de pesquisa concretizarão um aspecto crucial de sua missão.

Mas talvez eu esteja deixando meu afeto pelos livros do passado distorcer minha visão do futuro. Por mais avançada que seja a tecnologia, não consigo imaginar que uma imagem digitalizada de um livro antigo seja capaz de proporcionar algo comparável ao entusiasmo do contato com o original. Em 1957, quando era calouro em Harvard, descobri que alunos de graduação tinham acesso à Biblioteca Houghton, instituição da universidade para livros e manuscritos raros. Reunindo toda a minha coragem, entrei lá e perguntei se, como eu ouvira dizer, eles realmente possuíam o exemplar de Melville dos *Ensaios* de Emerson. Em questão de minutos o livro apareceu sobre minha mesa. Como Melville fez longas anotações nas margens das páginas, comecei a ler Emerson através dos olhos de Melville — ou pelo menos foi o que tentei fazer.

Uma anotação nunca saiu da minha lembrança. Tinha relação com a experiência de Melville na circunavegação do cabo Horn, possivelmente as águas mais violentas do mundo. Como na época eu achava o mundo inteiro bem violento, estava propenso a simpatizar com um comentário ácido anotado perto de um trecho sobre tempo tempestuoso. Emerson vinha discorrendo em detalhes sobre a alma do mundo e a natureza transitória do sofrimento, que, como qualquer marinheiro poderia confirmar, passa rapidamente como uma tempestade. Na margem da página, Melville se perguntou

se o autor teria alguma ideia do terror enfrentado pelos marujos dos baleeiros no cabo Horn. Li aquilo como uma lição sobre o lado mais ingênuo e otimista da filosofia de Emerson.

Quando voltei a Harvard meio século depois, essa lembrança veio à tona, acompanhada por uma dúvida: será que eu havia entendido direito? Esqueci todos os compromissos na minha agenda e corri até a Houghton.

Não é sempre que temos a oportunidade de fazer experiências com déjà-vu. Aqui está o resultado, um trecho da página 216 de "Prudence" em *Essays: by R. W. Emerson* (Boston, 1847), que Melville marcou com um grande *X* na margem externa da página: "O pavor da tempestade se restringe mormente às cabines e camarotes. O condutor, o marinheiro, luta diariamente contra ela, e o pulso de sua disposição se revigora tanto em meio à borrasca quanto sob o sol de junho". Ao pé da página, Melville rabiscou outro *X* e escreveu: "Para quem enfrentou o cabo Horn como um marinheiro comum, que monte de tolices".

O comentário era ainda mais duro do que eu me recordava, e a sensação de estar segurando nas mãos o Emerson de Melville, um pequeno volume de encadernação barata, tornou tudo ainda mais comovente. Esse tipo de experiência só é possível em salas de livros raros. Ainda assim, uma imagem digitalizada da página 216 de "Prudence" seria suficiente para ajudar qualquer pessoa a ler Emerson pelos olhos de Melville. Na verdade, a digitalização pode tornar possível enxergar coisas invisíveis ao olho nu, como estudiosos aprenderam ao manipular versões digitais de textos como o mais antigo manuscrito de *Beowulf*.

Naturalmente, a situação atual exige mais do que iniciativas nem sempre confiáveis de digitalização de acervos especiais. Se as bibliotecas de pesquisa quiserem um futuro próspero, precisam se unir. Foram bem-sucedidas no século XX ao cuidar de seus interesses particulares, independentes tanto umas das outras quanto da interferência estatal. No século XXI, porém, enfrentam a

tarefa impossível de avançar em duas linhas de frente, uma análoga e outra digital. Seus orçamentos de aquisições não têm como suportar esse peso. Assim sendo, precisam formar coalizões, concordando em investir em alguns temas e deixando outros para suas aliadas. Terão de desenvolver repositórios comuns e remotos, aperfeiçoar os empréstimos interbibliotecas, realizar permutas eletrônicas de documentos, preparar metadados interoperativos, integrar seus catálogos e coordenar suas digitalizações.

Sei que experiências nesses moldes já foram tentadas e fracassaram. Mas precisamos tentar novamente. Através de tentativa e erro, avançaremos lentamente até a criação de uma biblioteca digital nacional, e em seguida internacional. O Google demonstrou que isso é viável, ao mesmo tempo que mostrou o perigo de fazer as coisas do modo errado — isto é, favorecer o lucro privado às custas do bem público.

As mudanças tecnológicas inundam o panorama da informação com tanta velocidade que é impossível imaginar como estará o cenário daqui a dez anos. Mas, se quisermos direcionar as mudanças para o benefício de todos, o momento de agir é agora. Precisamos que o Estado aja para impedir um monopólio e precisamos de interação entre bibliotecas para promover um programa comum. Digitalizar e democratizar — não é uma fórmula fácil, mas é a única que funcionará se de fato quisermos tornar realidade o ideal de uma República das Letras, que no passado já pareceu tão utópico.

4. Achados e perdidos no ciberespaço

Este ensaio e o que vem a seguir foram escritos em março de 1999, quando eu estava lançando o programa Gutenberg-e na American Historical Association e ao mesmo tempo projetava um e-book que tinha planos de escrever. Dez anos mais tarde, sigo escrevendo o e-book, mas já completei quase toda a sua documentação, que disponibilizarei em breve num website enquanto continuo a trabalhar no corpo do texto principal.

Como muitos acadêmicos, estou prestes a mergulhar no ciberespaço e sinto medo. O que encontrarei por lá? O que vou perder? Será que vou me perder?

Ao me aproximar das margens da web, sou tomado de afeto pelas mídias do passado: a aula expositiva e o livro. Não é notável que ambos sigam firmes em nossos campi, apesar do advento da suposta Era da Informação?

Por mais que admire meus colegas mais jovens, que incluem músicas e imagens computadorizadas em suas aulas, ainda prefiro falar diretamente aos meus alunos, armado com nada além de giz e um quadro-negro. Sou historiador, e quando faço pesquisas em arquivos preencho fichas com minhas anotações, que depois organizo em caixas. Enquanto isso, ao meu redor a geração mais jovem digita sem parar em computadores portáteis e enche câmeras digitais com imagens de documentos. Amo livros, livros à moda antiga; quanto mais velhos, melhor. No meu ponto de vista, a cultura do livro atingiu

seu ápice quando Gutenberg modernizou o códice, e o códice supera o computador em alguns quesitos. Podemos folheá-lo, fazer anotações em suas margens, levá-lo para a cama e guardá-lo comodamente numa prateleira.

Imperfeições mecânicas à parte, textos computadorizados transmitem uma sensação enganosa de controle sobre o tempo e o espaço. Eles têm links para a web, e consideramos a web infinita. Acreditamos que ela nos conecta com tudo, porque tudo está digitalizado, ou logo mais estará. Com um mecanismo de busca suficientemente poderoso à nossa disposição, imaginamos ter acesso a conhecimentos acerca de tudo que existe no planeta — incluindo todo o nosso passado. Está tudo ali, na internet, a um download de distância, pronto para ser impresso.

Essa ideia de ciberespaço guarda uma estranha semelhança com o conceito de mente divina de santo Agostinho — onisciente e infinita, porque o conhecimento de Deus se estende por toda parte, além do tempo e do espaço. O conhecimento também poderia ser infinito num sistema de comunicação com hiperlinks que se estendessem por tudo que existe — naturalmente, porém, tal sistema nunca poderia existir. Produzimos uma quantidade de informação muito superior ao que conseguimos digitalizar e, de qualquer modo, informação não é conhecimento. Para conhecer o passado, precisamos escavar seus restos e aprender a deles extrair sentido. A maioria das pessoas fica satisfeita em deixar o trabalho sujo de escavação para os historiadores e extrair seu próprio sentido a partir das obras escritas por esses especialistas.

Infelizmente, livros também têm seus limites. Qualquer autor sabe o quanto precisa ser eliminado antes que um texto esteja pronto para ser impresso, e qualquer pesquisador sabe o quão pouco pode ser estudado em arquivos antes que o texto seja escrito. Os manuscritos parecem se estender ao infinito. Abrimos uma caixa, tiramos uma pasta, abrimos a pasta, tiramos a carta, lemos a carta e nos perguntamos o que a conecta com todas as outras cartas em todas as outras pastas em todas as caixas, não apenas naquele

repositório em especial, mas em todos os arquivos existentes. A maioria esmagadora desses documentos nunca foi lida por pesquisador algum, e a maior parte das pessoas nunca escreveu cartas. A maior parte dos seres humanos desapareceu no passado sem deixar vestígio algum de sua existência. Escrever a história a partir de arquivos é reunir as poucas peças que conseguimos obter para formar a imagem mais significativa possível dentro de nossas capacidades. Mas o resultado, sob forma de um livro de história, não é melhor em capturar a infinidade da experiência humana do que a capacidade de Agostinho de compreender a mente de Deus.

Em resumo, as mídias tradicionais não têm vantagem alguma sobre as mídias eletrônicas no que tange ao domínio do passado. Há, contudo, algo de irreal nessas especulações. Visões de bancos de dados ou caixas de manuscritos se estendendo ao infinito não confortam historiadores que vasculham arquivos em busca de um tema. Quaisquer que sejam suas angústias epistemológicas, eles têm problemas concretos a solucionar. No meu caso, tenho dezenas de caixas de sapatos abarrotadas de fichas implorando para serem transformadas num livro — caixas demais, na verdade, para originarem um único livro, ou até mesmo para serem mantidas sob controle. É por isso que penso em mergulhar: quero escrever um livro eletrônico.

Eis como minha fantasia toma forma. Ao contrário de um códice impresso, um e-book pode conter diversas camadas, organizadas em forma de pirâmide. Leitores podem fazer download do texto e realizar uma leitura superficial da camada superior, redigida como uma monografia comum. Se ficarem satisfeitos, podem imprimir o texto, encaderná-lo (máquinas de encadernar podem hoje ser conectadas a computadores e impressoras) e estudá-lo ao seu bel-prazer na forma de brochura confeccionada sob medida. Caso encontrem algo em especial que lhes interesse, bastará um clique para passar a uma outra camada, contendo um ensaio suplementar ou um apêndice. Os leitores podem ir ainda mais fundo no livro, explorando corpus de

documentos, bibliografia, historiografia, iconografia, música de fundo, tudo que eu possa oferecer para permitir a compreensão mais completa possível do meu tema. Por fim, os leitores transformarão meu tema em seu próprio tema: encontrarão seu próprio caminho dentro dele, lendo horizontalmente, verticalmente ou diagonalmente até onde os levarem os links eletrônicos.

Tenho consciência de que descrever um e-book é uma coisa, e criá-lo é outra. Ainda assim, é difícil resistir à tentação de arriscar, se você tem a experiência de arquivologia que acabo de descrever. Certa vez consegui ler na íntegra todas as caixas de um arquivo, os documentos de uma editora franco-suíça chamada Société Typographique de Neuchâtel: 50 mil cartas, o único arquivo completo a ter sobrevivido de uma casa editorial do século XVIII. Li também a maior parte dos documentos em dois dos maiores acervos da Bibliothèque Nationale de France: a Collection Anisson-Duperron e os documentos da Chambre Syndicale de la Communauté des Libraires et des Imprimeurs de Paris. Reunidos, esses documentos oferecem um panorama incrivelmente rico do mundo do livro na era do Iluminismo, mas ler tudo isso me custou onze verões e três invernos ao longo de um período de 25 anos.

Não que eu tenha sofrido. Neuchâtel é uma cidade adorável numa ótima região de vinhedos, às margens de um lago cercado por uma bela cadeia de montanhas. E Paris é o paraíso. Essa pesquisa rendeu diversos livros e artigos. Porém, me deixou com milhares de fichas que nunca usei — e também com uma sensação de não ter explorado inteiramente a riqueza do meu tema. Os documentos revelam não somente o que era publicado pelas editoras, mas também o que elas decidiam não publicar; não apenas para onde iam os livros, mas como eram tratados por contrabandistas e mascates em cada estágio dos sistemas de transporte; não apenas quem escreveu os livros, mas como os escritores compreendiam o empreendimento da escrita; não apenas o que era decretado pelo rei para controlar o ramo livreiro, mas também como

censores, inspetores de polícia, burocratas e espiões colaboraram com o trabalho de repressão. Esse material abre novas maneiras de pensar sobre história das ideias, economia, política e sociedade. Suscita a possibilidade de concretizar o ideal batizado pelos franceses de *histoire totale* — uma história total do livro como uma força na França às vésperas da Revolução.

Falar é bem mais fácil que fazer. Nas primeiras tentativas, rascunhei um capítulo de cem páginas sobre o papel como um dos ingredientes do livro e o deixei numa gaveta. Produzi 75 páginas sobre o ramo livreiro no vale do Loire e achei o resultado excessivamente detalhado, a ponto de afastar qualquer leitor. Preparei um estudo sobre como um contrabandista de Lyon abriu uma rota para a rica região livreira do delta do Ródano, e outro sobre como um vendedor de livros de Besançon montou um esquema engenhoso para contornar a *ordonnance* sobre pirataria em 1777, outro sobre o *entrepôt* de Versalhes, outro sobre a vida de um agente literário em Paris, outro sobre as aventuras de um representante de vendas (ele passou cinco meses carregando livros no dorso de um cavalo por todo o sul e o centro da França; sua montaria arriou em Loudun, onde ele comprou um velho pangaré , e todas as transações estão detalhadas em seu relatório de despesas)... Eu poderia continuar fazendo listas e mais listas de temas promissores; não consegui, porém, fazer tudo caber num único livro. Havia coisas demais a contar. Sempre que começava um novo capítulo eu me surpreendia incluindo tantos detalhes que as histórias me escapavam; foi preciso parar, pois temi passar o resto da vida como cronista da Sociéte Typographique de Neuchâtel, escrevendo tomos que ninguém leria, mesmo se fossem publicados.

A resposta é um e-book. Não que uma publicação eletrônica ofereça atalhos, nem que eu tenha a intenção de despejar na internet todo o conteúdo das minhas caixas de sapatos. Meu plano é trabalhar com esse material de diversas formas, abordando os temas mais essenciais na narrativa em primeiro plano e incluindo nos planos inferiores minimonografias e documentos

selecionados dos arquivos mais ricos. Meus leitores poderão se servir do que quiserem, nas porções que preferirem, e até mesmo interligar meu trabalho com as pesquisas de outros na florescente área da história do livro. Um livro eletrônico sobre a história do livro na era do Iluminismo! Não consigo resistir. Vou mergulhar.

Aconteça o que acontecer com minha história, espero que tenha utilidade para outros em situação semelhante. Sei que não existem duas situações verdadeiramente semelhantes. Poucos historiadores puderam se dar ao luxo de trabalhar por décadas em arquivos ainda virgens. Qualquer PhD, contudo, já experimentou as dificuldades de impor uma forma legível a um material espinhoso. Estou convencido de que a internet transformará o mundo do saber. Essa transformação já começou. Nossa tarefa, creio, é assumir suas rédeas para conservar os padrões mais exigentes do passado ao mesmo tempo que desenvolvemos novos padrões para o futuro. Existiria um lugar melhor para começar do que com estudantes que estão concluindo suas teses agora? Tendo crescido com computadores, saberão o caminho ao mergulhar no ciberespaço. Eu ainda estou às suas margens, agarrado em minhas caixas de sapatos e todo tipo de bagagem intelectual que possa me ajudar a flutuar, incluindo alguns livros muito antigos, como as *Confissões* e *A cidade de Deus*, de santo Agostinho.

PARTE II
Presente

5. E-books e livros antigos

Quando este ensaio foi publicado originalmente na New York Review of Books *de 18 de março de 1999, continha um relato detalhado sobre a inflação dos preços dos periódicos científicos e os efeitos desastrosos desses preços abusivos em bibliotecas, editoras acadêmicas e nas carreiras de jovens pesquisadores. Essa situação persiste. Na verdade se tornou ainda pior, mas condensei a discussão sobre o assunto neste ensaio porque o mesmo tema aparece em alguns dos textos subsequentes, e não quero me repetir.*

O futuro de Marshall McLuhan não aconteceu. A web, sim; a imersão global na televisão, certamente; mídias e mensagens onipresentes, sem dúvida. Mas a era eletrônica não levou à extinção da palavra escrita, como foi profetizado por McLuhan em 1962. Sua visão de um novo universo mental sustentado pela tecnologia pós-impressão agora parece datada. Pode ter inflamado a imaginação de muitos durante várias décadas do século XX, mas não fornece um mapa para o milênio em que estamos ingressando. A "galáxia de Gutenberg" ainda existe, e o "homem tipográfico" continua lendo para atravessá-la.

Pense no livro. Sua resistência é extraordinária. Desde a invenção do códice, por volta do nascimento de Cristo, provou-se uma máquina maravilhosa — excelente para transportar informação, cômodo para ser folheado, confortável para ser lido na cama, soberbo para armazenamento e

incrivelmente resistente a danos. Não precisa de upgrades, downloads ou boots, não precisa ser acessado, conectado a circuitos ou extraído de redes. Seu design é um prazer para os olhos. Sua forma torna o ato de segurá-lo nas mãos um deleite. E sua conveniência fez dele a ferramenta básica do saber por milhares de anos, mesmo quando precisava ser desenrolado para ser lido (na forma de rolos de papiro, diferentemente do códice, composto de folhas reunidas por encadernação) muito antes de Alexandre, o Grande fundar a biblioteca de Alexandria em 332 a. C.

Por que, então, continuamos ouvindo profecias sobre a morte do livro? Não é porque McLuhan tinha razão, mas porque os tipos móveis não conseguem avançar com velocidade suficiente para se manter atualizados. A maioria dos e-books armazena textos depois de baixá-los de livrarias on-line e em seguida os projeta em uma tela, uma página por vez. O JSTOR, projeto desenvolvido pela Andrew W. Mellon Foundation, disponibilizou on-line vastas coleções de periódicos acadêmicos, possibilitando que fossem comprados por bibliotecas sem condições de adquirir os originais. A Biblioteca Pública de Nova York fornece um volume tão grande de informações eletrônicas a usuários do mundo inteiro que ainda em 1999 declarou 10 milhões de visitas mensais ao seu sistema informatizado, em contraste com os 50 mil livros retirados em sua sala de leitura na rua 42. Ao que parece, tudo vem sendo digitalizado, e cada uma delas está interligada via hiperlinks a todas as outras. Se o futuro trouxer jornais sem notícias, periódicos científicos sem páginas e bibliotecas sem paredes, o que acontecerá com o livro tradicional? Será obliterado pela publicação eletrônica?

Ouvimos essa profecia ser repetida desde que o primeiro e-book, uma monstruosidade deselegante conhecida como Memex, foi projetado em 1945. A esta altura o livro convencional já foi declarado morto tantas vezes que muitos de nós deixaram de se preocupar com o risco de estantes vazias. Agora que têm computadores, os americanos produzem e consomem mais do que

nunca letras impressas em papel. Até Bill Gates, comandante da Microsoft, confessou numa palestra recente que prefere o material impresso às telas de computador para leituras mais extensas:

> Ler na tela ainda é uma experiência vastamente inferior à leitura em papel. Mesmo eu, que tenho telas caríssimas e gosto de me considerar um pioneiro do estilo de vida web, prefiro imprimir qualquer coisa que ultrapasse quatro ou cinco páginas. Assim posso carregar o texto comigo e fazer anotações. E a tecnologia ainda precisa avançar bastante para se igualar a esse nível de usabilidade.

Gates afirma que a tecnologia terá que melhorar de forma "muito radical" antes que "tudo que hoje necessita de papel se transfira para um formato digital". Em outras palavras, o códice à moda antiga, impresso em cadernos de folhas de papel, não está prestes a sumir no ciberespaço.

Por que, então, resiste o fascínio da publicação eletrônica? Esse sentimento parece ter atravessado três estágios: uma fase inicial de entusiasmo utópico, um período de desilusão e uma nova tendência que tende ao pragmatismo. De início imaginamos que conseguiríamos criar um espaço eletrônico, colocar tudo ali dentro e então deixar que os leitores cuidassem da filtragem e da organização. Depois descobrimos que ninguém leria um livro inteiro numa tela de computador nem estaria disposto a escarafunchar pilhas e mais pilhas de folhas impressas. Agora encaramos a possibilidade de suplementar o livro tradicional com edições eletrônicas criadas especificamente para determinados propósitos e públicos.

A melhor defesa que pode ser feita em relação aos e-books tem relação com a publicação acadêmica, não em todos os campos, mas num número considerável de áreas das ciências humanas e sociais onde se tornou proibitivamente caro produzir monografias convencionais. Essa dificuldade é tão severa que vem transformando o panorama do saber. Surgiu como resultado

da convergência de três problemas, fazendo a monografia parecer uma espécie em risco de extinção.

Editoras comerciais elevaram o preço dos periódicos a um patamar tão alto, especialmente nas ciências naturais, que isso devastou os orçamentos das bibliotecas de pesquisa. De modo a manter seus acervos de periódicos, as bibliotecas precisaram fazer cortes drásticos nas aquisições de monografias. Ao se depararem com a queda nas compras das bibliotecas, as editoras acadêmicas praticamente cessaram a publicação de trabalhos das áreas menos férteis. Os estudiosos dessas áreas ficaram sem o modo mais adequado de colocar suas pesquisas em circulação. Essa crise diz respeito à operação do mercado, não ao valor dos estudos; e é maior entre aqueles que têm a maior necessidade de superá-la — a próxima geração de acadêmicos cujas carreiras dependem da eficácia em publicar seus trabalhos.

Uma análise mais cuidadosa de cada aspecto dessa crise indica que ela teve início nos anos 1970, quando os preços dos periódicos começaram a subir desordenadamente. Agora estão totalmente fora de controle. Em 2007, o preço da assinatura de muitos periódicos científicos chegava a mais de 20 mil dólares por ano. *Nuclear Physics A & B*, por exemplo, custa 21003 dólares, e os gastos com assinaturas nas bibliotecas de pesquisa aumentou em 320% ao longo das duas últimas décadas. O prestígio de publicar nos periódicos mais caros é tão importante para avançar na carreira, especialmente nas ciências exatas e biológicas, que as bibliotecas de pesquisa descobriram ser impossível convencer os membros dos institutos a aceitar o cancelamento de assinaturas. Assim, lidam com a pressão no orçamento sacrificando as monografias em favor dos periódicos. Até pouco tempo atrás, as monografias constituíam pelo menos metade de seu orçamento de aquisições. Hoje representam em torno de 25%.

O segundo aspecto da crise ameaça a vida acadêmica num ponto especialmente vulnerável: os orçamentos das editoras universitárias. De acordo

com uma regra prática entre editores nos anos 1970, essas instituições podiam contar com a venda de oitocentos exemplares de uma monografia para bibliotecas. Hoje esse número fica em torno de trezentos, e isso não é suficiente para cobrir os gastos. As editoras não podem mais ter certeza de que venderão livros que há vinte anos seriam irresistíveis para qualquer bibliotecário. O volume 1 de *The papers of Benjamin Franklin*, publicado em 1959, vendeu 8047 exemplares. O volume 33, publicado em 1997, vendeu 753. Com frequência tais editoras reagiram à queda na demanda por livros acadêmicos publicando tiragens menores deles. Passaram a se concentrar em títulos sobre temas locais populares, pássaros, culinária, esportes ou livros "*midlist*" — isto é, obras de interesse quase geral que as editoras comerciais estavam deixando de lado para especular com livros com apelo de massa: manuais de ginástica, guias práticos e best-sellers em potencial escritos por autores de renome. É possível alegar que existem monografias em excesso — um volume cada vez maior sobre temas cada vez menores, como se diz. Às vezes os críticos acusam os professores de escreverem para os colegas em vez de tratarem de temas que interessem ao público em geral. O "monografismo" pode sem dúvida se tornar uma doença. Parece estar matando disciplinas como a crítica literária, na qual modismos e jargão enigmático afastaram os leitores comuns. A maioria dos pesquisadores, contudo, resistiu às variantes mais malignas da doença, e algumas especialidades são importantes mas inevitavelmente esotéricas. Permanece a questão: pode o autor de uma monografia digna de mérito — algo consistente, mas não sedutor, o tipo de livro que florescia há vinte anos — ter esperanças de publicá-la?

Se você fizer essa pergunta a professores e editores, ficará desanimado. Muitos deles contam histórias a respeito de monografias excelentes que não venderam nada. Minha história de terror favorita diz respeito a uma obra magnífica sobre a Revolução Francesa, que recebeu três prêmios importantíssimos e vendeu 183 exemplares em capa dura e 549 em brochura.

Algumas áreas de estudo — como a Guerra Civil Americana — continuam se sustentando bem, é claro. Mas área nenhuma pode ser desprezada, ainda que as editoras tenham abandonado muitas delas e que até mesmo a noção de uma área de estudo específica pareça problemática em muitas disciplinas. O panorama acadêmico permanece complexo demais para ser dividido em setores claros; mas, se for tomado por inteiro e encarado como um mercado, parece em recessão. Editoras inteiras podem ou não desaparecer, mas uma conclusão parece óbvia: a monografia realmente corre risco de extinção.

Esse perigo se espalha para a terceira área problemática: as carreiras dos jovens pesquisadores. Qualquer professor-assistente conhece o imperativo categórico — publique ou pereça — que se traduz em algo mais imediato: nada de monografia, nada de cátedra. Conseguir um emprego já é difícil o bastante para alguém que acabou de obter seu PhD, mas quando as maiores dificuldades têm início — mudar de cidade, organizar as primeiras aulas, encontrar um parceiro ou constituir família e, sobretudo, publicar um livro. Vamos supor que, contra todas as chances, um professor-assistente consiga transformar uma tese numa monografia de primeira classe ao longo de três ou quatro anos: terá ele alguma chance de publicá-la? Dificilmente.

Basta entrar no escritório de qualquer editor de uma editora acadêmica para contemplar pilhas e mais pilhas de teses, dezenas delas. Suspirando, ele explicará que só tem condições de publicar duas ou três por ano. Depois de um suspiro ainda mais profundo, explicará que a editora sofre pressões dos comitês catedráticos, que querem ver um livro impresso, acompanhado por relatórios e resenhas.

As editoras resistem a ser envolvidas no processo de seleção de professores, e com razão, mas muitas vezes pelos motivos errados — isto é, porque prestam mais atenção em seus orçamentos do que em suas responsabilidades

profissionais. Gostem disso ou não, servem de funil no processo de crescimento profissional. Apesar disso, não têm como publicar a maior parte dos originais que recebem. Os autores desses originais provavelmente não avançarão para o estágio seguinte de suas carreiras. Ao contrário, podem cair na população instável de professores-adjuntos, aceitando trabalhos ocasionais onde surgirem, geralmente em troca de pagamento inadequado, benefícios insuficientes e nenhum reconhecimento. Podemos estar produzindo o equivalente intelectual dos trabalhadores rurais forçados a deixar seus estados nas secas ocorridas durante a Grande Depressão — trabalhadores acadêmicos migrantes, armados com notebooks e dormindo nos bancos traseiros de seus automóveis.

Pode a publicação eletrônica oferecer uma solução a esses problemas interconectados? A primeira fase do enamoramento com os e-books, o período do entusiasmo utópico, serve de alerta contra expectativas irreais. Os utópicos acreditam cegamente na eficácia da Mão Invisível, tão querida dos economistas. Deixem os empreendedores tomarem conta do mercado, afirmam, e os bons mecanismos de busca cuidarão de eliminar as mensagens eletrônicas ruins.

Esse argumento pode ser válido para alguns tipos de bens de consumo, talvez até mesmo para o consumo de livros comerciais: basta conferir o sucesso de empresas como a Amazon.com. Para quem se preocupa com o saber acadêmico e a vida intelectual em geral, esse argumento recende a um otimismo irresponsável; não faça nada, e talvez alguma coisa aconteça. Na verdade o ciberespaço, assim como a economia, precisa ser regulamentado. Pesquisadores deveriam estabelecer padrões, exercer um controle de qualidade no mundo acadêmico. Isso pode ser feito atacando a crise em dois pontos: o

ponto onde iniciantes transformam teses em livros e o ponto onde veteranos experimentam novas formas de pesquisa e conhecimento acadêmicos.

Podemos sem dúvida despejar um número ilimitado de teses na web. Diversos programas oferecem esse serviço — e é um serviço legítimo: torna as pesquisas acessíveis aos leitores. Via de regra, porém, esse tipo de publicação fornece apenas informações, e não conhecimento acadêmico desenvolvido de forma integral, pelo menos na maior parte das ciências humanas e sociais. Quem já leu teses "cruas" sabe do que estou falando: teses não são livros. São universos diferentes. Para se tornar um livro, uma tese precisa ser reorganizada, perder trechos e ganhar outros, ser adaptada às necessidades de um leitor leigo e reescrita do início ao fim, de preferência sob a orientação de um editor experiente.

Editores costumam se referir a essa recriação como "valor agregado", e ela representa apenas parte do valor investido num livro. Revisão por pares, diagramação, composição, impressão, distribuição, divulgação — uma série de especialidades é necessária para transformar uma tese numa monografia. Em vez de simplificar esse processo, a publicação eletrônica adicionará novas complicações, mas pode gerar como resultado um aumento de valor. Uma tese eletrônica poderia contar com um número ilimitado de apêndices e bancos de dados. Poderia ser interligada a outras publicações, de modo a permitir que os leitores encontrem novos caminhos em meio a um material antigo. E, uma vez resolvidos os problemas técnicos, poderia ser produzida e distribuída de forma econômica, diminuindo os custos de produção para o editor e a necessidade de espaço em estante para a biblioteca.

São problemas enormes, é claro. Os custos iniciais são altos; e os preços não diminuirão, pelo menos não até que editoras individuais possam oferecer coleções inteiras de monografias eletrônicas e bibliotecas possam comprá-las em grandes quantidades, disponibilizando-as aos leitores através de licenças locais. Os usuários poderiam fazer download das monografias, pesquisar os

textos em busca do que gostariam de estudar, imprimir os trechos relevantes, encaderná-las numa máquina conectada à impressora e levá-las para ler em casa na forma de brochura personalizada. Já existe tecnologia para realizar todas essas funções. Brochuras existentes já podem ser produzidas eletronicamente por muito menos de cinquenta dólares. Porém, para publicar monografias originais de alta qualidade, uma editora acadêmica precisará reunir todas as partes de um sistema de produção e distribuição original de alta qualidade.

No caso da história, uma disciplina em que a crise editorial acadêmica é sentida de forma especialmente séria, o e-book se mostra bem atraente. Qualquer historiador que tenha realizado longos períodos de pesquisa conhece a frustração advinda da incapacidade de transmitir a profundidade dos arquivos e a infinitude do passado. Você pensa consigo mesmo: Ah, se o leitor pudesse dar uma olhada nesta caixa, em todas as cartas que ela contém, e não apenas nestas poucas linhas da carta que estou citando. Ah, se eu pudesse seguir aquela trilha no meu texto, como fiz ao lidar com os dossiês, quando me senti livre para me desviar para bem longe do meu tema principal. Ah, se eu tivesse um modo de mostrar como os temas se entrelaçam fora da minha narrativa e se estendem muito além dos limites deste livro. Não que os livros devam ser isentados do imperativo de desbastar uma narrativa até encontrar sua forma mais concisa e elegante. Mas, em vez de usar um argumento para encerrar um caso, os livros poderiam abrir novas maneiras de compreender as evidências, novas possibilidades de apreender o material bruto engastado na narrativa, uma nova consciência das complexidades envolvidas na construção do passado.

Não estou defendendo o mero acúmulo de dados, nem postulando interconexões com bancos de dados. Os chamados hiperlinks podem ser apenas uma forma elaborada de notas de rodapé. Em vez de inchar o livro, creio ser possível estruturá-lo em camadas dispostas em forma de pirâmide. A camada

superior poderia ser uma exposição concisa do tema, talvez disponível em brochura. A camada seguinte poderia conter versões expandidas de diferentes aspectos do mesmo argumento — não dispostas sequencialmente como em uma narrativa, mas sob forma de unidades autocontidas que alimentem o andar superior. A terceira camada poderia ser composta por documentos, possivelmente de diferentes tipos, sempre acompanhados por ensaios interpretativos. Uma quarta camada poderia ser teórica ou historiográfica, com seleções de trabalhos acadêmicos anteriores e discussões a seu respeito. Uma quinta camada poderia ser pedagógica, consistindo em sugestões para debates em sala de aula, um modelo de súmula e módulos de ensino. E uma sexta camada poderia conter relatórios de revisão, correspondências entre o autor e o editor e cartas dos leitores, fornecendo um corpus crescente de comentários à medida que o livro transitasse entre diferentes públicos.

Esse novo formato de livro traria à tona um novo tipo de leitura. Alguns leitores podem ficar satisfeitos com uma passada rápida pela narrativa superior. Outros podem ter vontade de ler verticalmente, mergulhando cada vez mais fundo em determinados temas com ajuda dos ensaios e documentos de apoio. Outros podem navegar em direções imprevistas, buscando conexões que se adaptem aos seus próprios interesses, ou alterando o material em construções particulares. Em cada caso, os textos apropriados poderiam ser impressos e encadernados conforme as especificações do leitor. A tela do computador seria usada para a leitura de amostras e realização de buscas, enquanto a leitura concentrada, de fôlego, aconteceria mediante um códice convencional.

Longe de ser utópica, a monografia eletrônica poderia suprir as necessidades da comunidade acadêmica nos pontos de convergência de seus problemas. Ofereceria uma ferramenta para dissecar problemas e abrir um novo espaço para a expansão do conhecimento. O mundo do saber vem mudando tão rapidamente que ninguém consegue prever como estará daqui a dez anos.

Acredito, porém, que continuará dentro dos limites da galáxia de Gutenberg — ainda que essa galáxia vá se expandir graças a uma nova fonte de energia, o livro eletrônico, que servirá como suplemento, e não substituto, da grande máquina de Gutenberg.

6. Gutenberg-e

Em 1997, tantos problemas haviam convergido no mundo do livro que uma mudança fundamental parecia possível. Tive esperanças de colaborar para isso, ainda que modestamente. Imaginei envolver a American Historical Association (AHA) num projeto de promoção de um novo tipo de monografia: teses de doutorado recriadas para publicação na internet em forma de livro eletrônico. Tendo sido eleito para assumir a presidência da AHA em 1999, dediquei boa parte de 1997 e 1998 a planificar esse projeto, que veio a ser chamado de Gutenberg-e.

Comecei preparando um esboço preliminar na esperança de conseguir financiamento. Seu propósito fundamental, como imaginei originalmente e em retrospecto ainda vejo da mesma forma, era desenvolver e testar um modelo para publicar títulos acadêmicos através da internet. Havia também duas outras metas: revitalizar as monografias nas áreas da história onde o processo editorial convencional tinha se provado inviável economicamente e ajudar pesquisadores iniciantes a se lançarem na carreira, apesar das dificuldades de publicar pela primeira vez da maneira convencional.

Agora, depois de analisar dezenas de demonstrativos de lucros e perdas, percebo que meu entendimento dos aspectos econômicos do ramo editorial era, na melhor das hipóteses, ingênua. De início, imaginei que os e-books poderiam ser disponibilizados gratuitamente na internet — na verdade, como

publicações de acesso livre subsidiadas por fundações ou universidades, que cobririam os gastos por tempo suficiente para verificar se a experiência seria bem-sucedida. Quando sondei a Andrew W. Mellon Foundation a respeito dessa possibilidade, em fevereiro de 1998, recebi uma resposta encorajadora, acompanhada de uma pergunta desconcertante: qual era meu plano de negócios? Eu nunca tinha ouvido falar de planos de negócios. Sim, eu obtivera algum conhecimento sobre os aspectos econômicos do ramo editorial quando fiz parte do conselho editorial da editora da Universidade de Princeton, de 1977 a 1981. Mas eu não tinha noção da minha falta de noção. Na minha visão de amador, acreditava que os e-books proporcionavam uma forma de diminuir custos, não no lado editorial, em que a mão de obra especializada continuaria tão importante quanto sempre havia sido, mas em termos de papel, impressão e encadernação, além de gastos com armazenamento, transporte, distribuição para vendas no varejo e espaço nas estantes das bibliotecas.

Além disso, parecia provável que os e-books atrairiam compradores, especialmente em bibliotecas de pesquisa, por abrirem a possibilidade de uma nova forma de divulgar pesquisas. Graças à digitalização, os autores poderiam incluir uma quantidade ilimitada de evidências documentais, ilustrações, gravações sonoras, filmes e conexões com outras publicações, deixando tudo isso acessível em combinações que ultrapassariam de longe a capacidade do códice impresso. Sim, a profissão de historiador é conhecida por seu conservadorismo em questões profissionais. Porém, se encontrássemos um modo de escolher as melhores teses e recriá-las em publicações exemplares, sua qualidade indiscutível poderia conquistar até os mais céticos. O sucesso dos e-books de história determinaria padrões para todo tipo de publicações acadêmicas na internet; e, ao romper as barreiras que haviam limitado a publicação impressa, abriria um caminho para novas carreiras acadêmicas.

A dificuldade de publicar trabalhos em áreas como América Latina colonial e Europa no início da era moderna tornou a maldição do publique-ou-

pereça um peso nos ombros da geração mais jovem de historiadores. Eles sem dúvida enfrentaram desvantagens demográficas, econômicas e de muitas outras naturezas na competição por cátedras. Porém, o momento em que um novo PhD precisava converter sua tese num livro parecia ser o ponto de convergência dos problemas mais prementes. Concentrando nossos esforços nesse momento crítico, talvez pudéssemos desenvolver uma nova maneira de difundir conhecimento, legitimar e-books acadêmicos e promover carreiras, tudo ao mesmo tempo.

Desenvolvi esses raciocínios no primeiro esboço do projeto, entregue à Mellon Foundation no início de 1998. Naquela época, como hoje, os administradores da Mellon ansiavam por dar seu apoio a experimentos que prometessem melhorar as condições básicas do mundo do saber. Eu havia estabelecido relações amistosas com eles num experimento anterior, o "Seminário Oriente-Ocidente de Estudos sobre o Século XVIII", que reuniu jovens acadêmicos de ambos os lados da Cortina de Ferro para uma semana de debates intensos a respeito de questões que transcendiam divisões acadêmicas e políticas. Esse projeto, que dirigi por sete anos graças ao financiamento da Mellon, pode ter conquistado uma predisposição favorável à minha iniciativa relacionada aos e-books. De qualquer modo, por algum motivo o pessoal da Mellon deu uma resposta positiva ao meu pedido de apoio. Recebi um subsídio preliminar para cobrir os gastos do comitê de especialistas que ficaria responsável por analisar diferentes aspectos do projeto e apresentar recomendações para a proposta final de financiamento.

Composto em boa parte de editores e bibliotecários de visão, o comitê desmascarou o amadorismo por trás de minhas idéias em sua reunião de 10 de outubro de 1998. Sanford Thatcher, diretor da Penn State Press, advertiu que era impossível determinar em quais áreas específicas a monografia poderia ser claramente considerada "em risco de extinção". Um dos membros do comitê chegou a comentar: "Acho muito difícil apontar quais áreas estão 'em

perigo', pois o ramo inteiro parece em apuros". Colin Day, então diretor da editora da Universidade de Michigan, insistiu que preparar uma publicação eletrônica implicaria custos mais altos, e não mais baixos, graças às complexidades técnicas e imperativos de projeto: como editores e tecnólogos formulariam uma obra com "a cara" necessária para obter sucesso em promover uma nova maneira de difundir conhecimento? Ann Okerson, bibliotecária de Yale, trouxe à tona a incompatibilidade potencial dos três objetivos que eu havia traçado. Seria mesmo possível matar três coelhos com uma só cajadada?, perguntou. Ainda assim, o comitê apoiou a ideia geral de desenvolver monografias eletrônicas exemplares que abrissem caminho para a publicação acadêmica num futuro que, todos concordavam, certamente seria digital. Enviei uma proposta bem mais modesta no final de outubro, e a Mellon concedeu à AHA um subsídio generoso para a criação de uma série de livros eletrônicos sobre história batizada de Gutenberg-e.

De 2000 a 2006, a AHA patrocinou uma competição anual para escolher as melhores teses de história, selecionadas por júris de historiadores veteranos de renome em suas áreas. A justificativa do programa, conforme exposta na proposta original (a proposta definitiva usava uma linguagem mais formal) era

> sancionar a publicação eletrônica cobrindo os vencedores de tantas honras que os comitês de cátedra e as administrações acadêmicas serão forçados a prestar atenção. Se for bem-sucedido, o exemplo acabará disseminado e ajudará as mudar as regras do jogo na vida acadêmica. Servirá também para promover uma nova modalidade de difusão do conhecimento científico num momento em que editores e bibliotecários manifestam perplexidade em relação aos primeiros passos a serem dados no difícil e arriscado campo da publicação eletrônica.

Os vencedores, normalmente seis por ano, receberiam um prêmio de 20 mil dólares cada, a serem aplicados, esperávamos, em pesquisas adicionais e quaisquer despesas necessárias para reescrever suas teses em forma de livros eletrônicos.

Naturalmente, os autores precisavam de ajuda. Escolhemos como editora a casa mais prestativa que encontramos, a Columbia University Press, já comprometida com a publicação eletrônica graças ao sucesso da CIAO (Columbia International Affairs Online), sua coleção de artigos e relatórios sobre relações internacionais disponíveis na internet mediante assinatura. Enquanto a AHA organizava as competições, Kate Wittenberg dirigia a publicação do Gutenberg-e na editora. Ela organizou oficinas semestrais, financiadas por um subsídio adicional da Mellon, onde os mais recentes ganhadores dos prêmios discutiam em grupo seus projetos e em seguida se reuniam em particular com editores, tecnólogos de computação, designers e outros profissionais do livro. Vencedores dos concursos anteriores, bem como profissionais de outras editoras, participaram das oficinas. Assim, a experiência adquirida na Columbia University Press começou a se disseminar pelo ramo editorial e também no mundo universitário.

Antes que as oficinas pudessem dar resultados, porém, encontramos dificuldades imprevistas. Para nossa surpresa, houve poucas inscrições, apesar de uma boa divulgação e da cobertura da imprensa nos primeiros anos da competição. Ficamos sabendo que orientadores de teses desestimulavam seus alunos a competir, pois temiam que uma publicação on-line não contaria como livro real quando chegasse o momento de decisões sobre contratações e cátedras. Noções inflexíveis sobre o que constituía um livro também impediram que as primeiras monografias do Gutenberg-e fossem resenhadas amplamente. Michael Grossberg, editor da *American Historical Review*, ajudou a superar esse obstáculo ao desenvolver um protocolo para resenhas críticas de e-books em geral, e a Columbia enviou cópias impressas dos textos

eletrônicos para resenhistas que não queriam sair clicando em telas de computador. Para aumentar o número de inscrições, abrimos a competição a uma gama ainda maior de temas e acabamos desistindo de vez da nossa tentativa de reviver a monografia em áreas consideradas em risco.

Graças a esses esforços e à divulgação intensa por parte da AHA, tanto em seu boletim *Perspectives* quanto nas cerimônias de premiação em seu encontro anual, o número de inscrições aumentou nos anos finais do programa. Àquela altura, contudo, tivemos de enfrentar outro problema: embora as teses premiadas fossem magníficas e os vencedores representassem os maiores talentos de sua geração, poucos autores foram capazes de concluir seus e-books dentro do prazo. Escrever um livro, em vez de uma tese, leva mais tempo do que eles imaginavam, e escrever um livro eletrônico se mostrou duplamente complicado. Eles encontraram problemas de direitos autorais e compra de material ilustrativo. Muitos deles constituíram famílias, conseguiram novos empregos e ficavam acordados até tarde preparando aulas ou cuidando de bebês. Como encontrar tempo ou energia para criar um tipo novo e ambicioso de livro?

Essas dificuldades obstruíram o ritmo de produção da editora e o atraso nas publicações prejudicou as vendas, que em geral aconteciam mediante licenças locais compradas por bibliotecas. A assinatura anual com acesso a todos os títulos como pacote digital custava 195 dólares. E-books individuais eram vendidos por 49,50 dólares. Quando o programa chegou ao fim, em janeiro de 2005, haviam sido vendidas assinaturas em número suficiente para cobrir os gastos, segundo os cálculos de Kate Wittenberg. Naquela época, porém, como muitas outras editoras acadêmicas, a Columbia sofria graves pressões econômicas e acabou decidindo que não poderia financiar uma versão mais enxuta do programa — a AHA estava disposta a continuar administrando a competição, mas os prêmios teriam de ser simbólicos — após o fim do subsídio da Mellon em 2005. Acabou disponibilizando o corpus inteiro, 35

obras, numa plataforma de acesso livre. Ao mesmo tempo os livros foram assimilados num programa paralelo chamado Humanities E-Book, desenvolvido pelo American Council of Learned Societies, onde estão disponíveis mediante assinatura e serão preservados por tempo indeterminado.

É possível considerar o projeto Gutenberg-e um sucesso? Creio ser justo afirmar que, individualmente, os livros representaram as pesquisas mais inovadoras e de maior qualidade por parte dos alunos de pós-graduação que ingressaram na profissão na primeira década do século XXI. Alguns, como *The door of the seas and key to the universe: Indian politics and the imperial rivalry in the Darien, 1640-1750*, de Ignacio Gallup-Diaz, não divergiam muito em forma e conteúdo de monografias impressas, pois foram criados para serem lidos linearmente, página por página, capítulo após capítulo. Outros, como *Binding memories: Women as makers and tellers of history in Magude, Mozambique*, de Heidi Gengenbach, empregam áudio, vídeo, imagens e hipertexto de maneiras que convidam o leitor a viajar em muitas direções, através de mecanismos de busca e links. Como um todo, os e-books exploraram um amplo espectro das possibilidades criadas pela tecnologia digital.

As resenhas foram via de regra favoráveis, mas nunca entusiasmadas. Nenhum resenhista contestou a excelência das pesquisas, nem economizou elogios aos volumes individuais. Mas a série como um todo pareceu desapontar Patrick Manning, professor da Northeastern University, que escreveu a crítica mais meticulosa do conjunto. "Os títulos do Gutenberg-e dão contribuições sólidas às suas áreas, mas não aparentam dar saltos inovadores, tanto como obras individuais quanto como grupo", concluiu.[8] Sanford Thatcher, que desde o início acompanhou o projeto com distanciamento crítico, escreveu uma avaliação mais positiva ao seu final: "Ainda estamos longe de encontrar uma solução para as monografias que permita uma transição viável do ambiente impresso para o eletrônico [...]. Mas o projeto Gutenberg-e [...] deve permanecer por muitos anos como fonte de inspiração

e conhecimento prático, e a longo prazo sem dúvida se provará digno do investimento realizado".[9]

Num futuro não muito distante deverá ser possível chegar a um consenso sobre o valor do Gutenberg-e, porque experimentos de publicação eletrônica dificilmente se comparam com fenômenos históricos que desafiam interpretações conclusivas — do tipo evocado por Mao Tsé-tung em sua resposta famosa (e provavelmente apócrifa) a uma pergunta sobre o significado da Revolução Francesa: "É cedo demais para dizer". O Gutenberg-e passou por dificuldades por causa de falhas em seu projeto ou por estar à frente de seu tempo? Acredito na segunda opção, embora eu naturalmente seja tendencioso nesta questão. Acredito que ele funcionou como experiência, e que seria viável nos dias de hoje como iniciativa sustentável. Uma população cada vez maior de nativos digitais acha natural ler em máquinas. Muitos dos leitores mais velhos se familiarizaram com o ato de clicar em textos e seguir raciocínios através de links em vez de virar páginas em ordem consecutiva. Embora o códice impresso ainda domine o mercado, não inspira mais autoridade como única forma possível de livro. Experiências continuam sendo realizadas com todo tipo de formas digitais e híbridas. Algo que o Gutenberg-e tem a ensinar é a importância da evidência documental. Assim sendo, creio valer a pena publicar os dois documentos a seguir, que ilustram o consenso da época — com respeito às ambições iniciais do Gutenberg-e e sua utilidade para a pesquisa — e sua situação cinco anos mais tarde.

1. PROPOSTA DE FINANCIAMENTO (1997)

A American Historical Association solicita apoio para um programa de três anos dedicado a promover a publicação de monografias eletrônicas de alta qualidade. Uma competição nacional seria organizada para a outorga de

seis prêmios, concedidos anualmente às melhores teses nas áreas em que a monografia parece correr risco de extinção — isto é, nas áreas ou subcampos que encontram resistência por parte das editoras. Um dos prêmios seria reservado à melhor tese ou original de primeiro livro escrito por um historiador independente — isto é, alguém cujas pesquisas, ao contrário daquelas realizadas por professores com dedicação exclusiva, não seja financiada por uma instituição. O prêmio consistiria numa bolsa de 20 mil dólares, a ser aplicada no aperfeiçoamento do livro e da edição em si — a ser preparada por uma editora acadêmica, difundida através da world wide web e acessada primordialmente mediante licenças locais em bibliotecas de pesquisa, embora também possa ser disponibilizada no esquema pay-per-view.

Objetivo

O programa não tem como única intenção laurear a excelência na pesquisa científica com mais um prêmio prestigioso, mas usar esse mesmo prestígio — os louros mais cobiçados, concedidos pelo júri mais grandioso, com o apoio de toda a respeitabilidade da AHA — para estabelecer um elevado padrão para a publicação eletrônica. Esperamos também estimular pesquisas em áreas nas quais as editoras acadêmicas passam por dificuldades para cobrir seus gastos e queremos ajudar jovens pesquisadores que estão sofrendo para publicar seu primeiro trabalho. Ao legitimar a publicação eletrônica, a AHA pode quebrar a resistência de comitês de cátedra e outros que se recusam a considerar as publicações eletrônicas como livros de verdade. Ao extrair o máximo dessa mídia, podemos também contribuir para um novo conceito do próprio livro como veículo de conhecimento.

Projeto

A AHA divulgaria a competição em seu website, em suas publicações — especialmente em *Perspectives* —, em seu boletim mensal e em outros

periódicos, como o *Chronicle of Higher Education*. Através de sua mala direta, que atinge praticamente todos os departamentos de história no país, convidaria o coordenador de cada departamento com programa de doutorado a indicar uma ou duas teses defendidas nos últimos três anos. Também estaria aberta a inscrições de historiadores independentes e não acadêmicos, trabalhando em conjunto com organizações como o National Council on Public History, a National Coalition of Independent Scholars e a National Adjunct Faculty Guild.

Em cada ano, a competição seria restrita às áreas da pesquisa histórica onde há dificuldades em publicar monografias. Seriam elas:

Em 1999: Períodos coloniais da América Latina, África e Ásia Meridional

Em 2000: Europa antes de 1800

Em 2001: História diplomática e militar, especialmente sem foco nos Estados Unidos

Um painel de três historiadores veteranos avaliaria os inscritos. Caso necessário, alguns dos textos poderiam ser enviados para revisão por especialistas, selecionados através do banco de dados mantido pela *American Historical Review*. As decisões finais, contudo, caberiam ao painel. Seriam relacionadas por escrito na lista de premiação, que funcionaria como parecer de leitura para o editor das teses vencedoras. Os juízes estabeleceriam uma lista numerada de candidatos ao prêmio, de modo que, no caso de o primeiro autor na lista recusar a honra — isto é, preferir publicar de maneira convencional —, ela seria concedida ao autor seguinte na lista, e assim por diante. Os autores se comprometeriam a publicar sua obra em forma eletrônica mediante a assinatura de um contrato com uma editora acadêmica, selecionada pela AHA como editora da série inteira, mas o contrato poderia prever uma edição subsequente em códice. Um número limitado de exemplares também seria impresso e encadernado para fins de doação e resenha. No decorrer do

processo de seleção, a consideração mais importante seria a excelência do trabalho. Os relatórios dos painéis serviriam como garantia de que as obras premiadas satisfariam os padrões mais exigentes de avaliação profissional.

A AHA celebraria os vencedores com bastante alarde em seu encontro anual e divulgaria amplamente seus trabalhos em suas publicações. Os ganhadores receberiam uma bolsa de 20 mil dólares, que deveriam ser aplicados na preparação do melhor livro eletrônico possível. Esse valor poderia ser utilizado para que os pesquisadores obtivessem um semestre de licença de sua universidade e realizassem pesquisas adicionais, mas se esperaria que se concentrassem em reescrever o texto e adaptá-lo ao formato eletrônico sob a orientação de editores especiais na editora acadêmica.

Para transformar as teses brutas e versões "finais" em livros prontos, gostaríamos de extrair o máximo daquilo que as editoras acadêmicas chamam de "valor agregado" — isto é, o trabalho de edição, preparação de texto e design, além de seu know-how eletrônico. Essa experiência também seria vantajosa para uma editora, porque poderia abrir o caminho do desenvolvimento ou melhoria de um programa de publicação eletrônica. Na realidade, esperamos que os benefícios se espalhem por toda a indústria editorial, assim como pelo mundo acadêmico. Para maximizar esses benefícios, entretanto, fomos aconselhados a não dispersar as monografias entre diversas editoras nem criar um consórcio editorial. Portanto, estamos propondo confiar o programa a uma única editora acadêmica, uma casa editorial interessada em se envolver seriamente com o projeto. Esta editora receberia uma subvenção que poderia ser aplicada da maneira que se julgasse mais efetiva — por exemplo, na contratação e treinamento de funcionários. Defenderíamos um acordo de três anos, de modo a promover a continuidade e estabelecer uma lista especial: a AHA Prize Monograph Series, publicada com o selo da editora acadêmica. A editora cuidaria do marketing e das vendas; também ficaria responsável

pela distribuição da obra, embora essa função técnica possa ser delegada ao Research Library Group (RLG).

Essas funções de distribuição, realizadas pela editora ou pelo RLG, englobariam o seguinte:

1. *Orientação de autores*: desenvolvimento de um modelo para auxiliar autores e editores no estabelecimento de marcações padronizadas consistentes com uma definição de tipo de documento (DTD).

2. *Projeto de um espaço eletrônico*: um mecanismo de armazenamento, busca e acesso com possibilidade de links para outros documentos e bancos de dados. Os leitores devem poder navegar pelo documento e browsers de web devem ser capazes de consultar uma sinopse, um sumário e talvez um capítulo de amostra.

3. *Distribuição e vendas*: esperamos que a editora acadêmica venda o pacote de seis livros premiados para bibliotecas de pesquisa por uma quantia fixa, deixando que as bibliotecas providenciem esquemas de impressão para seus usuários. O RLG poderia servir como intermediário, oferecendo controle de acesso, gerenciamento de tarifas e distribuição de licenças. Porém, a editora pode preferir cuidar dessas funções sozinha, além de possibilitar mecanismos de leitura no esquema pay-per-view. Este aspecto do programa deve permanecer flexível, pois a tecnologia vem mudando rapidamente. Experiências recentes com inovações como o DocuTech sugerem que os problemas de impressão e encadernação podem estar resolvidos num futuro próximo.

4. *Catalogação*: o RLG pode garantir que as monografias sejam catalogadas corretamente e que a informação catalográfica seja difundida através de serviços bibliográficos como a RLIN, por ele gerenciado.

5. *Arquivamento*: o RLG faz backup de seus arquivos on-line e arquiva cópias off-line em locais seguros, com acesso remoto. Essa função é

especialmente importante, pois as bibliotecas ainda não desenvolveram um meio seguro de preservar textos eletrônicos.

A editora acadêmica deveria ter a liberdade de decidir se deseja ou não delegar essas funções ao RLG. Seja qual for a decisão, seria necessário que oferecessem uma experiência valiosa no desenvolvimento e nos custos de infraestrutura.

Elementos adicionais

As monografias eletrônicas premiadas deveriam servir como projeto-piloto, fornecendo informações sobre a viabilidade da publicação eletrônica nas ciências sociais e humanas. Dessa forma, o projeto deveria ser coordenado com o programa mais amplo em desenvolvimento pelo American Council of Learned Societies, e poderia ser prolongado ou ampliado em direções diferentes. Por exemplo, a AHA e o ACLS poderiam recrutar alguns historiadores renomados para publicar monografias eletrônicas em conjunto com os livros premiados. Se um Bernard Bailyn ou uma Natalie Davis concordasse com isso, dariam uma enorme contribuição à função legitimadora que está no cerne desta proposta. Nesses casos, a persuasão não seria feita mediante dinheiro, mas com a oportunidade de ajudar a criar um novo tipo de livro, com imensas possibilidades de navegação e interligações documentais.

Também se poderia reunir os títulos premiados com outras publicações da AHA, disponibilizando-as em conjunto para bibliotecas como um pacote único, interligado por links eletrônicos. Essas publicações poderiam incluir: um novo catálogo individual de membros englobando 15 mil historiadores, cuidadosamente indexado de modo a incluir todas as pesquisas atuais; o *Guide to Historical Literature* da AHA, atualmente publicado pela Oxford University Press; a série de livretos da AHA, no momento publicada individualmente pela AHA e em forma de livro pela Temple University Press; a revista

Perspectives; reimpressões de resenhas críticas do *American Historical Review* (ou reimpressões acompanhadas por ensaios críticos especiais em uma "AHA Review of Books"); e talvez obras antigas ou fora de catálogo. Naturalmente, tais projetos envolveriam negociações complexas com os detendores dos copyrights; mas poderiam ser reforçados mutuamente, criando um todo muito maior e financeiramente mais viável que a soma de suas partes.

Essas possibilidades não são mencionadas como ingredientes do programa atual, mas como elementos em potencial que poderiam ser incluídos no futuro ou incorporados em outros programas — do ACLS ou de outras instituições, como a Association of Research Libraries e a National Science Foundation, que também vêm tentando promover a publicação eletrônica (através de dois programas em desenvolvimento batizados como Building Blocks e Historical Studies Distribution Network). Nesse estágio do desenvolvimento do programa de prêmios da AHA, parece mais desejável manter uma relativa simplicidade nas monografias. Os juízes deveriam se concentrar em selecionar os trabalhos de maior qualidade, enquanto os autores seriam encorajados a converter suas teses em livros eletrônicos da forma mais direta possível — isto é, sem elaborar ligações com documentos e bancos de dados ou "penduricalhos", no jargão do pessoal do ramo.

Duração

Em janeiro passado o conselho da AHA aprovou uma versão preliminar deste programa, também sancionado pelos diversos departamentos e comitês da associação. Joseph Miller, presidente da AHA, indicou em seguida um comitê de dez pessoas, coordenado por Robert Darnton, presidente eleito da associação, para estudar todos os aspectos do programa e produzir uma versão final. Este comitê, formado por representantes de editoras universitárias, bibliotecas, do RLG e bolsas de investigação, promoveu amplos debates por e-mail e telefone. Cinco de seus membros escreveram declarações sobre as

questões mais complicadas. Esses documentos inspiraram mais debates e a marcação de um encontro, ocorrido em Washington no dia 10 de outubro. Apesar das discordâncias a respeito de alguns detalhes, a reunião alcançou um consenso muito nítido sobre a forma geral do programa. A proposta atual expressa esse consenso, modificado por uma etapa final de debate entre seis editores: Sanford Thatcher, da Penn State Press; Colin Day, da University of Michigan Press; Kate Wittenberg, da Columbia University Press; John Ackerman, da Cornell University Press; Lynne Withey, da University of California Press; e Edward Barry, da Oxford University Press.

Caso o financiamento seja obtido, este programa será entregue à apreciação do conselho no encontro da AHA em janeiro próximo. Como o conselho foi informado sobre cada estágio do processo, parece improvável que o programa sofra qualquer oposição séria. Sendo assim, a competição poderia ser anunciada no início de 1999 e os prêmios poderiam ser entregues aos vencedores no encontro da AHA, em Chicago, em janeiro de 2000. Os primeiros livros poderiam ser publicados um ano depois disso.

Sem dúvida, este calendário não permite muito tempo para avaliar e desenvolver o programa. Seria desejável contar com algum método de avaliação — talvez um relatório produzido por um comitê independente ou pela Association of American University Presses (AAUP). Mesmo assim, pode levar muitos anos até ser possível julgar se o programa de premiações oferece um modelo digno de ser imitado em outras áreas e por outros editores. Podemos realizar muitas coisas em três anos, mas ao mesmo tempo poderemos também requisitar uma renovação do financiamento em 2001.

Questões e problemas

Os múltiplos propósitos do programa — promover a publicação eletrônica, salvar as monografias em risco e diminuir os obstáculos para jovens pesquisadores — correspondem a um conjunto de problemas que convergem

no centro da vida acadêmica. Dizem respeito a orçamentos de bibliotecas, editoras acadêmicas e processo de seleção de cátedras; mas não podem ser resolvidos por uma única iniciativa. Caso alivie a pressão em uma das áreas, nossa proposta pode tornar a vida mais fácil em outras; mas também cria o perigo de tentar fazer coisas demais ao mesmo tempo ou promover intenções antagônicas. Diversos membros do comitê alertaram sobre a necessidade de definir prioridades, e o comitê como um todo julgou que o desenvolvimento de monografias eletrônicas de primeira linha deveria ser nossa prioridade mais importante.

Quando o trabalho do comitê teve início, imaginamos que poderíamos identificar facilmente as áreas em que a monografia está ameaçada. Sanford Thatcher, da Penn State Press, fez uma pesquisa informal com catorze diretores de editoras acadêmicas. Confirmou que as editoras relutavam em publicar trabalhos em áreas como história colonial da África ou da América Latina. Ao mesmo tempo, porém, encontrou tantas exceções a esta regra que concluiu que nenhum campo poderia ser desconsiderado inteiramente como área em risco de desastre. Um diretor editorial explicou: "Mais da metade de tudo que vale a pena publicar está em risco". Mas nem ele nem qualquer outro editor conseguiram medir graus de perigo com precisão suficiente, nem aplicá-los com qualquer exatidão a áreas específicas. Na verdade, a própria noção de áreas fixas e estáveis parece agora muito duvidosa. Um livro sobre a religiosidade popular no Peru do século XVII, que à primeira vista pertence a uma área em imenso risco, América Latina colonial, pode vender bem entre estudantes de religião, cultura popular e antropologia. Peter Givler, presidente da AAUP, confirmou esse ponto de vista sobre as dificuldades e advertiu que a AAUP não completaria tão cedo sua pesquisa sobre áreas em risco. Se ela produzisse um mapa claro das áreas, marcado com sinais de alerta de áreas em risco, poderíamos modificar nosso programa de acordo com ele. No

momento atual, contudo, julgamos ser melhor nos concentrarmos num punhado de áreas com maiores dificuldades e evitar temas de sucesso no mercado, como história contemporânea dos Estados Unidos, a Guerra Civil Americana e estudos de gênero.

O comitê debateu também o que foi batizado de questão de "massa crítica", levantada pelos problemas de comercializar os livros. Editores e bibliotecários do comitê alertaram que meia dúzia de títulos sobre temas espalhados por todo o panorama historiográfico talvez não parecessem tentadores aos responsáveis pelas compras nas bibliotecas de pesquisa, especialmente se os preços fossem altos. Uma série limitada a um tema único — estudos sobre a Renascença, por exemplo — provavelmente atrairia um bibliógrafo de uma biblioteca de pesquisa, mas nossa intenção é deixar o leque de temas aberto o suficiente para atrair um público amplo dentro da profissão de historiador. Restrigindo a competição a duas áreas e mudando essas áreas a cada ano, esperamos satisfazer as duas necessidades: foco e diversidade. Não temos a ilusão de oferecer um conjunto de textos com afinidades suficientes para proporcionar links de hipertexto dentro do grupo de premiados. (Conforme uma regra prática, um banco de dados precisa contar com no mínimo quinhentos livros para que seus usuários possam se beneficiar de buscas cruzadas.) Porém, se nossa ideia for bem-sucedida como projeto-piloto, pode abrir caminho para outras iniciativas mais amplas, como o programa que será desenvolvido pela ACLS. A longo prazo, seremos capazes de desenvolver links importantes.

Neste momento, contudo, nos encontramos na linha de largada de uma corrida de curta distância, e certamente encontraremos obstáculos. Na verdade, já os encontramos. Três deles insistiam em surgir em nossos debates com editores: 1. Apesar de algumas experiências úteis, este tipo de iniciativa ainda não foi testado adequadamente e envolve muitas suposições. 2. As suposições mais concretas são mutualmente inconsistentes, ao menos em

certos detalhes importantes. 3. Apesar das discrepâncias, todas as estimativas indicam que a produção de monografias eletrônicas pode ser cara, especialmente se elas abusarem de "penduricalhos". Mas a Columbia University Press, que tem uma experiência considerável com publicação eletrônica, garante ser capaz de criar um programa enxuto e viável. Suas estimativas compõem a base do orçamento apresentado a seguir.

E a conclusão? Não nos atrevemos a fazer promessas sobre lucros e resultados financeiros. Podemos, contudo, criar um programa viável, que oferecerá um ponto de partida para resolver um conjunto de problemas no cerne da vida acadêmica deste país. No mínimo, este programa produzirá o conhecimento necessário para uma maior compreensão desses problemas. Esperamos, porém, que faça muito mais. Ele deverá abrir caminho para um novo tipo de difusão do conhecimento, a monografia eletrônica de primeira categoria. Parece certo que determinados tipos de livro eletrônico virão a prosperar no futuro próximo, mas isso só será feito corretamente se uma organização como a AHA tomar a frente de seu desenvolvimento, determinando padrões e legitimando essa iniciativa aos olhos de uma classe profissional composta por céticos.

Robert Darnton
Presidente eleito, American Historical Association

2. RELATRIO DE PROGRESSO (2002)

Agora que o programa Gutenberg-e chegou à metade dos seis anos propostos para sua duração, posso compartilhar algumas reflexões acerca de seu progresso. Mês passado, no encontro da American Historical Association em San Francisco, lançamos os primeiros e-books. Foi um momento de alegria. As palestras fantásticas de dois dos vencedores de nossa primeira turma,

Ignacio Gallup-Diaz e Michael Katten, combinadas ao anúncio dos novos vencedores, geraram um clima de triunfo. Isso, naturalmente, é perigoso. Creio que podemos nos permitir uma quantidade modesta de autocongratulação, mas enfrentamos problemas. Gostaria de debater esses obstáculos em conjunto com nossas propostas para resolvê-los, deixando os detalhes das atividades do ano para o relatório da equipe da AHA, apresentado em seguida a estes comentários.

Desde o início, em 1998, nossa intenção foi impor um ritmo acelerado e cultivar grandes ambições. Hoje acredito que o ritmo talvez tenha sido rápido demais. A primeira competição aconteceu em 1999; os primeiros ganhadores foram anunciados em janeiro de 2000; as primeiras oficinas aconteceram em 2000-2001; e os primeiros e-books foram publicados em janeiro de 2002. Mas foram apenas dois. É verdade que um terceiro livro foi entregue em janeiro, e um quarto deve ser concluído em março. Além disso, aqueles que estouraram o prazo tinham desculpas válidas (num dos casos, um filho que contraiu câncer, em outro, uma gravidez e nascimento). Acredito, porém, que o prazo determinado pela Columbia University Press — originalmente um ano, ampliado para dois — não era realista. Os ganhadores enfrentam as dificuldades de publicar o primeiro livro ao mesmo tempo que lidam com muitas outras responsabilidades, como arranjar emprego, mudar de residência, preparar suas primeiras aulas e constituir família. Sendo assim, resolvemos determinar um prazo de dois anos e ser flexíveis. Não haveria um "lançamento" anual de seis livros, mas Columbia os colocaria na internet à medida em que ficassem disponíveis. Alguns, na verdade, ficarão prontos antes do prazo final. Greg Brown, da terceira turma, está a poucas semanas de entregar seu texto final, que será publicado antes de alguns dos e-books da primeira turma. Agora que os primeiros títulos surgiram, a editora publicará um fluxo contínuo de produtos. Isso pode criar dificuldades para seu departamento de marketing, que havia planejado vender um pacote anual de seis livros (o preço atual, na

minha opinião muito acessível, é de 195 dólares pelos seis). Mas há maneiras de contornar esse obstáculo. De minha parte, creio ter cometido o erro de estabelecer parâmetros excessivamente altos. Nos primeiros anos, enfatizei o potencial inovador dos e-books como nova maneira de difundir o conhecimento acadêmico, e os primeiros ganhadores talvez tenham se sentido coagidos a inventar algo elaborado demais para ser viável num curto período de tempo. Em conversas subsequentes com os ganhadores, enfatizei a importância da alta qualidade e a necessidade de evitar a tentação dos "penduricalhos" (perdoem a metáfora surrada).

O segundo problema diz respeito às nossas grandes ambições. Tentamos fazer muitas coisas ao mesmo tempo: ajudar a resolver o problema das monografias em risco, criar um novo tipo de livro, legitimá-lo aos olhos dos historiadores, ajudar jovens profissionais a ultrapassar o primeiro obstáculo em suas carreiras e apoiar historiadores independentes sem cargos docentes no ensino superior. Em vez de sermos inundados por inscrições, como eu imaginava, recebemos um número relativamente baixo de teses nos primeiros três anos. Quando o prazo final da competição do ano passado estava chegando ao fim, contávamos com apenas quatro inscrições. Marcamos novas datas, ampliamos a abrangência da competição e logo contávamos com quarenta concorrentes. Ao fim de tudo, ficamos felizes com o resultado — mas também exaustos. Agora acredito ser melhor nos concentrarmos em produzir e-books excelentes, do tipo que determinará um padrão ao mesmo tempo que legitimará a mídia. Assim, temos planos de ampliar a abrangência das próximas competições em vez de restringi-las às áreas nas quais é mais difícil publicar.

Um terceiro problema diz respeito à administração do programa. No ano passado, o conselho da AHA votou por tirar das minhas mãos a supervisão cotidiana do Gutenberg-e e consigná-la ao Departamento de Pesquisa, sob a direção de um vice-presidente da AHA. Não creio que ninguém estivesse insatisfeito com meu gerenciamento, mas havia uma sensação de que o

Gutenberg-e deveria fazer parte das operações normais da associação, em vez de ser o projeto de estimação de Robert Darnton. Essa decisão me veio a calhar, pois o projeto consumira uma porção imensa do meu tempo e da minha energia nos quatro anos anteriores. Recolhi-me ao segundo plano, como membro de um comitê supervisor cuja função principal é escolher os temas e os juízes para a competição anual. Porém, apesar do trabalho excelente da equipe da AHA, ninguém coordenou todos os aspectos do programa. São muitos, e pequenos tropeços vivem criando empecilhos. Assim, decidimos no encontro de San Francisco transferir a administração do programa do Departamento de Pesquisa para a diretora executiva da AHA, Arnita Jones. Arnita reconhece a importância do Gutenberg-e para a associação e prometeu dedicar boa parte de sua considerável energia a fazê-lo funcionar. Contratou também uma assistente em meio período, com doutorado em história, para ajudar nas tarefas cotidianas. Essa solução me parece perfeita, e devo continuar participando ativamente do programa na qualidade de membro do comitê supervisor.

Os detalhes das atividades do ano podem ser analisados a partir dos relatórios descritivo e financeiro, apresentados a seguir. Gostaria de mencionar uma única questão final: Qual será o destino desta iniciativa após o final do programa, em janeiro de 2005? (Naturalmente, por causa da ampliação do prazo, os últimos e-books serão publicados em janeiro de 2007.) Posso garantir que não vou requisitar uma renovação do financiamento. Creio, porém, que a AHA deveria tirar proveito do sucesso do projeto — e ele é claramente bem-sucedido, mesmo neste estágio inicial — para consolidar a publicação eletrônica como forma legítima de difundir conhecimento. Embora a esta altura minhas ideias sejam um tanto vagas, creio que a AHA deveria usar seu novo website, History Cooperative, para criar uma série que poderia ser batizada de “Monografias da History Cooperative”. A associação

publicaria teses de primeira linha sem restrição de área ou número, mas garantiria sua qualidade submetendo-as à avaliação de um painel de juízes qualificados. Poderia haver diversos painéis, cada um representando uma área genérica de estudo, ou talvez o conselho editorial da *American Historical Review* pudesse supervisionar a arbitragem, ampliando assim sua função de guardiã ao veto de artigos. As teses poderiam ser publicadas em sua forma atual ou retrabalhadas em forma de e-books. Não precisariam, contudo, envolver as elaboradas transformações editoriais e eletrônicas que caracterizaram os e-books do Gutenberg-e. Deveria ser concedida à Columbia University Press a oportunidade de publicar a série, se desejasse continuar a iniciativa Gutenberg-e em outra forma, envolvendo menos edição e mais teses. Ou talvez a Illinois University Press, parceira na History Cooperative, queira ser a editora. Muitas possibilidades precisam ser exploradas e muitos problemas, inclusive de financiamento, precisam ser resolvidos. Aconteça o que acontecer, precisamos conceber algum jeito de dar seguimento ao Gutenberg-e, e deveríamos estar pensando agora sobre um futuro que está a apenas quatro anos deste exato momento.

Robert Darnton
Ex-presidente, American Historical Association

8 Patrick Manning, "Gutenberg-e: Electronic Entry to the Historical Professoriate", *American Historical Review,* 109 (Dezembro de 2004), 1506.
9 Sanford G. Thatcher, "From the university presses — A post-mortem for Gutenberg-e: Or, why Ross Atkinson's dream is still a dream", *Against the Grain* (dezembro de 2008-janeiro de 2009), 72.

7. Acesso livre

Este breve ensaio foi escrito com a intenção de defender o acesso livre pouco antes da votação de uma resolução sobre o assunto no Instituto de Artes e Ciências da Universidade Harvard. Foi publicado pelo Harvard Crimson *em 12 de fevereiro de 2008, e no mesmo dia a resolução foi aprovada por unanimidade. Desde então, resoluções similares foram adotadas por outros institutos de Harvard e por outras universidades.*

A moção apresentada ao Instituto de Artes e Ciências em favor do acesso livre a artigos científicos diz respeito à abertura em geral. Sua intenção é promover a livre difusão do conhecimento. Ao reter os direitos da disseminação mais ampla possível dos trabalhos do instituto, disponibilizaria gratuitamente para o mundo inteiro o conhecimento produzido pelos membros do IAC e reforçaria uma nova iniciativa de Harvard para compartilhar sua riqueza intelectual.

A biblioteca da universidade assumiu o papel de protagonista nesse empreendimento. Em vez de reservar seu patrimônio a alguns privilegiados, vem digitalizando seus acervos especiais, abrindo suas coleções para livre acesso on-line e cooperando com o Google no esforço de tornar livros em domínio público realmente disponíveis ao público, um público mundial, que se estende a todo lugar em que exista acesso à internet. Se o instituto votar a favor dessa moção no dia 12 de fevereiro, Harvard disponibilizará os

trabalhos mais recentes de seus pesquisadores, assim como vem tornando acessível o cabedal de conhecimentos acumulado nas suas bibliotecas desde 1638.

Esta moção também representa uma oportunidade de reformular o cenário do saber. Uma mudança no sistema de difusão do conhecimento gerou uma contradição no cerne da vida acadêmica. Nós, acadêmicos, fornecemos conteúdo para os periódicos científicos. Avaliamos artigos, fazemos parte de conselhos editoriais e trabalhamos até mesmo como editores. Ainda assim, somos forçados a recomprar nosso próprio trabalho, em forma publicada, a preços absurdos. Hoje a assinatura anual de muitos periódicos custa mais de 20 mil dólares.

O aumento desregrado no custo dos periódicos científicos infligiu sérios danos às bibliotecas de pesquisa, criando um efeito em cascata: para comprar os periódicos, as bibliotecas precisaram reduzir suas aquisições de monografias; a diminuição da demanda por monografias nas bibliotecas forçou as editoras acadêmicas a reduzir o volume de publicação desses trabalhos; e, como publicar suas teses se tornou quase impossível, toda uma geração de acadêmicos de diversas áreas teve suas carreiras ameaçadas. Seria ingenuidade crer que um voto favorável por parte do IAC em 12 de fevereiro forçaria as editoras a baixar seus preços. Ao aprovar essa moção, contudo, podemos começar a resistir às tendências que causaram tantos danos.

Naturalmente, não somos nós, membros dos institutos, que pagamos os altos preços dos periódicos. Esperamos que nossas bibliotecas o façam — com todas as consequências negativas que mencionei. A moção apresentada ao IAC fornece uma maneira de reorganizar os modos de difusão do conhecimento de uma maneira que favorecerá o saber. Será um primeiro passo para libertar a produção acadêmica do jugo das editoras comerciais, disponibilizando-a de forma livre num repositório da nossa própria universidade. Em vez de sermos vítimas passivas do sistema, podemos tomar a iniciativa e assumir o controle.

Embora esta iniciativa esteja sendo proposta ao Instituto de Artes e Ciências, diz respeito a todos os institutos da universidade. Todos eles enfrentam os mesmos problemas. A Harvard Medical School, por exemplo, está providenciando maneiras de ajudar os membros da faculdade a cumprir as determinações de uma legislação recentemente aprovada pelo Congresso determinando que todos os artigos baseados em pesquisas financiadas pelos Institutos Nacionais de Saúde sejam disponibilizados abertamente através do PubMed Central, o banco de dados administrado pela Biblioteca Nacional de Medicina.

A Biblioteca da Universidade Harvard organizará um Office for Scholarly Communication de modo a tornar o repositório de acesso livre um instrumento de acesso à pesquisa em todas as disciplinas, no espírito do ambiente de "universidade única" que o catálogo eletrônico HOLLIS oferece para acervos de todas as bibliotecas, mais de noventa, por toda a universidade. O Office for Scholarly Communication promoverá também o máximo de cooperação dentro do instituto. Já existem muitos repositórios em outras universidades, mas eles não conseguiram fazer com que uma parcela considerável dos membros do instituto liberasse seus artigos. A taxa de liberação na Universidade da Califórnia é de 14%, e em outros lugares é bem menor. Ao determinar a retenção de copyright e colocar esses direitos nas mãos da instituição responsável pelo repositório, a moção criará condições para uma taxa de liberação mais alta.

A cláusula de não participação é o que separa ainda mais a proposta de Harvard das demais. Enquanto outros repositórios dependem de que os institutos optem voluntariamente por fornecer cópias digitalizadas de seus trabalhos, o sistema de Harvard fará com que todos os membros do instituto cedam uma licença não exclusiva ao reitor e aos membros da universidade para disponibilizar seus artigos on-line através do repositório de acesso livre. O sistema será coletivo, mas não coercitivo. Qualquer um poderá cumprir uma

exigência de direitos exclusivos sobre um artigo por parte de um periódico requisitando o documento correspondente, que será concedido de forma automática. Naturalmente, aqueles que cooperarem com o sistema também conservarão direitos integrais sobre a publicação de seus trabalhos. Ao compartilhar esses direitos com Harvard, não estarão sacrificando coisa alguma; e contarão com todo o peso da instituição se decidirem resistir à exigência de direitos exclusivos por parte de algum periódico. Criamos um memorando legal, batizado de "adendo do autor", para reforçar esses direitos em negociações com editoras comerciais.

A implementação da proposta exigiria um esforço de conscientização, mas isso também é uma boa causa, pois poucos membros do instituto compreendem a gravidade das condições atuais e o quanto obstruem a difusão do conhecimento. A moção permite que Harvard dê um exemplo que pode se disseminar. No lugar de um sistema fechado, privilegiado e caro, ajudará a abrir o mundo do saber a todos que desejem aprender — e também a contribuir para o próprio saber, pois o Office for Scholarly Communication pode indicar o caminho de uma nova comunidade digital, onde as ideias fluirão livremente em todas as direções. A moção de Harvard representa apenas um passo em direção a esse objetivo. Demonstra, porém, como a nova tecnologia pode permitir a realização de um antigo ideal, uma República das Letras onde a cidadania se estende a todos.

PARTE III
Passado

8. Em louvor ao papel

Publicado em 2001, este ensaio descreve um mundo que perdemos, um mundo onde notícias estavam presas ao papel e jornais forneciam ao público sua dieta básica de informação. Desde então os jornais começaram a desaparecer. Por dependerem da publicidade, que migrou para a internet, em muitos casos eles perderam a capacidade de cobrir seus gastos. Agora as notícias surgem on-line, muitas vezes sob forma de mensagens curtas trocadas entre amadores atuando como repórteres. Antigamente as notícias eram escritas para o público em geral. Agora são escritas por ele.

Ainda assim, o louvor ao papel no livro Double fold, *de Nicholson Baker, que proporcionou o mote deste ensaio, permanece relevante na era da internet. Baker lamentou a substituição de jornais e livros por microfilmes. Hoje confiamos na digitalização, ainda que cópias digitais sejam ainda mais vulneráveis à deterioração e à obsolescência que o microfilme. Cada vez mais os bibliotecários adquirem material "nascido digital" ou em formatos digitais, mas não têm nenhum método seguro de preservá-lo. O papel continua sendo a melhor mídia para preservação, e as bibliotecas ainda precisam encher suas estantes com palavras impressas em papel. Além disso, uma digitalização no estilo do Google Book Search pode ter tantos defeitos quanto a microfilmagem realizada há quatro décadas.* Double fold *merece atenção como sinal de alerta, pois levanta questões que se recusam a desaparecer.*

Quando jornalistas debatem a respeito de seu ofício, invocam clichês contraditórios: "O jornal de hoje é o primeiro rascunho da história" e "Não existe nada mais morto que o jornal de ontem". De certo modo, ambos são verdadeiros: as notícias alimentam a história com fatos, mas ainda assim a maior parte delas acaba esquecida. Se os jornais desaparecessem das bibliotecas, a história desapareceria de nossa memória coletiva? Nicholson Baker denuncia essa possibilidade desastrosa em *Double Fold: Libraries and the Assault on Paper* [Dobradura dupla: Bibliotecas e o ataque ao papel], um *j'accuse* direcionado à profissão de bibliotecário.

Baker alega que os bibliotecários eliminaram os jornais de suas estantes porque são guiados por uma obsessão equivocada a respeito de economizar espaço, e se iludem ao acreditar que nada foi perdido ao substituir os jornais por microfilmes. Muitas vezes o microfilme é inadequado, incompleto, defeituoso e até ilegível. Pior do que isso: na verdade, ele nunca foi necessário. Ao contrário do que afirma outra ilusão, os jornais não estavam se desintegrando nas estantes. Apesar do fator químico — ácidos agindo sobre papel feito com polpa de madeira após 1870 —, eles se conservaram muito bem. Agora, o massacre do papel se espalhou para os livros. Eles também estão sendo vendidos, jogados fora e danificados horrivelmente em experiências irresponsáveis de preservação. Nossa cultura está sendo destruída por seus guardiões.

Não é uma lamúria das mais comuns. A perversidade serviu de combustível para lamentações nos Estados Unidos desde a época dos puritanos. Em vez de esbravejar contra a prostituta da Babilônia, porém, Baker dirige sua indignação aos bibliotecários — não aos profissionais de cidades pequenas, é claro, mas aos seus presunçosos e pedantes superiores: Patricia Battin, por exemplo, ex-bibliotecária da Universidade Columbia que liderou o "ataque ao papel" na Comissão de Preservação e Acesso e recebeu um prêmio do presidente Clinton em 1999 por "salvar a história". Baker a responsabiliza

por destruir a história e a transforma num dos vilões principais de seu livro. Os outros vêm de fundações (Ford, Mellon), bibliotecas de pesquisa (Yale, Chicago), do National Endowment for the Humanities e, acima de tudo, da Biblioteca do Congresso.

É um estranho rol de personagens: carniceiros de livros pertencentes ao improvável mundo das bibliotecas. Baker os descreve como educados, cultos e, em sua maioria, afáveis — os tipos despretensiosos que se imagina encontrar por trás de antigas escrivaninhas de carvalho em gabinetes forrados de livros. Aproveitando ao máximo sua habilidade de romancista, utiliza breves descrições reveladoras para apresentar cada personagem. Usam "discretos lenços de seda", gravatas-borboleta e ternos sóbrios. Encaram seus interlocutores por debaixo de "sobrancelhas de aparência sábia" e testas "alegremente calvas", ou através de "óculos grandes e retilíneos, como aqueles usados em retratos por Joyce Carol Oates". Você se convence de que almas tão cordiais não poderiam pertencer a vândalos. Essa reação deixa o leitor sob o encanto da retórica de Baker, pois ele tenta demonstrar que os bárbaros não estão nos portões: eles já adentraram o templo, destruindo seus tesouros e fazendo isso com mais eficácia por andarem por aí usando sapatos discretos e tweed.

Essa retórica serve de combustível para o argumento de Baker. Qual, porém, seria esse argumento? Resumido numa série de enunciados, trata-se do seguinte:

1. O papel é bastante durável, mesmo o papel de mais baixa qualidade usado em livros baratos de apelo popular, produzido com polpa de madeira segundo os processos de manufatura desenvolvidos após 1850. Baker analisa a química da acidificação, cedendo em alguns pontos menos importantes: um papel com pH baixo tende a ser mais frágil que papel menos ácido, e jornais tratados com sulfato de alumínio ficam amarelados se expostos à luz em demasia. Mas ele sustenta seu argumento principal: apesar das profecias

catastróficas, o papel produzido no final do século XIX não se desintegrou; ainda pode ser lido nos dias de hoje sem sofrer dano algum, e não há motivos para crer que não vá durar mais cem anos.

2. O microfilme não é um substituto adequado para o papel. Sua composição química é inferior. Microfilmes que deveriam durar para sempre já criaram manchas e bolhas. Ficaram desbotados a ponto de se tornarem ilegíveis. Rasgaram-se, encolheram, criaram fungos, emitiram odores desagradáveis e derreteram juntos até formar blocos sólidos de celulose. Coleções microfilmadas de jornais muitas vezes contêm lacunas em pontos onde técnicos pularam páginas ou esqueceram de ajustar o foco. Foi um trabalho tão grosseiro que bibliotecários consideraram "completas" algumas coleções onde faltavam 6% das edições. E as coleções são incrivelmente caras. Durante a primeira onda de "preservação" por microfilmagem, a Biblioteca Estadual da Pensilvânia e a Biblioteca Livre da Filadélfia livraram suas estantes de coleções completas do *Philadelphia Inquirer*. Hoje em dia, uma coleção do jornal em microfilme custa 621515 dólares.

Ler microfilmes é infernal. São horas conferindo imagens desfocadas sob uma luz quente, olhando para uma tela capaz de fazer a pessoa desistir da pesquisa ou até mesmo revirar seu estômago. Baker conta que um leitor de microfilme nos Arquivos de Ontario usava sacos de vômito. Ainda que possam causar enjoo, em muitos casos os exemplares microfilmados de jornais são tudo que temos, e não é incomum que coleções estejam incompletas. Faltam anos inteiros de jornais importantes, e não existem coleções completas dos originais em lugar nenhum porque os bibliotecários se livraram deles. Baker levanta uma polêmica: "Um milhão de pessoas já leram diariamente o *World*, de Pulitzer; hoje, uma coleção completa é muito mais rara que o Primeiro Fólio de Shakespeare ou a Bíblia de Gutenberg". Baker é polêmico, mas tem razão.

3. Bibliotecários são obcecados por espaço. Para eles espaço, como tempo, é dinheiro; e o dinheiro é escasso, porque seus orçamentos são cada vez menores. Ainda assim, jornais e livros continuam chegando às bibliotecas numa quantidade que aumenta inexoravelmente a cada ano. Os bibliotecários se sentem como o aprendiz de feiticeiro. Como impedir a inundação? Como encontrar espaço nas estantes? Como conseguir fundos para ampliações e anexos? A resposta óbvia é a miniaturização: substituir os volumes por microtextos, jogar fora os originais e ampliar o acervo da biblioteca mantendo constante o espaço em estantes. Baker demonstra como essa noção tomou de assalto a imaginação dos principais bibliotecários do país e levou ao esvaziamento de estantes — "*deaccessioning*" ("descarte"), no jargão sanitizado da biblioteconomia. Ele é convincente ao sustentar seu argumento, citando trechos de discursos, memorandos e periódicos especializados. Mas vai além:

4. A obsessão por espaço degenerou numa "ideologia". Compelidos pelo "medo do demônio Crescimento", bibliotecários importantes "demonizaram o velho papel". Odeiam papel e querem se livrar desse negócio a qualquer custo — e o custo é tão alto que poderia detonar uma revolta dos contribuintes, isso sem falar nos amantes dos livros. Para eliminar esse perigo, os principais bibliotecários do país espalharam pânico a respeito das qualidades autodestrutivas do papel e em seguida promoveram tecnologias para destruí-lo, em nome da preservação. Neste ponto, creio que Baker exagerou a ponto de prejudicar a credibilidade de seu argumento. Em vez de oferecer uma explicação plausível sobre o que levou os bibliotecários a esvaziarem as estantes, Baker os transforma em vilões e cria seus próprios demônios — que usam lenços discretos e gravatas-borboleta. Ainda assim, toca num ponto crucial:

5. Preservação significou destruição. Nem sempre, é claro. Algumas instituições, como a Biblioteca Pública de Boston, não causaram dano algum a seus acervos. Outras, como a Biblioteca Pública de Nova York, mantiveram algumas coleções de jornais depois de microfilmá-las. Mas a Biblioteca do

Congresso tomou a frente num massacre de livros e jornais de proporções alarmantes. Para microfilmar obras impressas depois de 1870, a biblioteca adotou uma diretriz de "desencadernação" — isto é, cortar as lombadas dos livros para que pudessem ser totalmente abertos e fotografados com maior eficiência. Embora ainda possa ser salvo, um volume desencadernado geralmente vai parar no lixo, especialmente no caso de jornais antigos. Quando não são jogados fora, acabam postos à venda, muitas vezes a preços absurdamente baixos, e as bibliotecas sempre encontram compradores — via de regra, não entre leitores que protegeriam as obras, mas entre homens de negócios com intenções de destruí-las ainda mais. Baker conseguiu entrar no depósito da Historic Newspapers Archive Inc., uma estrutura de 2300 metros quadrados abarrotada de jornais que são recortados e remetidos para pessoas que desejam uma lembrança do dia de seu nascimento ou de qualquer outra data. Encontrou uma coleção monumental do *New York Herald Tribune* em condição impecável, que, pelos seus cálculos, deve ter sido confiada aos cuidados da Biblioteca Pública de Nova York pela proprietária do jornal, sra. Ogden Reid. Estava sendo destroçada para virar suvenir. Baker conseguiu comprar duas semanas inteiras de 1934 por trezentos dólares.

6. A destruição foi desnecessária. De 1957 em diante o Council on Library Resources, fundado por Verner Clapp, segundo em comando na Biblioteca do Congresso, patrocinou experiências para determinar a longevidade do papel feito com polpa de madeira. Os responsáveis colheram papel de livros impressos entre 1900 e 1950 e tentaram envelhecê-lo artificialmente, dobrando e desdobrando as amostras com uma máquina criada especialmente para esse fim. Após dez anos e quinhentos livros arruinados, concluíram que a maior parte do material impresso da primeira metade do século XX não chegaria intacto ao ano 2000. Estimava-se o número de cadáveres em 1,75 bilhão de páginas, um número mais do que suficiente para espalhar o pânico entre os responsáveis pelas bibliotecas de pesquisa dos Estados Unidos.

Para estimar a taxa de mortalidade em seus próprios acervos, os bibliotecários usaram uma versão simplificada do teste do papel: dobravam um canto para frente e para trás num arco de 180 graus em cada lado da página. Se o papel rasgasse após duas ou três dobraduras duplas — às vezes acompanhadas por leves puxadinhas —, era considerado condenado e posto na fila para ser substituído por microfilme antes que se desintegrasse na estante. Bibliotecários e estudantes voluntários dobraram páginas de 36500 volumes em Yale. Sua conclusão: 1,3 milhão de volumes se autodestruiriam antes da chegada do século XXI. Yale adotou uma diretriz de "terra arrasada" em seu projeto de microfilmagem, que eliminou metade dos livros do seu vasto acervo de história americana. Eles continuariam existindo caso os bibliotecários não tivessem seguido a moda das dobraduras duplas. Dobraduras formam vincos que rasgam, enquanto a leitura envolve apenas virar as páginas. Páginas que seriam reprovadas no teste das dobraduras duplas podem ser lidas centenas de vezes sem sofrer dano algum. Livros que deveriam ter se desintegrado há muito tempo, segundo os preceitos mais avançados da biblioteconomia, ainda passam muito bem, obrigado — exceto aqueles que os bibliotecários destruíram para preservar.

7. A destruição foi brutal. É possível realizar microfilmagem sem causar dano aos volumes. Basta colocá-los em apoios especiais e ajustar a câmera no ângulo apropriado. Mas esse procedimento leva tempo, e os preservacionistas tinham tanta pressa em salvar livros e jornais de suas mortes erroneamente diagnosticadas que acabaram matando todos eles na "guilhotina" — isto é, cortando as lombadas de modo que as páginas soltas pudessem ser fotografadas rapidamente, deitadas. Após sofrer esse desmembramento, a maioria dos livros foi retalhada e entregue para reciclagem.

Os especialistas da Biblioteca do Congresso e do Council on Library Resources também guilhotinaram livros para fazer experiências com técnicas de desacidificação do papel. As experiências mais espetaculares envolveram uma

substância conhecida como dietilzinco, ou zinco dietílico. Ela tem o potencial de destruir a acidez criando uma "zona alcalina" nas fibras do papel, mas também um triste efeito colateral: pega fogo em contato com o ar e explode se exposta à água. Embora funcione melhor em bombas e mísseis do que em livros, o dietilzinco foi usado pelos pesquisadores da biblioteca como ingrediente-chave num empreendimento que tinha a intenção de desacidificar 1 milhão de volumes por ano. Na verdade, como comenta Baker, criaram uma "imensa bomba termobárica que, por acaso, continha livros". Não surpreende que tenha explodido em experimentos realizados pela NASA no Goddard Space Flight Center em 1985 e 1986. Novas tentativas resultaram em outros desastres até que, milhares de livros e milhões de dólares mais tarde, o programa foi abandonado.

Enquanto isso, os preservacionistas conceberam outros experimentos, incluindo um projeto de 1 milhão de dólares que forçava ratos a inalar pó de óxido de zinco de modo a provar que livros desacidificados poderiam ser cheirados sem fazer mal à saúde. Em conjunto com as equipes de microfilmagem, descarte e demolição, eles cortaram, guilhotinaram, serraram, puseram em conserva, sufocaram com gás, assaram e queimaram uma quantidade imensa de material impresso. Baker pode ter exagerado nos verbos antropomórficos e distorcido as descrições técnicas para fazer com que bibliotecários parecessem cientistas malucos, mas produziu uma quantidade suficiente de provas concretas de causar arrepios em qualquer amante de livros.

8. A destruição foi cara. Baker oferece numerosos exemplos de livros e jornais que foram descartados ou vendidos a preços irrisórios pelas bibliotecas e acabaram revendidos a preços altíssimos por negociantes. Também documenta casos em que comprar o microfilme de um livro é mais caro que adquirir o próprio original. E, após citar casos e mais casos de soluções caras para problemas equivocados, propõe uma solução relativamente barata e simples: armazenar os originais em depósitos com ar-condicionado, onde

resistirão por tempo indeterminado. Se isso não for possível, melhor não fazer nada: "Deixem os livros em paz, afirmo, deixem-nos em paz, deixem-nos em paz". Mas os bibliotecários preferiram gastar quantias exorbitantes para acatar as determinações ortodoxas de sua profissão: microfilmar e descartar. Qual foi o custo? Baker estima que as bibliotecas americanas se livraram de 975 mil livros, num valor de 39 milhões de dólares. A lógica econômica de todo esse empreendimento parece tão lunática quanto a ciência nele envolvida.

Não há como estimar a perda cultural. Em geral, as bibliotecas começaram a livrar suas estantes de jornais com edições datadas de 1870 em diante — isto é, quando os jornais diários com circulação em massa começaram a se desenvolver. Ao final do século, graças ao papel barato, ao linotipo e a técnicas avançadas de impressão, os jornais de Pulitzer, Hearst e outros barões da imprensa se tornaram uma potência de primeiro escalão na vida americana. Eles nos deram mais do que a Guerra Hispano-Americana. Modelaram o surgimento da cultura de massa, do consumismo, dos esportes profissionais e de uma porção considerável da literatura americana — produzida em boa parte por repórteres que viraram escritores. Como poderia um historiador estudar esses temas sem ler jornais diários? Mas como ler esses jornais, se eles desapareceram? Microfilme não serve, não apenas por estar repleto de problemas e lacunas, mas também por não conseguir transmitir a textura da página impressa — a forma como manchetes, diagramação, toques de cor e qualidades táteis do jornal *standard* e do tabloide orientam o leitor e conduzem o olhar através de blocos significativos de material impresso. Segundo um anúncio da University Microfilms, livrar as bibliotecas dos jornais foi "nosso programa de limpeza de favelas". Baker chega mais perto da verdade: "Este país destruiu 120 anos de sua história".

9. Os bibliotecários podem ter tido boas intenções, mas agiram de má-fé. Após convencerem a si mesmos de que estavam ficando sem espaço e que a solução estava na microfilmagem, forjaram uma falsa crise de modo a limpar suas estantes. Afirmavam que os livros estavam pegando fogo. Usaram outras expressões: dissolvendo-se, apodrecendo, esfarelando-se. "Virando pó" era uma das metáforas prediletas, acompanhada do advérbio "literalmente" — para indicar que alguma espécie de combustão química estava consumindo os livros nas estantes. Mas que tipo de combustão era essa? Nenhum dos preservacionistas forneceu uma análise precisa. Nenhum deles encontrou um único volume ardente, nem cinzas ou provas de qualquer tipo. Não importa: *Slow fires*, um filme de terror em forma de documentário produzido pelo Council on Library Resources, disseminou essa falsa ideia de combustibilidade; e o engano se disseminou pelos bibliotecários, agravado pelo espalhafato de líderes como Patricia Battin: "Oitenta por cento do material em nossas bibliotecas foi publicado em papel ácido, e inevitavelmente vai se esfarelar. Apenas a Biblioteca do Congresso registra que 77 mil volumes de suas coleções passam a cada ano do estado de 'risco' à fragilidade e daí às migalhas". Após muita repetição, a quantia de 77 mil (ou, em outras versões, 70 mil) volumes a se esfarelar acabou cristalizada em fato concreto, acompanhada por outras pérolas de biblioteconomia pseudocientífica: acervos dobram de tamanho a cada dezesseis anos; 3,3 milhões de volumes se desintegrarão em vinte anos; custará 358 milhões de dólares salvá-los mediante microfilmagem, embora esse gasto vá representar uma economia, pois criará a possibilidade de liberar espaço em estantes ao descartar 16,5 milhões de duplicatas espalhadas sem motivo por todo o país.

Esses nove enunciados compõem uma acusação terrível sobre uma profissão de respeito. Existem argumentos de defesa? Em vez de revisá-los de

forma imparcial, Baker dá vazão ao que chama de sua "ânsia acusatória". Reúne as provas a seu favor sem distorcê-las, mas lança mão de procedimentos retóricos como o uso de citações fora de contexto, entremeadas com outros comentários. Ao narrar uma entrevista com Patricia Battin, por exemplo, ele intercala os comentários da bibliotecária com declarações de outras pessoas que parecem refutá-la, além de incluir suas próprias refutações. Em certo ponto, Baker faz com que ela diga: "Não creio que economizar espaço fosse o problema". Em seguida, cita um artigo de um dos colegas de Battin em Columbia: "Pense nos custos do espaço [...]". Então faz um elo desse comentário com uma observação exaltada sobre decomposição de livros retirada de outro trecho do mesmo artigo: "As estantes centrais das maiores bibliotecas muito em breve estarão condenadas como lixo tóxico — as lixeiras intelectuais do mundo". Então ele retorna a Battin: "E, ainda assim, ela me afirmou na voz mais sincera possível: 'Não creio que bibliotecários tenham alguma vez tentado miniaturizar para economizar espaço'.". Descontextualizar as coisas dessa forma produz culpa por associação.

Produzir culpa é a meta da ânsia acusatória; mas, em sua determinação de condenar alguns dos bibliotecários mais respeitados do país, Baker às vezes confunde as questões. Espaço é um problema sério para os bibliotecários, e não algo que tentam fazer desaparecer "demonizando" o papel ou desenvolvendo uma aversão patológica a ele. Papel pode ser frágil. Livros muitas vezes são danificados. A microfilmagem preserva ao menos parte do registro histórico, mesmo que não sirva como substituto adequado dos originais. Nenhuma biblioteca ainda guilhotina livros para microfilmá-los, e os originais não vão mais para o lixo. A maioria das histórias de terror de Baker datam de uma era que passou, deixando sem dúvida alguma um rastro de destruição, mas também uma reação às suas práticas equivocadas. Depois de alguns escândalos sobre a perda de títulos valiosos, a Biblioteca Pública de Nova York se comprometeu com uma posição intransigente contra os

descartes; outras bibliotecas seguiram seu exemplo. Não que esse perigo tenha desaparecido. Baker tem razão ao advertir que o entusiasmo pela digitalização pode causar outro surto de eliminação de papel, mas desperdiça boa parte de sua indignação em práticas já abandonadas.

O gênero *j'accuse* não funciona bem quando aplicado ao passado. Serve melhor ao jornalismo que à história. Em sua forma original, a polêmica de Baker surgiu como ensaio jornalístico publicado na *New Yorker*; e foi incrivelmente bem-sucedida, pois ligou as práticas equivocadas das bibliotecas a um escândalo contemporâneo. A Biblioteca Britânica estava retirando das estantes suas fabulosas coleções de jornais americanos do final do século XIX e início do século XX; estavam sendo compradas por especuladores a preços irrisórios, e então desmembradas e vendidas como suvenir. Quando Baker se inteirou da devastação, tentou desesperadamente impedi-la. Mas a biblioteca não lhe deu ouvidos; não permitiu nem que ele nem outros bibliófilos tivessem tempo de montar uma operação de resgate. No final das contas, um tesouro inestimável acabou arruinado, dissipando um bem público. Uma pequena parte do acervo sobreviveu, comprado por Baker depois de mexer em suas economias e formar uma sociedade sem fins lucrativos com a ajuda de algumas fundações. Coleções completas e em ótimo estado do *World*, do *Herald Tribune* e de outros grandes jornais diários estão agora armazenadas em segurança num depósito construído por Baker perto de sua casa, no Maine. "Às vezes", conclui, "fico um pouco surpreso ao pensar que me tornei uma espécie de bibliotecário de jornais e que meu trabalho é vigiar esse majestoso estoque de papel ancestral." É uma ótima história, contada com entusiasmo e humor: dom Quixote investindo contra a Biblioteca Britânica e vencendo pelo menos um round. Mas não serve como História.

Quando Baker ampliou o texto publicado na *New Yorker* para transformá-lo em livro, enfrentou o problema de fundi-lo com um relato genérico sobre o gerenciamento de bibliotecas nos Estados Unidos desde a

Segunda Guerra Mundial. Ele dividiu o texto da *New Yorker* em dois e usou ambas as partes, praticamente intocadas, como primeiro capítulo e epílogo do livro. Mas não se tratava de História no sentido convencional. O texto não seguia uma ordem cronológica ou qualquer padrão de organização. Em vez disso, consistia de vinhetas, ensaios curtos e brilhantes reunidos de forma a abalar o leitor e alimentar sua indignação à medida que os episódios bizarros se sucediam.

Implícito nisso tudo, porém, estava um argumento sobre mudança institucional, que pode ser resumido da seguinte maneira: em 1944, um influente bibliotecário chamado Fremont Rider propôs uma "lei natural" para o crescimento de bibliotecas. Através de fórmulas matemáticas impressionantes, parecia provar que as bibliotecas dos Estados Unidos avançavam sem freios rumo a uma espetacular crise de espaço. Segundo Rider, a única solução estava na tecnologia desenvolvida pelo Office of Strategic Services durante a Segunda Guerra Mundial: livros seriam substituídos por microcartões ou algum outro produto da miniaturização. Verner Clapp, segundo em comando da Biblioteca do Congresso, abraçou a causa e fez pregações de seu posto de diretor do Council on Library Resources, assumido em 1956. Em mais de trinta anos no ápice do mundo das bibliotecas, Clapp promoveu experimentos de "preservação" que levaram à microfilmagem e perda de milhões de jornais e livros. De 1968 a 1984, o gabinete de preservação e microfilmagem da Biblioteca do Congresso filmou 93 milhões de páginas e "jogou fora mais de 10 milhões de dólares de bens públicos".

Foi preciso um esforço considerável, entretanto, para convencer os dirigentes das outras grandes bibliotecas de pesquisa de que preservar não significava manter livros. Assim, o sucessor de Clapp no Council, Warren Haas, montou uma ofensiva de relações públicas e arregimentou Patricia Battin, a poderosa bibliotecária-chefe da Universidade Columbia, para difundir a propaganda da Comissão de Preservação e Acesso. Através de artigos, palestras,

colóquios, audiências parlamentares, *Slow fires* e conversas por debaixo dos panos, divulgaram que as bibliotecas do país virariam pó caso não se livrassem suas estantes do papel e as enchessem com filme. Perpetraram o teste das dobraduras duplas, a maneira perfeita de justificar o desejo dos bibliotecários de economizar espaço jogando livros fora. O frenesi de microfilmagem e descartes atingiu seu ápice nos anos 1980. Mas a maré virou em 1994, quando Patricia Battin deixou a comissão. Uma reação se instalou, comandada por bibliógrafos sensatos como G. Thomas Tanselle, e a aniquilação dos jornais da Biblioteca Britânica forneceu um escândalo final para encerrar a história em 1999.

É uma história surpreendentemente simples. Fanáticos equivocados diagnosticaram erroneamente um problema e produziram uma catástrofe nacional espalhando informações enganosas. A disparidade entre causa e efeito exige uma explicação. O que estava em marcha no cerne deste processo — pura estupidez?, falhas institucionais?, a influência de um par de personalidades influentes e o apelo de algumas ideias impressionantes? Questões desse tipo distinguem a história do jornalismo. Baker não faz essas perguntas; meramente aponta o dedo na direção dos culpados. Esse ato, porém, acoberta uma interpretação.

Um número surpreendente dos vilões nesse enredo demonstra ter alguma ligação com a CIA, Pesquisa Operacional, a agência de defesa contra mísseis, o Pentágono ou algum ramo do complexo militar-industrial. Baker enfatiza que a obsessão com a microfilmagem se desenvolveu no Office of Strategic Services, como a própria CIA, durante a Segunda Guerra Mundial. Verner Clapp difundiu essa obsessão a partir da Biblioteca do Congresso ao mesmo tempo que trabalhava secretamente como "consultor da CIA", e a linha de consultores leva diretamente ao bibliotecário atual, James Billington, cuja ligação com a CIA é revelada numa nota final longa e um tanto

irrelevante. Os "cientistas bélicos e consultores da CIA" se concentravam especialmente no Council on Library Resources — em tamanha quantidade que os resumos de seus currículos apresentados de forma impessoal por Baker sugerem um dr. Fantástico à espreita em cada bebedouro.

Seu relato dos experimentos amalucados com livros em fornos e dietilzinco invocam algo mais detestável — aniquilação sistemática, ou o que ele chama de "destruir para preservar". Uma citação do *Washington Post* inspira as mesmas associações: "Será preciso destruir livros da Biblioteca do Congresso para salvá-los?". Para o leitor, é impossível não pensar na declaração mais inesquecível da Guerra do Vietnã: "Foi preciso destruir a aldeia para salvá-la". E a cadeia associativa fica ainda mais tétrica quando Baker fala sobre "colocar livros antigos em câmaras de gás". Neste ponto o argumento por insinuações sai de controle. Os bibliotecários não exterminaram livros da mesma forma que os nazistas aniquilaram pessoas.

Deveriam eles também ser condenados, como alega Baker, por destruir a história? Talvez, se jornais puderem mesmo ser considerados o primeiro rascunho da história. Baker parece adotar esse ponto de vista através de seu uso incisivo de metáforas — como, por exemplo, quando descreve uma carga de 4600 volumes do *Chicago Tribune* como "dezesseis paletes, dez toneladas de importante história metropolitana". Mas, assim como microfilmes não devem ser confundidos com documentos originais, a história não deve ser igualada às suas fontes. Ela é uma argumentação a partir de indícios, não os indícios em si.

Se Baker tivesse seguido essa linha de raciocínio, poderia ter fortalecido seu argumento; pois jornais, estudados como fontes, abrem vastas possibilidades de aprofundar nossa compreensão do passado. Não que funcionem como janelas transparentes para um mundo que perdemos, como Baker parece acreditar. São coleções de relatos, redigidos por profissionais dentro das convenções de seu ofício. Mas, se forem tomados como relatos — relatos

jornalísticos, uma forma peculiar de narrativa —, transmitem a maneira com que seus contemporâneos interpretavam os acontecimentos e encontravam algum sentido na confusão ruidosa e estonteante do mundo que os cercava.

Para muitos leitores de hoje, a primeira página do *New York Times* oferece um mapa para o que aconteceu ontem. Eles a leem como quem lê um mapa, em busca de orientação — geralmente da direita para a esquerda, ou da matéria principal para as secundárias, seguindo pistas fornecidas pelas manchetes, fazendo pausas em imagens, desviando para a parte inferior da página ou para o interior do jornal conforme a maneira com que respondem a sugestões de diagramação e tipografia. Todos os dias, em sua reunião das cinco da tarde, os editores do *Times* levam em conta essas reações previstas quando criam a primeira página. Um diálogo implícito se desenvolve entre os produtores do mapa cognitivo e os consumidores que fazem uso dele. O estilo das matérias e as convenções da diagramação mudam com o passar do tempo, sugerindo mudanças sutis em modos de ver o mundo — nada que possa ser apontado com precisão, mas algo que sustenta a experiência e que historiadores se esforçam para compreender. Nunca serão capazes de chegar a uma compreensão adequada se tiverem de trabalhar apenas com microfilme.

Sem dúvida, a história das visões de mundo exige mais do que a leitura cuidadosa de coleções originais de jornais diários. Burckhardt e Huizinga mostram o caminho ao consultar toda forma de indícios, de modos à mesa a rituais fúnebres, de formas de tratamento a estilos de roupa. Antropólogos já demonstraram como esse material pode ser trabalhado em descrições sistemáticas da cultura. Mas os indícios vão rareando à medida que o historiador antropologicamente informado tenta penetrar mais longe no passado. *Chapbooks* e panfletos eram os gêneros de material impresso mais populares na Europa do início da era moderna — tão populares, na verdade, que as bibliotecas não se dignaram a colecioná-los. Historiadores como Robert

Mandrou vasculharam o que restou deles num esforço de reconstrução de *mentalités collectives*, mas o resultado é decepcionante. Como poderão os historiadores montar um painel da mentalidade americana na Era Dourada sem dispor de jornais — jornais de verdade, de tamanho real e cores reais — para consulta?

Em resumo, Baker condena com razão o descarte de jornais como uma perda para a história, ainda que tenha uma ideia inadequada do que é história e fracasse em escrevê-la. Encarado como literatura, porém, seu livro é um sucesso. Como mencionei antes, pertence a um gênero peculiar, a lamentação americana. Mas isso cria problemas, pois disseram aos americanos que o céu está caindo, os oceanos subindo, a terra tremendo, a economia entrando em recessão, a presidência se degradando, a família desaparecendo e o tempo do cosmos, acabando. Como dar importância para livros e jornais velhos? Vacas estão ficando loucas, baleias encalham nas praias, geleiras estão derretendo, florestas pegam fogo, espécies desaparecem, pulmões entram em colapso, a camada de ozônio está dando adeus e o bem-estar social que conhecíamos não existe mais. Por que deveríamos ficar irritados com bibliotecários?

Para gerar indignação, Baker faz uso de um arsenal formidável de recursos retóricos. Sua escolha de voz narrartiva é perfeitamente afinada. Assume basicamente um tom de inocência e desamparo. Como me envolvi nessa confusão?, diz ao leitor com falsa ingenuidade. "Em 1993, resolvi escrever alguns ensaios sobre assuntos menores — projetores de cinema, cortadores de unha, pontuação e a história da palavra 'lenha'". Antes que tenhamos a chance de perguntar por que Baker escreveria sobre cortadores de unha, somos arrastados por uma história ensandencida sobre bibliotecários que destroem livros.

Baker transforma o leitor em companheiro de viagem pelo estranho mundo da biblioteconomia, pontuando entrevistas com discretos cutucões na forma de comentários intercalados e observações editoriais. Por exemplo:

depois de nos mostrar um belo volume descartado do *Chicago Tribune* com o selo da Universidade Harvard e um ex-líbris, revelando ter sido comprado com fundos cedidos pelo legado de Ichabod Tucker, da turma de 1791, ele telefona para uma bibliotecária de Harvard para descobrir se o volume havia sido vendido como duplicata. "Ah, nunca teríamos exemplares reais tão antigos assim — eles não duram", ela responde. Então ele revida, fazendo um comentário para o leitor em vez de se dirigir a ela: "Não duram se você não cuidar deles, mocinha".

O coloquialismo e o modo "te peguei!" de fazer citações nos torna cúmplices do autor e torna mais fácil nossa viagem por detalhes esotéricos de fórmulas químicas e microfotografia. Depois de explicar como cientistas conceberam testes e projetaram diagramas para registrar um fenômeno inexistente — a degradação do papel — com precisão matemática, Baker explode: "Isso, é claro, não passa de loucura e papo-furado". "Certo", temos vontade de responder. "É isso aí."

Esses detalhes importam, contudo, porque Baker precisa comprovar suas credenciais nos laboratórios e dar ao leitor uma sensação de estar ali — "ali", no caso dos experimentos da Biblioteca do Congresso, significa um hospício:

> Dietilzinco (ou DEZ, sua jovial abreviatura em inglês) era o ingrediente ativo numa técnica patenteada desenvolvida na Biblioteca do Congresso no início dos anos 1970. Você organiza seus livros ameaçados pelo ácido em engradados de leite, com a lombada para baixo, até 5 mil exemplares de uma vez, e empilha os engradados numa câmara de simulação espacial adaptada com três metros de altura que tem alguma semelhança com um vagão-tanque; então você tranca a porta redonda numa das extremidades, retira todo o ar do interior da câmara e deixa a névoa milagrosa do dietilzinco se infiltrar.

Essa descrição inclui ciência suficiente para ser crível e comentários intercalados o bastante para torná-la absurda.

Baker utiliza as mesmas técnicas em seus romances: detalhes microscópicos apresentados de forma direta, mas com uma linguagem perturbadora o suficiente para torná-los hilários ou chocantes.

Double fold, porém, se apresenta como reportagem. Descreve pessoas reais, que são tratadas da mesma forma hiper-realista que os procedimentos de laboratório: daí os detalhes sobre vestuário. Chandru Shahani, cientista-chefe da Biblioteca do Congresso, é um "homem simpático num terno cinza". Verner Clapp é "polimático, sempre de gravata-borboleta"; Daniel Boorstin, um "usuário contumaz de gravatas-borboleta" (Baker parece obcecado por gravatas-borboleta). Ele põe rótulos descritivos em todas as pessoas que apresenta, e são via de regra favoráveis: "sorridente, simples"; "respeitoso, requintado"; "charme abrupto". Saboreando uma sensação enganosa de familiaridade com os personagens, o leitor confirma a objetividade inocente de Baker.

Os detalhes tornam críveis as acusações, pois Baker não atribui motivações perversas aos vilões da história. Apenas registra os desastres produzidos por suas práticas equivocadas. Como um viajante inocente, parece absorver o cenário inteiro com uma neutralidade digna de confiança. O "eu" de seu narrador é uma câmera. Ela enxerga o que está por trás de tudo e revela a podridão do sistema inteiro.

Hiper-realismo enquanto conto moral: um tour de force, e uma excelente leitura. Mas seria verdade? Como um todo, creio que sim, embora seja menos inocente do que aparenta. Deve ser lido como uma lamentação jornalística, não como um relato equilibrado da história das bibliotecas nos últimos cinquenta anos. E também deve ser lido pelas diretrizes que recomenda. São quatro. Todas merecem apoio:

1. Bibliotecas que recebem dinheiro público deveriam ser obrigadas a publicar listas mensais de descartes em seus websites, sob pena de perder seu financiamento. Assim, o público teria alguma forma de determinar quais delas estão agindo de forma responsável com seus acervos.
2. A Biblioteca do Congresso deveria alugar ou comprar um prédio espaçoso perto de Washington, onde seus bibliotecários deveriam armazenar, por ordem de catálogo, tudo que for enviado por editoras e que eles não possam ou não queiram guardar na sede. Se a instituição não estiver disposta a realizar essa função básica de um repositório nacional, o Congresso deveria apontar e financiar outro arquivo para fazer esse trabalho.
3. Diversas bibliotecas por todos os Estados Unidos deveriam começar a armazenar em forma encadernada a produção atual de jornais do país.
4. O National Endowment for the Humanities deveria ou abolir inteiramente o U. S. Newspaper Program e o Brittle Books Program, ou exigir como condição de financiamento que toda e qualquer microfilmagem ou digitalização por escaneamento seja não destrutiva, e que todos os originais sejam mantidos ao fim do processo.

E as maravilhosas coleções de jornais que desapareceram das estantes das bibliotecas? Algumas poucas sobreviveram, mas a maioria foi perdida, irremediavelmente perdida. Ao contrário dos bisões e das florestas, não podem ser ressuscitadas. A moral da história serve de corretivo para o folclore jornalístico: não existe nada mais morto que o jornal de ontem, exceto o jornal de ontem destruído.

9. A importância de ser bibliográfico

Por que a bibliografia é importante? Se deve ser mais que uma lista de títulos, para que serve? Essa questão ganhou nova pertinência agora que, graças à internet, os textos se tornaram ao mesmo tempo mais disponíveis e menos confiáveis. Estudantes costumam fazer download de textos sem se perguntar de onde vieram, e muitas vezes acabam baixando versões deturpadas. Mas esse problema não é novo.

Eis um trecho da primeira versão impressa de *Rei Lear* (a edição em quarto de 1608, III. iv. 118): "*swithald footed thrice the old a nellthu night more and her nine fold bid her, O light and her troth plight and arint thee, with arint thee*".[10] É um texto deturpado do século XVII, provavelmente tão incompreensível para os leitores da época quanto é para nós. Para decifrá-lo, editores do texto precisaram recorrer a estudos de folclore, filologia, paleografia, história da religião e à sua própria intuição. Concluíram que a intenção de Shakespeare era evocar a imagem de são Withold expulsando um demônio feminino e suas crias em uma noite tempestuosa. Esta forma de crítica textual, acompanhada por comentários, variantes, notas de rodapé e apêndices, é familiar para qualquer leitor de Shakespeare. Como a bibliografia pode contribuir com ela?

Vejamos outro exemplo de adulteração em Shakespeare, na edição em quarto de *O mercador de Veneza* publicada em 1619. Em I.iii. 65-6, Antônio

pergunta a Bassânio se Shylock sabe quanto ele pretende tomar emprestado: "*are you resolu'd, How much he would haue?*". Na edição original da peça, um quarto de 1600, a fala é a seguinte: "*is hee yet possest How much ye would?*".[11] Qual escolher? Não podemos saber a intenção de Shakespeare, pois nenhum manuscrito de suas peças sobreviveu — exceto talvez por três páginas escritas em sua caligrafia da tragédia *Sir Thomas More*, nunca encenada em sua época. Podemos, contudo, identificar os trechos mais deturpados nas primeiras versões impressas.

Analisando fisicamente os exemplares, bibliógrafos determinaram que a composição do quarto de 1619 foi realizada pelo mesmo tipógrafo, um trabalhador particularmente negligente batizado de Tipógrafo B. No mesmo ano, ele compôs outros nove quartos de peças shakespearianas ou pseudoshakespearianas, usando edições mais antigas como base. Ao encontrar uma frase que considerava deficiente, ele a "melhorava". Assim, a versão de 1619 dessas falas é puro Tipógrafo B, e o texto da peça como um todo (que tem em média um erro significativo a cada 23 falas) é um Shakespeare muito contaminado. Além disso, B também compôs praticamente metade do texto do Primeiro Fólio, nossa fonte principal para reconstruir a obra do dramaturgo. Para compreender Shakespeare, portanto, não basta ser crítico literário. É preciso também ser bibliógrafo — ou pelo menos entender o suficiente de bibliografia para saber como os livros eram feitos no final do século XVI e no início do século XVII.[12]

Este tipo de bibliografia — geralmente chamada de bibliografia "descritiva" ou "analítica" para distingui-la da variante "enumerativa", dedicada às listas de obras — tornou-se uma força poderosa nas ciências humanas durante a primeira metade do século XX. Mas o que era ela, exatamente, e quais foram suas implicações fora do âmbito da edição de textos? Sir Walter Greg, a autoridade máxima no assunto, definiu a bibliografia como "a ciência da

transmissão material de documentos literários".[13] Sua definição foi contestada por quem considerava o termo "ciência" um excesso de positivismo e o termo "literário" muito limitado, pois a análise bibliográfica pode, em princípio, ser aplicada a qualquer tipo de texto ou forma de comunicação. Mas a ênfase na materialidade conquistou todos os bibliógrafos, pois todos estudavam o livro como objeto físico. Ao aprender de que modo os textos eram gravados no papel como sinais tipográficos e transmitidos aos leitores como páginas encadernadas em livros, eles esperavam compreender um aspecto fundamental da própria literatura.

Greg e R. B. McKerrow começaram a elaborar os conceitos e as técnicas básicos dessa "nova bibliografia", como ficou conhecida, quando eram estudantes no Trinity College de Cambridge, na década de 1890. Com a publicação de *An introduction to bibliography for literary students* [Uma introdução à bibliografia para estudantes de literatura], de McKerrow (1928) e de *Principles of bibliographical description* [Princípios da descrição bibliográfica], de Fredson Bowers (1949), a bibliografia emergiu como uma disciplina coerente, com padrões aglutinados numa ortodoxia. Por volta de 1950, ela se tornou um requisito nos programas de doutorado em muitos departamentos de língua inglesa. Em conjunto com a filologia e outras habilidades profissionais, os alunos aprendiam a reconhecer formatos, cotejar assinaturas, detectar correções, distinguir fontes, investigar marcas-d'água, analisar ilustrações e identificar encadernações.

Os estudos shakespearianos prosperaram de forma notável nesse ambiente, pois as primeiras edições das peças, publicadas num ponto baixo da história da impressão, são repletas de erros e não têm como ser corrigidas mediante consulta a um manuscrito original. Até onde sabemos, Shakespeare não se envolveu de maneira alguma com sua publicação. Para ele, ao que parece, o importante era a encenação, e provavelmente modificava seus textos à medida que a ação evoluía no palco. Podemos imaginar seus "papéis sujos"

(*foul papers*, rascunhos manuscritos) e livros do ponto (*promptbooks*, cópias do texto de uma peça com marcações para contrarregras e auxiliares de cena), mas para sugerir textos precisamos nos guiar pelas edições defeituosas produzidas nas gráficas de época. *Hamlet* apareceu pela primeira vez num quarto primitivo de 1603, depois num quarto de 1604-5, com o dobro da extensão, e então no fólio de 1623, que conta com 85 novas falas e é muito diferente das duas primeiras edições. *Rei Lear* apresenta tantos quebra-cabeças que seus editores mais recentes publicaram duas versões da peça. São radicalmente diferentes, mas cada uma delas obedece aos mais exigentes padrões bibliográficos e podem representar uma versão que em dado momento Shakespeare considerou definitiva. Assim, para nossa sorte e graças à bibliografia,[14] contamos agora com dois *Reis Lear*, além das edições mais antigas com texto combinado.

Enigmas textuais desse quilate inspiraram a gerações de especialistas proezas de virtuosismo crescente. Examinando as primeiras edições, investigaram todo tipo de pistas tipográficas — grafias inconsistentes, espaçamentos irregulares, tipos lascados, qualquer coisa que pudesse ajudar a reconstituir o processo de produção das gráficas elisabetanas e aproximá-los dos originais perdidos de Shakespeare. Muitos aprenderam a compor e se tornaram tipógrafos amadores. Em sua imaginação, esses PhDs se tornaram companheiros dos trabalhadores que foram os primeiros a colocar as palavras de Shakespeare em livros. Foi uma visão inebriante, e não durou muito.

A bibliografia não desapareceu, mas foi posta de lado e ignorada pelas últimas tendências dos estudos literários. Da Nova Crítica dos anos 1940 ao desconstrucionismo dos 1960 e o novo historicismo dos 1980, o estudo dos textos foi se separando cada vez mais de sua materialização em livro. A bibliografia começou a se parecer com uma disciplina hermética que até podia ser

útil para editar Shakespeare, mas era pouco relevante para compreender a literatura moderna. Algumas obras modernas, de *Pamela* a *Ulisses,* suscitaram problemas bibliográficos importantes, mas a maior parte delas pôde ser editada com um mínimo de notas sobre variantes textuais. Em 1968, Edmund Wilson causou tumulto ao condenar edições patrocinadas pela Modern Language Association por exageros bibliográficos — ele mencionou um projeto em que dezoito editores estavam preparando uma edição de *Tom Sawyer* lendo o texto de trás para a frente — e, quando a polêmica arrefeceu, a bibliografia perdera muito de seu apelo. Desapareceu dos programas de pós-graduação e até mesmo das faculdades de biblioteconomia. Para uma geração que assistiu ao colapso do cânone e à ascensão da internet, não havia mais atrativo algum na análise minuciosa de livros antigos.

Em meio a essa autocrítica surgiu o inevitável: uma heresia. Toda ortodoxia gera hereges, mas o Martinho Lutero da bibliografia, Donald F. McKenzie, era especialmente ameaçador para a velha guarda, pois era capaz de derrotar seus melhores representantes em seu próprio território. Depois de assimilar os princípios de Bowers e se tornar especialista em tipografia, McKenzie trocou a Nova Zelândia por Cambridge, na Inglaterra, onde escreveu uma tese de doutorado orientada por Philip Gaskell, um mestre da bibliografia. O livro que nasceu dessa tese, *The Cambridge University Press, 1696-1712* (1966), foi saudado como uma das obras mais rigorosas já escritas na tradição de Greg e McKerrow. Contava, porém, com um aspecto perturbador. McKenzie não apenas ofereceu uma análise bibliográfica de todos os livros produzidos pela Cambridge University Press no decorrer desses dezesseis anos, como também relacionou as evidências físicas a manuscritos nos arquivos da editora. Esses manuscritos revelaram que as coisas não tinham acontecido como deveriam, segundo o conhecimento estabelecido.

Os tipógrafos não seguiam um padrão consistente ao entregar suas fôrmas (páginas com tipos compostos encaixadas em molduras de ferro e fixadas de modo a ficarem prontas para a impressão) aos impressores. Ao contrário: o tipógrafo entregava uma fôrma completa para a prensa que estivesse livre. Assim, em determinados momentos todos os impressores da gráfica trabalhavam com exemplares de um mesmo livro. Além disso, os tipógrafos frequentemente alternavam trabalhos. Podiam fazer a composição de um tratado como o *Principia*, de Newton, publicado pela Cambridge em 1713, e em seguida compor uma declaração de embarque de cargas ou um recibo, para mais tarde cuidar de um livro de sermões. Como algumas tarefas eram mais demoradas e outras tinham maior urgência, acabavam distribuídas pelo supervisor da forma mais eficiente possível. Desse modo, vários livros circulavam pela produção ao mesmo tempo, cada um seguindo seu próprio ritmo inconstante. A regularidade da produção ao nível da gráfica compensava as irregularidades no trabalho individual, uma forma de organização do trabalho que McKenzie batizou de "produção simultânea". Como ideia, parecia bem inocente; mas, quando McKenzie explorou todas as suas implicações, pareceu subverter os alicerces da ortodoxia bibliográfica.

Bibliógrafos anteriores haviam presumido que cada livro avançava pela cadeia de produção seguindo um padrão consistente e linear: determinado tipógrafo entregaria suas fôrmas aos impressores de uma determinada prensa. Este ficaria responsável pela edição, muitas vezes deixando rastros de sua atividade em padrões de cabeçalhos no alto da página, em linhas de direção na parte inferior ou nos sinais de prelo (normalmente, números adicionados à parte inferior da página para identificar o trabalho de um determinado impressor). Assim, seria possível construir uma série de inferências avançando de trás para diante pelo processo de produção, partindo do exemplar físico e chegando a uma prensa, a um tipógrafo e, até certa medida, ao manuscrito original, mesmo que estivessem desaparecidos, como no caso shakespeariano.

Shakespeare estava acima de tudo. A busca por textos confiáveis de suas peças norteava a disciplina como um todo.

Os maiores bibliógrafos shakespearianos, especialmente Greg e Charlton Hinman, levavam em conta as irregularidades. O estudo definitivo de um livro contemporâneo de Shakespeare, *The printing and proof-reading of the First Folio of Shakespeare* [Impressão e revisão do Primeiro Fólio de Shakespeare] (1963), de Hinman, mostrou o surgimento do Primeiro Fólio, fôrma a fôrma, ao mesmo tempo que outros livros eram impressos na mesma gráfica. Em certo ponto, Hinman chega até a usar o termo "produção simultânea". A maioria dos bibliógrafos, porém, escolhia como unidade de análise o volume individual, e não a produção inteira da gráfica. Esta linha de raciocínio, válida dentro de seus limites, levou-os a construir hipóteses questionáveis sobre os homens que produziram os primeiros volumes impressos de Shakespeare. Em vez de trabalhadores de carne e osso — artesãos da era pré-industrial, que trabalhavam em curtos períodos de esforço concentrado e largavam tudo para beber com gente da laia de Falstaff e da sra. Quickly —, inventaram abstrações fantasmagóricas como o Tipógrafo B, cercado por A, C e outros que em tese haviam produzido quartos e fólios em ritmos regulares, obedecendo aos preceitos da ciência bibliográfica.

Não que esses seres imaginários trabalhassem como robôs. Pelo contrário: parecia possível demonstrar que um homem tinha problemas incomuns com ortografia, que outro tendia a confundir homônimos e que um terceiro trabalhava com tipos inadequados, e que todos eles espalharam marcas idiossincráticas pelas páginas em padrões que revelariam sua participação individual, distinta da mão de Shakespeare. Ao identificar os trechos que haviam adulterado — no caso de *O mercador de Veneza* do Tipógrafo B, quarenta palavras ou frases de sua autoria colocadas no lugar do texto de Shakespeare —, os bibliógrafos esperavam isolar elementos alheios às maiores obras da língua inglesa. Foi um processo de eliminação, essencialmente

negativo em seus resultados, mas aproximou o leitor moderno daquilo que Shakespeare realmente escreveu.

Porém, se a gráfica operava conforme o princípio da produção simultânea, seria difícil determinar padrões precisos de produção; não seria possível ligar trechos específicos a tipógrafos específicos com certeza absoluta; e a cadeia de inferências poderia ser rompida em pontos cruciais. A, B, C e os outros poderiam ser o produto de imaginações bibliográficas excessivamente estimuladas, meros "impressores mentais". McKenzie concedeu esse título ("printers of the mind") a um ensaio publicado em 1969, que sacudiu como um terremoto o mundo das salas de livros raros. Por toda a década seguinte, especialistas debateram os princípios da bibliografia com toda a paixão que acadêmicos são capazes de investir em questões acadêmicas. Foram praticamente ignorados pelo resto do mundo, que tinha outras coisas em mente durante esses anos. Para os bibliógrafos, porém, coisas importantíssimas estavam em jogo. McKenzie parecia expor uma falha geológica que atravessava todo o seu campo de estudos.

Os bibliógrafos ortodoxos usaram dois argumentos para defender sua posição: primeiro, que a Cambridge University Press, um negócio pequeno e especializado de uma cidade provinciana no início do século XVIII, não poderia servir como exemplo para tipificar as atividades das gráficas maiores de Londres quase cem anos antes; segundo, que a evidência dos arquivos não invalidava o princípio básico de utilizar a análise de livros como objetos físicos para chegar a conclusões sobre o processo de sua impressão — especialmente no caso das primeiras edições de Shakespeare, pois foi isso que gerou os debates mais acalorados de toda a polêmica. Se a bibliografia não era capaz de fornecer um método confiável de editar os textos de Shakespeare, para que serviria?

McKenzie lidou com o primeiro argumento recorrendo a evidências nos documentos de William Bowyer, proprietário de uma grande gráfica

londrina, descobertos em 1963. Eles confirmavam o princípio da produção simultânea e demonstravam padrões ainda mais complexos e irregulares no fluxo de trabalho, que muitas vezes era dividido não apenas por diversos trabalhadores, mas também por diversas gráficas. Alguns anos mais tarde, Jacques Rychner demonstrou que a análise de McKenzie também era válida para a produção livreira na gráfica da Société Typographique de Neuchâtel, na Suíça. Sim: os arquivos de Cambridge, Londres e Neuchâtel pertencem todos ao século XVIII. Porém, não houve mudanças significativas na tecnologia de impressão de 1500 (ou até mesmo na época de Gutenberg) até 1800. As três fontes de manuscritos — e a documentação adicional de dois outros gráficos londrinos do século XVIII, William Strahan e Charles Ackers — provaram que McKenzie tinha razão: a produção nas gráficas do início da era moderna não seguia o padrão regular atribuído a elas pela bibliografia ortodoxa.

Seria possível refutar argumentos baseados na análise física de quartos e fólios shakespearianos utilizando material manuscrito do século XVIII? McKenzie nunca foi tão longe. Chegou a produzir a descrição mais meticulosa sobre como o Tipógrafo B arruinou *O mercador de Veneza.* Em princípio, não havia nada de errado em atribuir determinados trechos a tipógrafos que poderiam ser chamados de A, B ou qualquer outra coisa. Até sabemos um pouco sobre os homens que trabalhavam na gráfica de William Jaggard, onde o Primeiro Fólio foi produzido em 1622-23 — sabemos inclusive que um John Shakespeare, ao que tudo indica sem parentesco algum com William, trabalhou como aprendiz de Jaggard de 1610 a 1617. Através do estudo detalhado do fólio, caderno por caderno, Hinman acreditou ter encontrado um modo de identificar os tipógrafos por trás do texto e, assim, chegar "[...] um pouco mais perto da verdade do que foi escrito por Shakespeare".[15]

Quarenta anos depois que Hinman publicou *The printing and proof-reading of the First Folio of Shakespeare*, parece que ele também tinha razão. O estudo mais recente do fólio, realizado por Peter Blayney, partidário de McKenzie, confirmou quase todas as conclusões de Hinman. Blayney identificou mais alguns tipógrafos e modificou a descrição de Hinman sobre o processo de revisão. Ao que parece, os atores da companhia de Shakespeare corrigiram as provas antes de os tipógrafos adicionarem correções de última hora durante a impressão. A primeira edição incluía três volumes distintos: um deles continha 35 peças; outro, 36, inclusive *Tróilo e Créssida*, mas sem o prólogo desta; e o último tinha 36 peças, *Tróilo* incluído, com prólogo e tudo. Os impressores espalharam indícios dessas irregularidades através de marcas deixadas no texto. Em alguns casos, riscaram uma página redundante de *Romeu e Julieta*. Em outros, deixaram no livro correções feitas à mão durante a revisão final. O texto estava sempre mudando, sempre deslizando morfologicamente de um estado a outro.

Esta lição do "livro mais importante da literatura inglesa", nas palavras de Helen Gardner,[16] diz respeito a uma questão maior suscitada pelas aparentes heresias de McKenzie: a bibliografia poderia ajudar a resolver certas dificuldades peculiares à edição de Shakespeare, mas como contribuiria para a compreensão geral da literatura? O próprio McKenzie lidou com este problema num ensaio de 1977, "Typography and meaning: The case of William Congreve" [Tipografia e sentido: O caso de William Congreve], que se provou tão influente quanto "Printers of the mind".

Congreve representava um estudo de caso particularmente interessante, pois englobou duas eras tipográficas. As primeiras edições de suas peças, quartos impressos de forma negligente na década de 1690, eram quase tão grosseiras quanto os quartos de Shakespeare, enquanto a edição em oitavo de

três volumes, publicada em 1710, exalava a grandeza de um clássico. Qual Congreve escolher, o do século XVII ou o do século XVIII? McKenzie encarou essa decisão ao preparar uma edição crítica de suas obras. Começou rejeitando a famosa distinção de Greg entre "substantivos", o texto básico de uma peça, e "acidentais", ingredientes tipográficos como ornamentos ou espaços adicionais incluídos na composição para separar as cenas de uma peça. Para Greg, os acidentais eram mera questão de apresentação e não afetavam o sentido de um texto. Para McKenzie, eram cruciais para mediar a diferença entre duas experiências diversas: assistir a uma encenação num palco e ler um texto numa página. Quaisquer que fossem os efeitos imaginados pelo dramaturgo ao redigir um texto, sua peça ganhava novos sentidos ao ser transformada em livro. A ação dramática poderia apenas ser imaginada pelos leitores, guiados por indícios tipográficos.

Congreve se envolveu de forma consciente na passagem de uma mídia a outra, pois em 1710 havia parado de escrever para o palco e se concentrava em publicar suas peças. A edição em oitavo de suas obras estabeleceu um padrão para uma nova forma de livro que acabou prevalecendo no século XVIII. Ao contrário dos pesados fólios e dos quartos descuidados da era anterior, esse livro era pequeno o bastante para ser segurado confortavelmente nas mãos e elegante o suficiente para agradar aos gostos de uma nova sociedade de consumo. Congreve eliminou alguns dos trechos mais desbocados, mas manteve a maior parte dos textos originais. Estes ganharam um novo sentido graças ao projeto gráfico do livro, um projeto colaborativo desenvolvido por Congreve com seu amigo íntimo e editor, Jacob Tonson, e seu tipógrafo altamente qualificado, John Watts.

Usando folhas maiores (mas páginas menores, pois uma folha de edição em oitavo era dobrada três vezes antes de ser montada num volume, e uma edição em quarto, duas vezes) e espaçamento mais equilibrado, deram ao livro uma simetria refinada. No lugar das marcações mínimas dos antigos

quartos — geralmente nada além de um "entra" ou "sai" para sinalizar novas cenas —, separaram as cenas usando números, ornamentos tipográficos e listas de personagens. Assim o leitor podia imaginar quem estava no palco a qualquer momento e enxergar como todas as partes se encaixavam no todo. Cenas, peças, a obra inteira foram articuladas claramente, como na arquitetura neoclássica. Congreve assumiu seu lugar ao lado de Shakespeare — que no ano anterior havia aparecido em roupagem tipográfica semelhante — no que começava a emergir como um cânone de clássicos.

Nesse ponto, o argumento de McKenzie convergia com temas desenvolvidos num campo de pesquisa vizinho, a história do livro. Ao contrário dos bibliógrafos, os historiadores do livro estudavam todos os aspectos da produção e difusão da palavra impressa, incluindo suas conexões com mudanças sociais e políticas. Para eles, o ano de 1710 se destacou como momento decisivo na história do copyright. Foi nesse ano que o Parlamento aprovou a primeira lei de copyright, intitulada "Uma Lei para o Encorajamento do Saber ao Conceder Direitos sobre os Exemplares de Livros Impressos aos Autores, ou Compradores, de tais Exemplares, durante os Períodos nela Mencionados". Como indicava seu título, a lei concedia aos autores uma importância inédita. Embora não sejam mencionados no texto da lei, ela reconheceu seu direito de propriedade sobre os produtos de sua imaginação. Alexander Pope demonstrou que os autores podiam se sustentar vendendo esses direitos. Na metade do século XVIII, Samuel Johnson era o protótipo do escritor profissional, que vivia de sua pena e não do mecenato e exultava com sua função de satisfazer a demanda do mercado literário. A própria literatura emergia como sistema semiautônomo organizado em volta do livro impresso, em contraste com o mundo das letras dos séculos XVI e XVII. Na época dos Tudor e dos Stuart, a difusão literária na esfera pública acontecia primordialmente mediante apresentações ao vivo — no palco, em púlpitos, nos tribunais e nas ruas. Na Inglaterra georgiana predominava a palavra

impressa, ainda que os livros manuscritos seguissem prosperando (se publicado com tiragem inferior a cem exemplares, um título podia ser produzido por escribas a preços menores que os praticados pelas gráficas) e as notícias ainda se espalhassem de boca a boca.

Desse modo, a publicação de Congreve fazia parte de um processo generalizado, a transformação das letras em literatura. McKenzie anunciou que isso precisava ser compreendido de uma perspectiva mais ampla, que batizou de "sociologia dos textos". Da ciência à sociologia — nada poderia estar mais distante da disciplina de Greg e McKerrow; ainda assim, possibilitou que a bibliografia anglo-americana se unisse à "*histoire du livre*" francesa, a variedade abrangente de história do livro desenvolvida por Lucien Febvre e Henri-Jean Martin. Em *L'apparition du livre* (1958), eles relacionaram o impacto da invenção de Gutenberg a fenômenos socioeconômicos de longo prazo, como a organização de escritórios, o preço de trapos e pergaminho e o desenvolvimento de rotas comerciais. Enfatizaram a necessidade de evidências quantitativas para contrapor continuidade e mudança. Como partidários da escola historiográfica dos Annales, detectaram padrões duradouros de estabilidade estrutural que os levaram a desafiar o conhecimento estabelecido, incluindo a crença de que Gutenberg promovera uma revolução imediata na indústria editorial.

McKenzie tentou algo semelhante ao passar da análise minuciosa de volumes individuais ao estudo do ramo livreiro de Londres como um todo. Fez sua pesquisa rastreando toda a documentação restante de três anos: 1644, 1668 e 1689. Uma pesquisa nessa escala exigiu uma quantidade prodigiosa de trabalho, pois McKenzie combinava a quantificação de sua fonte principal, o catálogo de D. G. Wing de livros publicados entre 1641 e 1700, com o exame de todos os exemplares que conseguiu encontrar nas principais bibliotecas de pesquisa. Contando o número de folhas em cada exemplar, chegou a uma estimativa de produção total superior à que teria obtido se tivesse simplesmente

contado títulos, e assim conseguiu observar todo o panorama literário do ponto de vista de produtividade e economia.

Para 1668, Wing e algumas poucas fontes adicionais relacionavam um total de 491 títulos, dos quais 458 foram estudados fisicamente por McKenzie. Ele não tinha como apresentar uma descrição analítica completa de cada volume, mas seu olhar de especialista detectou os mais diversos tipos de padrões e anomalias. Os nomes dos impressores não apareciam em mais da metade das folhas de rosto. Reimpressões representavam quase um terço da produção total. E apenas 52 livros exibiam alguma forma de licença ou permissão oficial de publicação, apesar das exigências da lei de licenciamento de 1662. A principal preocupação dos livreiros era proteger seus copyrights, e isso podia ser feito através de "combinações" informais, como esquemas conjuntos de divulgação e vendas. Era como se gráficas e livreiros cuidassem de seus negócios sem dar muita atenção à política e sem desenvolver muita ânsia por inovações.

Interesses conservadores e comerciais dominaram o ramo mesmo em tempos revolucionários. Ao examinar quase tudo que foi publicado em 1644, no ápice da guerra civil inglesa, McKenzie encontrou um grau surpreendente de continuidade na produção geral. Ele rejeitou um argumento proposto por Christopher Hill e Keith Thomas, segundo o qual uma explosão sem precedentes de literatura política acontecera no início da década de 1640 como resultado da liberdade de imprensa. Nem o fim do controle estatal, em 1641, nem sua restauração em 1643 tiveram grandes efeitos sobre o mercado editorial, afirmou McKenzie, porque os livreiros seguiram tentando lucrar das maneiras que lhes eram familiares, sem dar atenção às mudanças na legislação. Até mesmo a *Areopagitica*, de Milton, obra normalmente celebrada como manifesto em prol da imprensa livre, não foi um protesto contra a lei de licenciamento de 1643, mas uma reação ao assédio gerado por seus escritos sobre o divórcio.

Quando a revolução de 1688 produziu outra mudança nas regras do jogo e a censura prévia foi extinta em 1695, McKenzie viu novamente a continuidade e os interesses econômicos prevalecerem, em vez do triunfo da liberdade. A Stationers' Company perdeu seu monopólio do mercado, mas seus integrantes continuaram a dominar o ramo mediante combinações batizadas de "consórcios". Mesmo os autores permaneceram alheios às mudanças no ambiente político quando se tratava de vir a público colocando seus nomes em folhas de rosto. Apenas 40% dos títulos trazia o nome do autor em 1644, e em 1668 esse número estava em 43%. Tanto na Inglaterra quanto na França, a quantificação levou a resultados revisionistas: tendências socioeconômicas de longo prazo pareciam mais importantes que mudanças políticas passageiras.

McKenzie foi o único bibliógrafo capaz de desafiar as visões estabelecidas trabalhando em dois registros — enumerativo e analítico. Não teve, porém, a última palavra. Nem gostaria disso. Dois livros, publicados após sua morte em março de 1999, oferecem uma indicação do que ele logrou realizar e das frentes abertas por seu trabalho para serem continuadas por outros pesquisadores. O primeiro, *Making meaning: "Printers of the mind" and other essays* [Criando Sentido: "Printers of the mind" e outros ensaios], editado por dois de seus ex-alunos, Peter D. McDonald e Michael F. Suarez, S. J., reuniu seus ensaios mais importantes num único volume, engenhosamente organizado por tema e apresentado de modo a expor sua originalidade. Eles exibem a mente de McKenzie em atividade, revogando *idées fixes* e extraindo novas ideias do material mais resistente. Os ensaios também suscitam a questão da importância da bibliografia para além da área da crítica textual, onde teve sua origem. O segundo, *Books & bibliography: Essays in commemoration of Don McKenzie* [Livros e bibliografia: Ensaios em homenagem a Don McKenzie], mostra como essa questão foi tratada pela geração mais recente de

bibliógrafos e historiadores do livro. Na obra, eles perseguem ideias lançadas por McKenzie nos trinta anos anteriores. Estudam a produção livreira até chegarem aos recônditos das gráficas do século XIX, analisam a interação entre modos de comunicação oral e impressa e investigam a transmissão de "textos" no sentido mais amplo do termo — na música, na fotografia e na arquitetura. McKenzie ensinava que a bibliografia pode transcender os livros. Ao seguir seus passos, seus sucessores demonstraram que ela oferece um modo de entender a reprodução de toda espécie de formas culturais, desde que se prestem a uma descrição rigorosa.

Enquanto isso, os historiadores do livro seguiram mergulhando em outros dos mistérios que datam da época de Gutenberg. Em 2000, ao celebrarem os seiscentos anos do seu nascimento — supostamente, Gutenberg nasceu em 1400: sabemos muito menos sobre ele do que o pouco que sabemos sobre Shakespeare —, uma explosão de publicações atestou a vitalidade da pesquisa bibliográfica. Através de novas técnicas de análise de papel, tinta e tipos móveis, especialistas como Paul Needham, Richard Schwab e Blaise Agüera y Arcas transformaram nosso conhecimento acerca de como foram produzidos os primeiros livros impressos. Em 1991, a Biblioteca Folger realizou uma exposição de seus tesouros, explicados por Peter Blayney num livreto intitulado *The First Folio of Shakespeare* [O Primeiro Fólio de Shakespeare]. Esta obra sintetizou as pesquisas shakespearianas mais avançadas numa linguagem compreensível por qualquer leigo. Blayney demonstrou que o combustível da bibliografia não chegou ao fim, e que ela é capaz de se dirigir ao público em geral.

Em retrospecto, parece claro que as disputas fronteiriças dos anos 1970 não prejudicaram a disciplina. Os bibliógrafos só têm a ganhar ao se aliar aos historiadores do livro em esforços colaborativos dedicados a romper essas fronteiras. Hoje o problema a ser solucionado vai muito além dos textos de Shakespeare. Aparecem em sistemas de comunicação de toda sorte, inclusive

na internet, onde textos digitalizados aparecem libertos de suas amarras impressas e e-mails deixam rastros que se evaporam facilmente. Eram problemas desse tipo que fascinavam Don McKenzie quando ele morreu, jovem demais, em 1999. Ele não sabotou a bibliografia; longe disso. Suas heresias concederam a ela uma nova vida.

10 F. P. Wilson, *Shakespeare and the new bibliography*, ed. Helen Gardner (Oxford, 1970), p. 121. No Primeiro Fólio, o trecho é o seguinte: "*Swithold footed thrice the wold,/ He met the nightmare and her ninefold;/ Bid her alight/ And her troth plight,/ And aroint thee, witch, aroint thee!"* (Na tradução de Barbara Heliodora: "O santo três vezes ia/ Mas viu a mula e a cria;/ Pediu pr'ela parar/ e depois de lutar,/ Disse 'Fora daqui, bruxa; fora!'".). Para comentários sobre o trecho em que Edgar canta sobre um demônio feminino, ver *The complete Pelican Shakespeare*, ed. Stephen Orgel e A. R. Braunmuller (Penguin, Londres e Nova York, 2002), p. 1533.
11 "Ele já sabe o quanto você quer?". Tradução de Barbara Heliodora em Teatro completo, Editora Nova Aguilar, 2009. (N. T.)
12 Para um discussão sobre este problema e sobre bibliografia em geral, ver *A new introduction to bibliography*, de Philip Gaskell (Clarendon Press, Oxford, 1972), pp. 336-60.
13 A definição de Greg, que provavelmente não tinha a intenção de ser um pronunciamento oficial, aparece em seu artigo "What is bibliography?", de 1912. Para uma discussão do artigo, ver "Bibliography and science", de G. Thomas Tanselle, em *Studies in bibliography*, vol. 27 (1974), p. 62.
14 Stanley Wells e Gary Taylor, *The complete Oxford Shakespeare* (Oxford University Press, Oxford, 1987), e Stephen Orgel e A. R. Braunmuller (eds.), *The complete Pelican Shakespeare* (Penguin, Londres e Nova York, 2002).
15 Charlton Hinman, *The printing and proof-reading of the First Folio of Shakespeare* (Oxford/ Clarendon Press, Oxford, 1963), I, p. vii.
16*Shakespeare and the new bibliography*, p. x.

10. Os mistérios da leitura

Houve um tempo em que leitores mantinham livros de lugares-comuns (*commonplace books*). Sempre que encontravam uma passagem interessante, copiavam o trecho num caderno, sob um título apropriado, acrescentando observações sobre a vida cotidiana. Eram orientados por Erasmo de Roterdã; se não tivessem acesso ao seu popular *De copia*, consultavam modelos impressos ou o mestre-escola local. Esse hábito se espalhou por toda a Inglaterra do início da era moderna, tanto entre os leitores comuns quanto entre autores conhecidos, como Francis Bacon, Ben Jonson, John Milton e John Locke. Envolvia uma maneira especial de absorver a palavra impressa. Ao contrário dos leitores modernos, que acompanham o fluxo de uma narrativa do início ao fim (a menos que tenham "nascido digitais" e cliquem em textos exibidos por máquinas), os ingleses do início da era moderna liam de forma intermitente, pulando de um livro para outro. Dividiam os textos em fragmentos, que agrupavam em novos padrões ao transcrevê-los em seções diferentes de seus cadernos. Então reliam o que tinham copiado e recombinavam os padrões à medida que adicionavam mais excertos. Dessa forma, ler e escrever eram atividades inseparáveis. Pertenciam a um esforço contínuo de compreender as coisas, pois o mundo era cheio de sinais: era possível navegar por ele utilizando a leitura, e, ao manter um registro do que lia, você criava seu próprio livro, um livro com a marca da sua personalidade.

A era do livro de lugares-comuns teve seu ápice no final da Renascença, embora o costume provavelmente tenha começado no século XII e continuado popular na era vitoriana. Desapareceu muito antes do advento dos *sound bites*, mas continua vivo em alguns lugares. O melhor exemplo de um livro de lugares-comuns do século XX é *Geoffrey Madan's Notebooks*, publicado pela Oxford University Press em 1981. Talvez seja o último de sua linhagem, pois saiu de catálogo e parece ter sido esquecido, exceto em algumas salas de professores de universidades britânicas. Mas ele merece ser resgatado do esquecimento, pois é um excelente livro, especialmente para quem se interessa pela leitura como forma de entender o mundo.

Educado em Eton e Oxford, Madan sobreviveu a ferimentos recebidos na Primeira Guerra Mundial, mas contraiu meningite em 1924 e passou o resto da vida sem trabalhar, vivendo de rendas e observando a comédia humana a partir dos clubes londrinos e das mesas de Oxford. Ao registrar suas observações, aderia ao princípio erasmiano de destilar as coisas até sua essência e registrá-las em cadernos, como alguém que estocasse vinhos raros para serem servidos como *dégustation* em conversas futuras. Seguindo a recomendação de Erasmo, Madan criou seu próprio conjunto de rubricas para classificar o material. Mas as rubricas correspondiam ao mundo de um homem com intensa vida social nas décadas de 1920 e 1930, e não a um humanista cristão do século XVI. "Viniana", por exemplo, era dedicada ao vinho, uma das três paixões principais de Madan, sendo as outras a prataria antiga e os livros raros:

> Rainha Vitória "fortificando" clarete com uísque.
>
> *Carta de Gladstone à sra. Gladstone, 1864*

> Percebo que o senhor foi criado na melhor das escolas — a escola do porto: se aceita o conselho de um velho, use sempre uma taça de clarete.

Reverendo F. Bertie para lorde Ernle, no All Souls

"Só metade, obrigada." Mulher tímida com cálice de brandy no Savoy.

Em termos de anedotas, o gosto de Madan beirava o inconveniente e foi registrado de forma lapidar sob a rubrica "Cômicos e Memoráveis":

> Em vez de ser preso, como informamos, por chutar a esposa escada abaixo e atirar uma lamparina de querosene acesa sobre ela, o reverendo James P. Wellman morreu solteiro há quatro anos.
>
> *De um jornal americano, citado por Burne-Jones em carta a lady Horner*

> *Omlet, Omlet, dies is dein Feyder's spooke.*
>
> *Hamlet em holandês*

> *Importante se for verdade.* Inscrição que Kinglake gostaria de ver em todas as igrejas.

"Academica" era a rubrica dedicada às piadas internas, expressas sem delongas com um sotaque de Eton-Oxford:

> H. M. Butler: "Cristo, num sentido bem concreto, era um homem do Trinity".

> Como *é* o lugar, senhor? Está no nível de Keble?
>
> *Auxiliar de Raymond Asquith quando este voltou de Cambridge*

> Hornby [Diretor de Eton]: "Preferia que Shelley tivesse estudado em Harrow".

"Beleza, Concisão e Charme" combinava observações pessoais de Madan com comentários feitos por outros que sabiam realçar detalhes reveladores ou estilos contundentes:

> Anotação no Dante de Gladstone (encontrado no leilão de Rosebery), em "*Nel mezzo del cammin...*": 15-49 [anos de idade].
>
> É curioso que chamemos *final* ao fim de uma corda ou corrente, enquanto em grego ele é o *começo*.
>
> O sorriso de Peel: como a plaqueta de prata de um caixão.
>
> *O'Connell*

O humor de Madan combinava o esnobismo à autoparódia aristocrática, do tipo que reforça as distinções sociais ao mesmo tempo que as ridiculariza:

> As calças devem estremecer sobre o sapato, mas nunca se partir.
>
> *O alfaiate de Arnold Bennett*
>
> Um cavalheiro: superficialmente, talvez, um homem que nunca parece ter acabado de cortar o cabelo.
>
> Nenhum cavalheiro pode ter menos de três exemplares de um livro; um para exibir (e este ele provavelmente guardará em sua casa de campo), outro para seu uso e um terceiro ao dispor dos amigos.
>
> *Richard Heber*

Mas seu humor tinha um quê de incisivo, porque depois dos massacres da Primeira Guerra Mundial tudo parecia absurdo, incluindo o patriotismo e a religião.

Bombardeamos os turcos das 9 às 11: e então, como era domingo, celebramos ao Senhor.

Do capitão de fragata R. N. ao comando da Marinha (1915)

Nunca leio poesia. Pode me suavizar.

General Hindenburg (1912)

O duque de Wellington não gostava que os soldados gritassem de alegria, pois isso era quase como expressar uma opinião.

A rainha Vitória "indicando com um leque erguido" que um sermão deveria parar.

Quarterly Review, *abril de 1901*

As citações e *bons mots* fluem sem cessar; em vez de darem a impressão de rabiscos descuidados, transmitem uma visão de mundo coerente, intensamente pessoal, imbuída do sabor de sua época. O livro de lugares-comuns de Madan combina o preciosismo eduardiano com a desilusão do pós-guerra, e o faz sem dar explicações ou usar de exposição, apenas justapondo comentários pinçados de leituras e conversas.

Por que se deter sobre este livro obscuro e esquecido? Porque ele demonstra como um gênero arcaico foi utilizado para impor ordem sobre uma experiência moderna. Livros de lugares-comuns foram muito mais eficazes nesta tarefa há muitos séculos, quando eram as ferramentas-padrão dos leitores. Ao estudá-los, os historiadores e estudiosos de literatura chegaram perto de entender a leitura, tanto como prática cultural específica quanto como maneira geral de interpretar o mundo. Mas é um tema traiçoeiro,

especialmente quando o pesquisador sai de questões a respeito de quem eram os leitores e o que liam e passa aos problemas de como eles compreendiam os livros.

Thomas Jefferson é um bom exemplo. Quando seu livro de lugares-comuns foi publicado pela primeira vez, em 1928, seu editor, Gilbert Chinard, celebrou a obra como uma chave que destrancaria a personalidade impenetrável de Jefferson, bem como sua visão de mundo. Essa visão de mundo veio a simbolizar o Iluminismo americano, mas parecia deslocada da coleção de excertos das leituras feitas por Jefferson quando era jovem. Dos quinze aos trinta anos, aproximadamente, ele copiava os trechos em folhas dobradas de papel almaço. Por volta dos 35, escolheu as folhas que queria guardar e as encadernou num volume de 123 páginas, que consultou e citou pelo resto da vida, embora não tenha acrescentado mais trecho algum a ele.

É um livro de lugares-comuns "literário", em contraste com o o livro de lugares-comuns "jurídico", que utilizava em seu trabalho de advogado. Dos seus 407 verbetes, 339 são citações de poesia, incluindo catorze de Ossian, o bardo pseudo-celta inventado por James Macpherson e considerado por Jefferson "o maior poeta que já existiu". Jefferson tinha romances em baixa conta e mencionou apenas um, *Tristram Shandy*. Preferia a segurança dos clássicos que estudara quando garoto sob a orientação do reverendo James Maury, e como aluno do College of William and Mary: Homero, Eurípedes, Horácio, Virgílio e Ovídio — mas nunca Platão, que desprezava. Seu Cícero não era o orador, mas o moralista lúgubre das *Tusculanae disputationes*. Seus poetas britânicos incluíam favoritos da época, como Edward Young e James Thomson, além de Shakespeare, Milton e Pope. Mas os poemas que selecionava eram menos previsíveis que sua escolha de poetas. Por exemplo: tratava *Hudibras*, uma paródia de poemas heroicos escrita por Samuel Butler, como fonte

de princípios morais, ao contrário de outros nativos da Virgínia, que a utilizavam para ridicularizar o puritanismo ianque. Jefferson, aliás, não exibe senso de humor algum em todo o seu livro de lugares-comuns. Nada poderia estar mais distante do mundo de Geoffrey Madan, embora este fosse um classicista mais consumado.

"O mundo perdido de Thomas Jefferson", como foi batizado por Daniel Boorstin, era um lugar solene, saturado de filosofia iluminista; mas poucos filósofos aparecem no livro, talvez porque Jefferson o tenha utilizado primariamente como registro de suas leituras favoritas no mundo dos clássicos e das belas-letras. A exceção fica por conta de Henry Saint-John, visconde de Bolingbroke, que representa 40% de todo o material selecionado por Jefferson para a versão definitiva que mandou encadernar na década de 1780. Admirava Bolingbroke enquanto comentarista ousado da Bíblia, e copiava trechos como o seguinte: "Há imperfeições flagrantes e falsidades tangíveis em quase todas as páginas das Escrituras, e, considerando seu tom, homem algum que reconheça um ser supremo e completamente perfeito pode acreditar que aquilo seja sua palavra". Bolingbroke é a fonte do famoso conselho de Jefferson ao sobrinho, Peter Carr: "Coloca a razão firmemente no trono dela, e apela ao tribunal dela todos os fatos, todas as opiniões. [...] Então lê a Bíblia da mesma forma que leria Tito Lívio ou Tácito".

Isso pode parecer familiar e tranquilizador: o Pai Fundador era um racionalista secular quando jovem. Mas o que depreender dos trechos de Milton escolhidos por Jefferson, como o lamento de Adão em *Paraíso perdido*?

> [...] *não és mais que uma costela torta,*
> *Sempre inclinada (como agora observo)*
> *Para o sinistro lado onde eu a tinha,*

Tendo sido melhor lançá-la fora
Sobrando das que são em mim precisas.
Oh! Por que Deus, o Criador sapiente,
De espíritos varões o Céu povoando,
Criou no Orbe por fim este ente novo,
Da Natureza encantador defeito, —
E não encheu por uma vez o globo
De homens sem fêmeas (como antes fizera
Nos Céus co'os anjos) ou por outro modo
Não perpetuou dos homens a progênie?
Se isto assim fosse, não teria havido,
Nem haveria no Orbe este e outros males,
Inumeráveis turbulências, filhas
Dos artifícios feminis, do afeto
Que ao sexo em demasia se consagra.[17]

Por que o jovem Jefferson escolheu este trecho, um dos mais infames nos anais da misoginia? E por que selecionou uma passagem igualmente incriminadora do *Samson agonistes*?

Therefore God's universal Law
Gave to Man despotic Power
Over his Female in due Awe,
Nor from that Right to part an Hour,
Smile she or lour:
So shall he least Confusion draw
On his whole Life, no sway'd
By female Usurpation, or dismay'd.[18]

Douglas Wilson, responsável pela edição mais recente e anotada do livro de lugares-comuns, tem uma resposta. Jefferson copiou esses trechos, e outros igualmente perturbadores — descrições raivosas de rebeldia, relatos mórbidos sobre a morte — num período de confusão emocional. Escolheu os primeiros excertos logo após a morte do pai, quando ele tinha catorze anos, e os seguintes quando era adolescente e tinha dificuldade de aceitar sua mãe como chefe da família. As referências hostis às mulheres coincidem com seu prolongado celibato e cessam após seu casamento bem-sucedido com Martha Wayles Skelton, em 1772. Foi aproximadamente nessa época que Jefferson parou de escrever seu livro de lugares-comuns. Comprometido com a carreira de advogado e político, parou de ler poemas e fechou o livro de suas emoções anteriores, ainda que o tenha aberto, consultado e citado em diversos momentos pelo resto da vida.

Kenneth Lockridge não aceita essa interpretação. Em uma monografia fascinante, original e iconoclasta, publicada em 1992, trata o livro de lugares-comuns de Jefferson como um dos dois grandes manifestos misóginos da Virgínia do século XVIII. O outro é o livro de lugares-comuns de William Byrd II, uma coleção de anedotas sobre fêmeas vorazes e machos incompetentes, intercalado com todo tipo de folclore sexual. Por exemplo:

> Popilia foi questionada por uma Pessoa de seu próprio Sexo, muito curiosa: por que as Bestas refugam o macho após terem concebido uma vez? E respondeu com o Espírito genuíno da mulher: porque são Bestas e não sabem de nada.

> Mulheres estéreis costumam ser mais lascivas que as férteis por causa do Calor do útero, que muitas vezes é a causa da Esterilidade & ao mesmo tempo a instigadora da luxúria.

> Esfregar o Pênis com óleo de Lavanda é de grande valia na conquista da Ereção: mas a bebida utilizada na Provença conhecida como Sambajeu é muito superior para tal propósito; é composta de Vinho, gemas de Ovo, Açafrão, Açúcar & macis, que podem ser fervidos em conjunto ou bebidos crus, com glorioso Sucesso.

Byrd é um alvo fácil. Da forma descrita por Lockridge, parece uma figura asquerosa: um patriarca impotente que manifestava seus fracassos sexuais, sociais e políticos na forma de ódio contra as mulheres. Mas e Thomas Jefferson? Segundo Lockridge, ele levava a "fúria patriarcal" ainda mais longe. É verdade que Jefferson não acrescentava comentários próprios às citações transcritas em seu livro. Mas, ao pinçar os comentários mais rudes e hostis às mulheres do leque infinito de literatura à sua disposição, injetou tanto medo e repulsa em sua imagem da guerra dos sexos que, segundo Lockridge, expressou uma tendência patológica de segregação de gêneros em sua psique e sua cultura.

Para corroborar este argumento, Lockridge menciona as relações supostamente difíceis entre Jefferson e a mãe, que assumiu a propriedade patriarcal após a morte do marido. Alega que Jefferson encontrou em Martha Wayles uma parceira especialmente submissa e evitou qualquer envolvimento emocional com mulheres após sua morte. Em vez de casar novamente, recriou Monticello como "o palácio de um homem só", suprimindo o espaço da família. E, nas ocasiões em que se permitia alguma vida familiar, esta assumia a forma de imperativos paternos que revelavam ansiedades latentes. Como a reprimenda sobre asseio e esmero dirigida à filha Martha, então com onze anos: "Graças ao penhoar, algumas moças acreditam que podem ser descuidadas e negligentes com sua indumentária matinal. Você, porém, do momento

em que acordar até o instante de ir para a cama, deverá estar asseada e vestida com o mesmo esmero das horas do jantar e do chá".

Como prova, é bastante circunstancial; e já vimos isso acontecer numa longa série de psicobiografias que tinham a intenção de penetrar nas almas dos mortos ao ler detalhes domésticos como se fossem folhas de chá. É provável que a maioria dos estudiosos prefira fatos mais concretos, como as provas de DNA que ligaram Jefferson a Sally Hemings — que não é citada na argumentação de Lockridge, embora nela pudesse se encaixar. Mas a leitura do livro de lugares-comuns de Jefferson feita por Lockridge é convincente ao desafiar as ideias estabelecidas. Ele trata o livro como um teste de Rorschach, e invoca Foucault em vez de Freud. Desse modo, os fragmentos de literatura reunidos por Jefferson são avaliados como um campo epistemológico: suas inter-relações e os espaços entre eles sugerem um processo inconsciente de hierarquização. O horror à sexualidade feminina se conjuga ao medo da incompetência masculina, à ansiedade do patriarcado, ao horror à desordem e à obsessão com a morte.

Para ser justo com este raciocínio, é preciso ler todos os verbetes do livro de lugares-comuns, identificando com atenção as afinidades subjacentes que sustentam sua coesão como um todo. Lockridge detecta um padrão mesmo quando não consegue encaixar as exceções, como este trecho de *Venice preserved*, de Thomas Otway:

> *Can there in Women be such glorious Faith?*
> *Sure all ill Stories of thy Sex are false!*
> *O Woman ! lovely Woman ! Nature made thee*
> *To temper Man : we had been Brutes without you:*
> *Angels are painted fair to look like you:*
> *There 's in you all that we beleive of Heav'n,*

Amazing Brightness, Purity and Truth,
Eternal joy, & everlasting love.[19]

Aceitando-se ou não as conclusões de Lockridge, ele mostrou que o mundo perdido de Thomas Jefferson não era formado pela ordem racional e serena imaginada por seus biógrafos anteriores. E, o mais importante: ele demonstrou a possibilidade de se estudar livros de lugares-comuns enquanto cosmologias.

Para um estudo ainda mais minucioso e um exemplar mais rico de livro de lugares-comuns, basta recorrer ao novo livro de Kevin Sharpe sobre William Drake, um leitor voraz que foi um personagem secundário nos conflitos que abalaram a Inglaterra de 1640 a 1660. Nada distinguia Drake dos outros proprietários de terras de sua época, exceto seu amor pelos livros. Recebeu uma educação convencional em Oxford, estudou direito em Londres por algum tempo, administrou uma propriedade em Buckinghamshire e se elegeu ao Parlamento em 1640.

Como muitos outros parlamentares, Drake evitou tomar partido enquanto a Inglaterra entrava em guerra civil. Em 1641, publicou um discurso que defendia tanto as assembleias frequentes quanto um poder executivo forte. Em 1642, apoiou a L. 200 para a manutenção da cavalaria tanto nas forças do Parlamento quanto nas tropas da Coroa. Em 1643, enquanto as batalhas se alastravam, ele deixou o país e permaneceu no continente até a Restauração, exceto por breves viagens à Inglaterra. Em 1660, tomou posse no Parlamento como partidário de Charles II e ali permaneceu até sua morte, em 1669. Era mais um sobrevivente que um homem de ação, um observador que assistia aos acontecimentos políticos de uma distância segura, um coadjuvante que se mantinha em segundo plano.

Embora Drake não tenha participado dos grandes eventos da metade do século, acompanhou tudo pela imprensa com muita atenção, e intercalava as informações retiradas de panfletos e folhetos com excertos de suas amplas leituras de história e filosofia. Tudo foi registrado em livros de lugares-comuns: foram quinze de 1627 à metade dos anos 1640, e 22 da metade dos anos 1640 até o final da década de 1650. Dezessete volumes adicionais contêm cartas e anotações variadas. Podem ser complementados por um diário político em um volume, com registros que vão de 1631 a 1642, e os livros da sua biblioteca, que contêm extensas anotações. Reunidas, essas fontes oferecem o sortimento mais rico existente no mundo todo a respeito de um leitor e sua experiência de leitura.

Infelizmente, porém, Drake raramente comentava os acontecimentos, provavelmente porque não queria se comprometer. Seu diário é uma decepção para quem deseja acompanhar as reações de um parlamentar secundário durante a revolução, e os verbetes dos seus livros de lugares-comuns não podem ser datados com precisão. Mostram, contudo, como ele compreendia a leitura e fazia uso dela. Alguns exemplos:

> A carne que consumimos é um fardo enquanto boiar íntegra no estômago, mas ao se transformar fornece enfim força e alimento. Que façamos o mesmo em nossas leituras. Não permitamos que se mantenha íntegro aquilo que recolhemos de diversos autores, pois assim não se tornarão nossos, mas nos esforcemos para que seja cozido e digerido — de outro modo nos preencherá a memória inteira, restando nula e vazia nossa compreensão.

> Lembre de não estudar em demasia os livros de saber, pois prejudicam os negócios, ocupam espaço demais na memória e nos afastam de coisas mais úteis.

> Nada é mais eficaz para adquirir sabedoria que a leitura frequente de aforismos, provérbios, fábulas morais, discursos sagazes [...] emblemas, estratagemas, juízos e frases lançadas em diversos momentos da história.

Drake compreendia a leitura como digestão, um processo de extrair a essência dos livros e incorporá-las em si mesmo. Dava preferência a trechos curtos, que poderiam ser úteis quando aplicados à vida cotidiana. A leitura não deveria ter fins de erudição, mas prestar-se a ajudar um homem a progredir no mundo, e suas porções mais úteis vinham na forma de provérbios, fábulas e mesmo nas legendas dos livros de emblemas.

Esse tipo de leitura pertencia a um universo mental muito distante do nosso, embora também possamos ler com intenções utilitárias. A qualidade estrangeira da mentalidade de Drake fica clara nos exemplos de provérbios de sabedoria transcritos em seus livros de lugares-comuns:

> Escolha um cavalo treinado e uma esposa a treinar.

> Um homem nunca deve elogiar sua esposa, seu vinho ou seu cavalo, pois inspira a tentação do empréstimo.

> A dissimulação é tão eficaz... quanto os conservantes nos medicamentos.

> Quando um homem faz amigos, sua causa chega ao fim.

Provérbios, naturalmente, podem ser interpretados de incontáveis maneiras. Não existe uma maneira óbvia de encaixar as centenas de citações transcritas nos livros de lugares-comuns de Drake numa única interpretação que as harmonize. Mas o estudo de um material semelhante, realizado por Lisa Jardine e Anthony Grafton,[20] pode nos ajudar. Eles publicaram uma análise incrivelmente original da *marginalia* (anotações nas margens de um

livro) de Gabriel Harvey, advogado e secretário do conde de Leicester, na Inglaterra elisabetana. Harvey leu e releu um exemplar de 1555 da *História de Roma*, de Tito Lívio, ao longo de um período de 22 anos, deixando um rastro de anotações que muitas vezes podem ser ligadas a eventos de sua época. Preencheu as margens do livro com tantas alusões e referências cruzadas que elas se tornaram uma espécie de palimpsesto, ou um livro de lugares-comuns dentro do livro. Mostram que Harvey nunca leu Tito Lívio do início ao fim, ou sozinho. Em vez disso, escolhia trechos apropriados às demandas do momento e os preparava, com excertos de outros clássicos, para servirem de munição em batalhas retóricas ou orientação a clientes em potencial. O combate real acontecia em instâncias superiores, em missões diplomáticas ou jogos de poder na corte. Harvey operava como um mero municiador, na esperança de que algum dos seus clientes acertasse o alvo e o recompensasse com uma promoção. A cultura clássica integrava as lutas internas da política na era Tudor-Stuart e Harvey dedicou-se à estudá-la, não para refinar seu conhecimento, mas para progredir na vida.

Quando Kevin Sharpe se dispôs a encontrar a lógica subjacente aos livros de lugares-comuns de Drake, detectou a mesma cultura clássica e política que Grafton e Jardine haviam encontrado nas entrelinhas e nas margens do Tito Lívio de Harvey. Drake e Harvey beberam nas mesmas fontes e as conduziram ao mesmo rumo: ação em vez de contemplação, sucesso secular em vez de sabedoria transcendente. Esse éthos surge em anotações e referências cruzadas. Como Harvey, Drake citava Tito Lívio constantemente. Também citava Maquiavel e as citações de Tito Lívio feitas por este. Então recombinava as citações, adicionava outros autores e inseria alusões à história recente e antiga. Do latim ao italiano e ao inglês, da Roma antiga à Florença renascentista e à Inglaterra dos Stuart, tudo se refratava em todo o resto; e ainda assim compunha uma visão de mundo consistente, graças a um princípio organizador: um maquiavelismo amador e improvisado.

Drake citou Maquiavel com mais frequência do que qualquer outro autor, mas não foi afetado pelos aspectos patrióticos e republicanos de seus escritos. Leu Maquiavel em busca de adágios que colaborassem com seus esforços de subir na vida enquanto a monarquia dos Stuart desmoronava ao seu redor. A qualidade mais destacada de seu processo seletivo era o caráter secular. Enquanto seus compatriotas matavam uns aos outros por causa de discussões sobre o Livro de Orações Comum, a legitimidade de bispos e o significado dos sacramentos, Drake só tinha olhos para as disputas de poder. Nunca indicou ter a menor simpatia pela ideia estabelecida de que a Inglaterra era e precisava ser uma comunidade cristã. Preocupou-se com os abusos da prerrogativa real nos anos 1630 e a necessidade de fortalecê-la depois de 1642, mas nunca mencionou o ingrediente espiritual da autoridade do rei. Chegou mesmo a interpretar a Bíblia como uma antologia de fábulas morais a respeito de quem teria seu boi abatido, e relacionou trechos dos evangelhos a excertos de Maquiavel e Guicciardini, um mais secular que o outro.

Quando Drake topava com temas como amor e amizade, comentava com espírito igualmente cínico:

> São frequentes os danos causados à vida humana pelo amor.
>
> Nunca te deixes conhecer intimamente por ninguém, e, ainda que desse modo, possas ter menos alegrias, certamente terás menos tristezas.

Superou Jefferson em sua visão negativa das mulheres:

> A mulher é uma criatura imperfeita [...] uma criatura ingovernável, infiel, volúvel, cruel e escrava de mil paixões.
>
> Nosso leito matrimonial muitas vezes se prova de súbito nosso leito de morte.

Não sabemos se Drake realmente esperava que Eros fosse engolido por Tânatos, mas o fato é que ele nunca se casou. Aguardou impaciente pela morte do pai, que lhe renderia como herança a propriedade da família; e parece não ter se relacionado bem com os parentes. Na vida social, se esforçou ao máximo para ocultar os sentimentos e evitar amizades íntimas. Não enxergava muito além de astúcia e logros no mundo que o cercava: todo homem perseguia seus próprios interesses, por mais alto que proclamasse fidelidade a alguma causa. A vida era uma guerra de todos contra todos; a política, o domínio do forte; a história, um movimento cíclico de entrada e saída no caos:

> Há uma guerra secreta, interna, entre o homem e o homem.
>
> O mais forte impõe ao mais fraco a lei que bem desejar.
>
> Tudo se dissolve e retorna à anarquia e à confusão.

Seu cinismo é tão arraigado que Drake parece ter combinado Maquiavel com Hobbes.

Essa é a interpretação de Kevin Sharpe. Ele a persegue com energia incansável por centenas de páginas de citações sibilinas, espalhadas por diversas fontes manuscritas, de histórias a fábulas, de provérbios a livros de emblemas e voltando ao início num círculo hermenêutico estonteante. É um *tour de force*, mas seria a verdade?

Na visão de Sharpe, "Drake é mais maquiavélico que o próprio Coisa-Ruim"[21] e se tornou hobbesiano antes de ler Hobbes. Mas isso cria um problema, pois Drake apenas costurou algumas citações, enquanto Maquiavel e Hobbes escreveram tratados sistemáticos. Hobbes fundamentou sua teoria política numa filosofia materialista construída com grande cuidado. E Maquiavel não se limitava a tratar a política como um jogo de poder: enxergava

princípios agindo nas disputas de poder, especialmente a *virtù* — isto é, uma virtude patriótica, como o espírito cívico que ele esperava que salvasse a República florentina. Em contrapartida, a antologia de provérbios cínicos e aforismos seculares reunida por Drake não parece representar mais que uma posição de desencanto em relação à política e às disputas de poder.

Apesar disso, Sharpe insiste que Drake "concebeu um sistema intelectual" — "uma teoria inteiramente maquiavelista" construída a partir de um material solidamente hobbesiano, que remodela a política como parte de uma "nova cultura política e intelectual". Drake teria forjado um novo senso de eu; na verdade, uma visão de mundo inteiramente nova, que transformou o cenário mental da Inglaterra no início da era moderna, mesmo sem ele nunca ter elaborado qualquer ideia própria. E como fez esse truque? Lendo. De acordo com Sharpe, a jornada de Drake através dos livros se equipara à passagem da Inglaterra pelo século XVII.

Por mais extravagante que seja, é um raciocínio que merece ser levado a sério. Drake lia criticamente, selecionando trechos para combinar em padrões que expressavam uma visão de mundo intensamente particular. Lia sem se importar com instâncias superiores, fossem da Igreja ou do Estado, e ao fazer isso exercia seus próprios juízos como indivíduo autônomo. Seus livros de lugares-comuns receberam a marca dessa consciência. Num século de fervor político e religioso, eles expressam posicionamentos que viriam à tona um século mais tarde, na era do Iluminismo: individualismo, ceticismo, secularismo, utilitarianismo, racionalismo e conceitos religiosos próximos do deísmo.

Por ter mergulhado na leitura de Drake, Sharpe consegue apresentar diversas evidências que conectam essa série de "ismos" a um modelo cultural implícito nos livros de lugares-comuns. Mas ele questiona a própria noção de evidência. Na sua opinião, isso recende a positivismo, um modo de

argumentação histórica que, segundo ele, conduziu o estudo da história britânica a um beco sem saída.

Para sustentar essa acusação, Sharpe abre seu livro com um discurso sobre o método e uma análise historiográfica. Ele examina os grandes debates que nos últimos cinquenta anos têm dividido os especialistas na Grã-Bretanha do século XVII, enfatizando a oposição entre uma "velha guarda" de historiadores sociais, como Lawrence Stone e Christopher Hill, e "revisionistas", como Conrad Russell e ele próprio. No seu ponto de vista, os revisionistas demoliram o conceito da velha guarda sobre a guerra civil como uma revolução detonada por conflitos sociais e cisões ideológicas. Eles demonstraram o oposto: o colapso da monarquia foi uma consequência involuntária das rixas fratricidas de uma elite política que em essência concordava em questões de política e religião. Contudo, depois de expulsar os mais velhos e ocupar o cenário principal das batalhas historiográficas, os revisionistas se viram às voltas com o problema de o que fazer em seguida. Um relato infinitamente detalhado de acontecimentos políticos não levaria a lugar algum. Mas, ao seguir o exemplo de Sharpe, encontrariam a única saída para o "pós-revisionismo" — a saber, o pós-modernismo, ou um grande mergulho na teoria.

Quando fala em teoria, Sharpe se refere a um amálgama das obras de Michel Foucault, Jacques Derrida, Jacques Lacan, Ferdinand de Saussure, Mikhail Bakhtin, Pierre Bourdieu, Roland Barthes, Hayden White, Clifford Geertz, Quentin Skinner, John Pocock, Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser, Stanley Fish, Stephen Greenblatt e os outros nomes de sempre. Sharpe alega que eles compõem uma "galeria de desconhecidos" para os especialistas no início da era moderna — uma acusação estranha, levando-se em conta a abundância de referências a eles nos periódicos acadêmicos ao longo dos últimos trinta anos. Ainda mais estranho é seu conceito de "teoria" como um

todo coerente, algo que pode ser usado para resgatar historiadores encalhados em bancos de areia nas águas rasas do positivismo:

> Meu projeto sugere que, para os estudiosos da Renascença e para os especialistas no início da era moderna, os temas e questões suscitados pela teoria e alguns dos métodos por ela defendidos podem nos ajudar a reimaginar uma cultura renascentista que não compartilhava o positivismo ou "a ideologia organicista do modernismo[...]".

Parece questionável alegar que, ao invocar "evidências" e "fatos", as gerações mais velhas tenham estimulado uma forma mecânica de positivismo. E também parece improvável que seus sucessores possam ser salvos de futuros naufrágios mediante prolegômenos autorreferentes sobre método e teoria. Com sua versão triunfalista dos debates históricos e suas reinvindicações de originalidade, Sharpe afastará muitos leitores. Mas isso seria uma pena, porque ele vasculhou uma quantidade imensa de material desconhecido e chegou a algumas conclusões instigantes.

Acredito que Sharpe tem razão ao tratar os livros de lugares-comuns como sítios que devem ser explorados em busca de informações a respeito de como as pessoas pensavam em uma cultura baseada em premissas diferentes das nossas. Ao selecionar e organizar fragmentos de um estoque ilimitado de literatura, os ingleses do início da era moderna se entregavam a um processo semiconsciente de hierarquização. As afinidades eletivas que organizavam suas escolhas em padrões revelam uma epistemologia operando por debaixo da superfície. Esse tipo de fenômeno não aparece em pesquisas convencionais e não pode ser compreendido sem algum recurso à teoria. Foucault talvez ofereça a abordagem teórica mais proveitosa. Sua "arqueologia do conhecimento" sugere um modo de estudar textos como sítios que trazem marcas de

atividade epistemológica, e tem a vantagem de fazer justiça à dimensão social do pensamento.

Essa dimensão pode ser ao menos presumida, graças a outros estudos de livros de lugares-comuns e *marginalia*. Sharpe analisa todos eles e extrai material suficiente para indicar algumas semelhanças latentes entre as práticas de leitura dos ingleses do início da era moderna. Eles tinham todo tipo de opiniões e liam todo tipo de livros. Mas todos liam da mesma forma — uma leitura segmentada, concentrando-se em pequenas porções do texto e pulando de um livro a outro, em vez da leitura sequencial que seria realizada pelos leitores um século mais tarde, quando a ascensão do romance estimulou o hábito de ler os livros atentamente, do início ao fim. A leitura segmentada compelia seus praticantes a ler ativamente, exercer o juízo crítico e impor seu próprio modelo sobre aquilo que liam. Era também adaptada para a "leitura orientada à ação", um modo apropriado para homens como Drake, Harvey, John Dee, John Rous, sir Robert Cotton, Edward Hyde e outros que consultavam livros para se orientar em tempos arriscados, em vez de buscar entretenimento ou desejar o conhecimento por si só.

Ao dominar tanto material e sintetizá-lo com tamanha competência, Sharpe deu uma contribuição importante à história da leitura. Mas ele quer mais — quer demonstrar que a história da leitura é a chave para a história em geral, ou pelo menos para o século XVII. Ele insiste que, para Drake e seus contemporâneos, o processo seletivo mental estimulado pelos livros de lugares-comuns foi crucial para navegar em meio à política impiedosa das cortes renascentistas. O resultado foi uma mentalidade maquiavélica — não que todos os integrantes da elite instruída adotassem a mesma filosofia, mas todos tendiam a ler o mundo da mesma forma, desprovida de ilusões.

Eles também transformaram sua leitura em escrita, pois foram transformados em autores pelo hábito de manter livros de lugares-comuns. Isso os forçou a escrever seus próprios livros; e, ao fazer isso, aguçaram ainda mais a

consciência de serem indivíduos autônomos. O eu autoral tomou forma nos livros de lugares-comuns dos homens comuns, e não apenas nas obras dos grandes escritores. Fez parte de uma tendência geral batizada por Stephen Greenblatt de "autocriação renascentista".

Embora essa ideia tenha sido praticamente esgotada pelos especialistas em Renascença, Sharpe tenta injetar nova vida no conceito ao aplicá-lo à política. Ao resolver "escrever a si mesmo", argumenta, Drake "escreveu também um roteiro para a sociedade e para o Estado". Todos que faziam anotações nas margens dos livros e compilavam referências "desenhavam uma nova cultura política". É nesse ponto que Sharpe começa a testar a elasticidade de suas metáforas. Alega que os ingleses "foram capazes de [...] se constituir como agentes políticos" através da leitura, não importa se lessem ou não sobre questões de Estado; pois a política era uma "forma de consciência" e a psique, "um texto de política". "A própria guerra civil se tornou um texto contestado". Desse modo, a leitura era tudo: "Você é o que você lê".

Pode ser um lema melhor que o proclamado pelos Verdes alemães: "Você é o que você come" ("*Man ist was man isst*"). Mais uma vez, porém: seria a verdade? Apesar de sua montanha de cadernos e volumes recheados de anotações, Drake não proporciona o material ideal para um estudo de caso. Não oferece uma leitura atenta da política inglesa de 1643 a 1660, pois passou quase todo esse tempo fora do país. Nunca menciona as batalhas da guerra civil, os debates de Putney, o expurgo do Parlamento instigado por Thomas Pride, o julgamento e execução de Charles I, a ascensão de Cromwell ao poder, o Commonwealth, o Protetorado ou qualquer acontecimento relevante daqueles anos de importância capital. Em vez de estudar para se preparar para a ação, ele fugiu dela e se trancou em seu gabinete. Suas notas sobre a Roma antiga e a Florença renascentista podem sugerir alguma preocupação com os acontecimentos espetaculares no outro lado do canal da Mancha, mas seriam realmente dele? Apenas quinze dos 37 livros de lugares-comuns foram

redigidos em sua caligrafia. Os outros devem ter sido ditados a um secretário, mas a natureza de sua autoria, se realmente existiu, permanece uma questão de conjectura. Muitas suposições também devem ser consideradas na interpretação dos verbetes em sua caligrafia, porque nenhum traz data. Ao contrário das anotações de Harvey, consistem em excertos sem fim, que não podem ser conectados a nada do que estava acontecendo no mundo da política.

Ao tentar rebater essa objeção, Sharpe apresenta o mesmo tipo de evidências que havia rejeitado na abertura, em seu discurso sobre o método. Mas acaba voltando às referências sobre teoria literária, como se elas pudessem concluir o trabalho quando o rastro de papel desaparece nos arquivos. Sharpe seria mais convincente em seu uso de teoria se não se comportasse como um pregador, declamando Derrida enquanto brande um livro de Foucault. Um leitor escaldado perceberia uma semelhança suspeita com um fanático religioso.

E seria uma pena, porque no cerne de sua obra Sharpe demonstra a existência de um estilo maquiavelista de leitura que influenciou a cultura política da Inglaterra no início da era moderna. Ele não prova que se tratava de uma filosofia, mas mostra que era uma maneira de interpretar o mundo. Esse maquiavelismo obstinado, safo e instintivo, reforçado em parte por uma grosseira realpolitik hobbesiana, provavelmente se espalhou das cortes da Itália do século XV às monarquias centralizadoras da França e da Grã-Bretanha ao longo dos séculos XVI e XVII. Na época de Drake, os ingleses já tinham aprendido a navegar pelos livros da mesma forma que negociavam por sistemas de poder. Sua leitura complementava sua política, mesmo que não fossem a mesma coisa.

Esse argumento merece reflexão, pois a história da leitura se tornou uma das áreas de pesquisa mais vitais das ciências humanas; ainda assim, consiste em grande parte de estudos de caso, que não se encaixam num modelo geral. Em vez de compartilhar uma visão comum acerca de tendências de longo

prazo, os historiadores da leitura tendem a encarar seu tema como um alvo móvel impelido pela interação de opostos binários: ler virando páginas de um códice em oposição a ler desenrolando um rolo de papiro, a leitura de textos impressos em contraste com a leitura de manuscritos, a leitura silenciosa distinta da leitura em voz alta, ler sozinho em vez de ler em grupo, ler extensivamente material de vários tipos aos trancos e barrancos versus ler intensivamente alguns poucos livros do início ao fim. Agora que a pesquisa se direcionou aos livros de lugares-comuns, podemos adicionar à lista a oposição entre a leitura segmentada e a leitura sequencial.

O importante é que dedicaremos mais atenção à leitura como elemento daquilo que era chamado de história das mentalidades — isto é, visões de mundo e modos de pensar. Todos que produziram livros de lugares-comuns, de Drake a Madan, navegaram pela vida através da leitura, pinçando fragmentos de experiência para encaixá-los dentro de padrões. As afinidades subjacentes que mantinham a coesão desses padrões representavam uma tentativa de compreender a vida, de extrair dela algum sentido; não mediante a elaboração de teorias, mas impondo forma à matéria. Escrever livros de lugares-comuns era como costurar colchas de retalhos: produzia imagens, algumas mais bonitas que outras, mas todas interessantes a seu modo. Eles revelam padrões de uma cultura: os segmentos que a formaram, a costura que os uniu, os rasgões que os dividiram e o tecido comum a partir do qual foram compostos.

17 Tradução de António José de Lima Leitão (1787-1856). (N. T.)

18 Em tradução livre: *Assim a lei universal de Deus/ Concedeu ao homem poder despótico/ Sobre sua fêmea, em justa sujeição:/ E que desse direito ele nunca abdique,/ Quer ela sorria ou feche a cara,/ Para que menos desordem recaia/ sobre sua vida inteira, livre dos humores/ da usurpação feminina, e de seus horrores.* (N. T.)

19 Em tradução livre: *Pode haver nas mulheres tal fé gloriosa?/ Decerto são falsos os boatos sobre teu sexo!/ Ó mulher! adorável mulher! A natureza te criou/ Para abrandar o homem: sem ti seríamos bestas:/ Pintam-se belos os anjos para que contigo se pareçam;/ Conténs tudo que cremos haver no Paraíso,/ Claridade, pureza e verdade assombrosos./ Alegria eterna & amor sem fim.* (N. T.)

20 Lisa Jardine e Anthony Grafton, "'Studied for action': How Gabriel Harvey read his Livy", *Past & Present* 129 (novembro de 1990), pp. 31-78.

21 No original, *Old Nick* (Velho Nick), um dos nomes populares para o Diabo em inglês. Algumas fontes alegam que a origem do epíteto é o nome próprio de Maquiavel, Niccolò (Nicolau). (N. T.)

11. O que é a história do livro?

Este ensaio, redigido há trinta anos, é uma tentativa de descrever a história do livro como nova área de estudo e sugerir como seus diversos aspectos poderiam ser combinados para lidar com um conjunto de problemas comuns. Como o texto gerou muitos debates e tem sido bastante indicado em cursos, pediram que eu o reavaliasse numa continuação, "'O que é a história do livro?' revisitado", publicado em Modern Intellectual History *(2007), vol.4, pp. 495-508. Essa continuação contextualiza o ensaio original e descreve avanços subsequentes. Aqui, porém, incluo apenas o primeiro ensaio.*[22]

"*Histoire du livre*" na França, "*Geschichte des Buchwesens*" na Alemanha, "*history of books*" ou "*of the book*" nos países de língua inglesa — seu nome varia conforme o lugar, mas por toda parte a história do livro vem sendo reconhecida como uma importante nova disciplina. Poderia até ser chamada de história social e cultural da comunicação impressa se essa definição não fosse tão extensa, pois sua finalidade é compreender como as ideias foram transmitidas sob forma impressa e como a exposição à palavra impressa afetou o pensamento e a conduta da humanidade nos últimos quinhentos anos. Alguns historiadores do livro investigam seus temas no período anterior à invenção dos tipos móveis. Alguns estudiosos da impressão se concentram em jornais, panfletos e outras formas além do livro. É uma área que pode ser estendida e ampliada de diversas formas, mas de modo geral se ocupa do livro

desde a época de Gutenberg; um campo de pesquisa que se desenvolveu tão rapidamente nos últimos anos que parece pronto a conquistar um lugar no cânone das disciplinas acadêmicas, ao lado de áreas como a história da ciência e a história da arte.

Qualquer que seja o futuro da história do livro, seu passado demonstra como uma área do conhecimento pode assumir uma identidade acadêmica distinta. Ela surgiu da convergência de diversas disciplinas num conjunto de problemas comuns, todos relacionados ao processo de comunicação. Inicialmente, esses problemas tomavam a forma de questões concretas em campos de estudo desvinculados: Quais eram os textos originais de Shakespeare? O que causou a Revolução Francesa? Qual é a conexão entre cultura e estratificação social? Ao se debruçar sobre essas questões, os estudiosos se viram cruzando caminhos da mesma terra de ninguém, situada na intersecção de meia dúzia de áreas de estudo. Resolveram constituir sua própria área, convidando historiadores, estudiosos de literatura, sociólogos, bibiotecários e todos que desejassem entender o livro como força histórica. A história do livro foi conquistando seus próprios periódicos, centros de pesquisa, conferências e ciclos de palestras. Reuniu sábios da tribo e jovens rebeldes. E, embora ainda não tenha gerado senhas, apertos de mão secretos ou uma população própria de doutores, seus adeptos se reconhecem pelo brilho nos olhos. Pertencem a uma causa comum, um dos poucos setores nas ciências humanas onde há um clima de expansão e um alvoroço de novas ideias.

É evidente que a história da história do livro não começou ontem. Vem desde a cultura acadêmica renascentista, se não for mais antiga; e começou a sério no século XIX, quando o estudo do livro como objeto material levou à ascensão da bibliografia analítica na Inglaterra. Mas o trabalho atual representa um desvio nas tendências estabelecidas de pesquisas na área, que podem ter suas origens no século XIX identificadas em edições antigas de *The Library*, *Börsenblatt für den Deutschen Buchhandel* ou dissertações da École des

Chartes. Essa nova tendência se desenvolveu na França dos anos 1960, enraizando-se em instituições como a École Pratique des Hautes Études e se disseminando por meio de obras como *L'Apparition du livre* (1958), de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, e *Livre et société dans la France du XVIII siècle* (em dois volumes, 1965 e 1970), por um grupo ligado à VIème Section da École Pratique des Hautes Études.

Os novos historiadores do livro incluíram o tema no leque de assuntos estudados pela "escola dos Annales" de história socioeconômica. Em vez de se deterem em minúcias bibliográficas, tentaram descobrir o modelo geral da produção e do consumo livreiros ao longo de extensos períodos de tempo. Compilaram estatísticas a partir de requisições de *privilèges* (uma espécie de copyright), analisaram o conteúdo de bibliotecas particulares e rastrearam correntes ideológicas estudando gêneros esquecidos, como a *bibliothèque bleue* (brochuras primitivas). Não se interessavam por livros raros e edições de luxo; concentraram-se nos tipos mais comuns de livros, pois ansiavam revelar a experiência literária de leitores comuns. Abordaram de forma inusitada fenômenos conhecidos, como a Contrarreforma e o Iluminismo, mostrando que, em termos de oferta, a vanguarda era superada pela cultura tradicional nos livros consumidos por toda a sociedade. Mesmo sem produzir uma série de conclusões consistentes, demonstraram a importância de fazer novas perguntas, usar novos métodos e explorar novas fontes.

Seus exemplos se espalharam pela Europa e pelos Estados Unidos, reforçando tradições locais como os estudos de recepção na Alemanha e a história da impressão na Grã-Bretanha. Unidos pelo compromisso com uma iniciativa comum e animados pelo entusiasmo por novas ideias, os historiadores do livro começaram a se encontrar, primeiro em cafés e depois em conferências. Criaram novos periódicos — *Publishing History, Bibliography Newsletter, Nouvelles du Livre Ancien, Revue Française d'Histoire du Livre* (nova série), *Buchhandelsgeschichte* e *Wolfenbütteler Notizen zur*

Buchgeschichte. Fundaram novos centros — o Institut d'Étude du Livre em Paris, o Arbeitskreis für Geschichte des Buchwesens em Wolfenbüttel, o Center for the Book na Biblioteca do Congresso. Colóquios especiais — em Genebra, Paris, Boston, Worcester, Wolfenbüttel e Atenas, para citar somente alguns do final dos anos 1970 — difundiram suas pesquisas em escala internacional. Em um curto período de duas décadas, a história do livro se tornou um campo de estudo rico e variado.

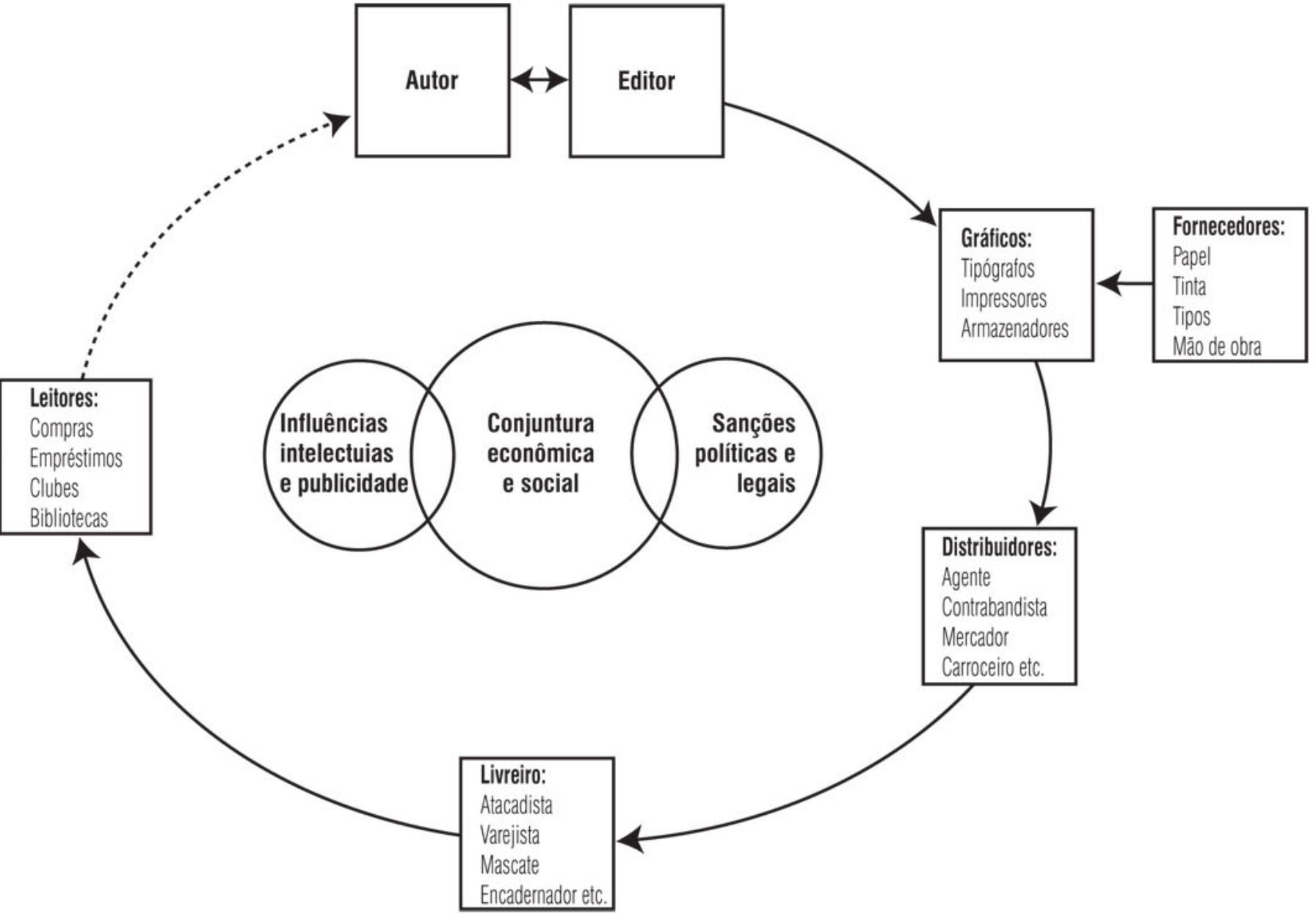
Tão rico, na verdade, que agora se parece menos com um campo do que com uma floresta tropical. O explorador mal consegue avançar pela selva. Fica enredado a cada passo numa densa vegetação rasteira de artigos científicos, e acaba desorientado pelo entrecruzamento de displinas — a bibliografia analítica aponta para uma direção e a sociologia do conhecimento para outra, enquanto a história, a literatura inglesa e a literatura comparada patrulham territórios sobrepostos. Ele é acossado por alegações de renovação — "*la nouvelle bibliographie matérielle*", "a nova história literária" — e desnorteado por metodologias conflitantes que o orientam a cotejar edições, compilar estatísticas, decifrar leis de copyright, ler penosamente resmas de manuscritos, suar operando um prelo comum reconstruído e psicanalisar os processos mentais dos leitores. A história do livro ganhou tantas disciplinas auxiliares que ficou difícil enxergar seus contornos gerais. Como poderia o historiador do livro negligenciar a história das bibliotecas, da editoração, do papel, dos tipos e da leitura? Mas como pode ele dominar suas tecnologias, especialmente quando surgidas em imponentes formulações estrangeiras, como *Geschichte der Appellstruktur* e *Bibliométrie bibliologique*? É o bastante para fazer alguém se recolher a uma sala de livros raros e ficar contando marcas-d'água.

Para alcançar certa distância da interdisciplinaridade descontrolada e enxergar a matéria por inteiro, talvez fosse útil propor um modelo geral para analisar como os livros surgem e se propagam entre a sociedade. Evidentemente, as condições variaram muito de lugar para lugar e de época para época

desde a invenção dos tipos móveis, a ponto de eliminar qualquer esperança de encaixar a biografia de todos os livros num mesmo padrão. Os livros impressos, porém, tendem a ter um ciclo de vida muito semelhante. Ele pode ser descrito como um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se o livreiro não assumir esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao livreiro e ao leitor. Por influenciar o autor tanto antes quanto depois do ato da escrita, o leitor completa o circuito. Autores também são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e autores, criam noções de gênero, estilo e uma ideia geral de iniciativa literária que afeta seus textos, quer escrevam sonetos shakespearianos ou instruções para montagem de kits de rádio. Um autor pode usar seu trabalho para rebater críticas sobre sua obra anterior, ou prever reações que serão causadas pelo texto. Ele se dirige a leitores implícitos e escuta a resposta de resenhistas explícitos. Assim, o circuito se completa. Transmite mensagens, transformando-as no caminho, enquanto passam do pensamento à escrita e daí aos caracteres impressos, até voltarem ao pensamento. A história do livro se interessa por cada fase desse processo e com o processo como um todo, em todas as suas variações ao longo do espaço e do tempo e em todas as suas relações com outros sistemas — econômicos, sociais, políticos e culturais — no ambiente que o cerca.

É uma empreitada considerável. Para manter suas pesquisas dentro de proporções controláveis, os historiadores do livro costumam recortar um segmento do circuito de comunicação e analisá-lo conforme os procedimentos de uma única disciplina — impressão, por exemplo, que estudam por meio da bibliografia analítica. Mas as partes não adquirem seu significado integral a menos que relacionadas ao todo. Uma visão holística do livro como meio de comunicação se faz necessária se a história do livro quiser evitar a fragmentação em especializações esotéricas isoladas umas das outras por técnicas herméticas e incompreensões mútuas. O modelo exibido na figura da página 195 oferece um modo de visualizar o processo de comunicação por inteiro.

Com pequenos ajustes, ele poderia ser aplicado a todos os períodos da história do livro impresso (livros manuscritos e ilustrações de livros terão de ser abordados em outra ocasião), mas eu gostaria de debater sua ligação com o período que conheço melhor, o século XVIII, e abordá-lo fase a fase, mostrando como cada uma delas se relaciona com (1) outras atividades empreendidas por uma determinada pessoa num determinado ponto do circuito, (2) outras pessoas no mesmo ponto em outros circuitos, (3) outras pessoas em outros pontos no mesmo circuito e (4) outros elementos da sociedade. As três primeiras considerações se referem diretamente à transmissão de um texto, enquanto a última diz respeito a influências externas, cuja variação é infinita. Pelo bem da simplicidade, reduzi esta última às três categorias gerais no centro do diagrama.


Autor
Editor
Gráficos:
Tipógrafos
Impressores
Armazenadores
Fornecedores:
Papel
Tinta
Tipos
Mão de obra
Leitores:
Compras
Empréstimos
Clubes
Bibliotecas
Influências intelectuais e publicidade
Conjuntura econômica e social
Sanções políticas e legais
Distribuidores:
Agente
Contrabandista
Mercador
Carroceiro etc.
Livreiro:
Atacadista
Varejista
Mascate
Encadernador etc.

Modelos costumam transformar seres humanos em bonecos isolados fora da história. Para conceder um pouco de carne e osso a este modelo e demonstrar como ele pode explicar um caso real, vou aplicá-lo à história editorial de *Questions sur l'Encyclopédie*, de Voltaire, uma importante obra do Iluminismo que afetou a vida de muitos homens de letras no século XVIII. Seria possível estudar o circuito de sua transmissão em qualquer ponto — no estágio da redação, por exemplo, quando Voltaire moldou o texto e orquestrou sua difusão de modo a promover sua campanha contra a intolerância religiosa, como foi mostrado por seus biógrafos; ou na impressão, um estágio onde a análise bibliográfica ajuda a determinar o número de edições; ou no ponto de sua assimilação pelas bibliotecas, onde, segundo estudos estatísticos de historiadores literários, as obras de Voltaire ocupavam um espaço considerável nas prateleiras. Mas eu gostaria de me concentrar no elo menos conhecido no processo de difusão, o papel do livreiro, tomando como exemplo Isaac-Pierre Rigaud, de Montpellier, e explorando as quatro considerações mencionadas acima.

1.

Em 16 de agosto de 1770, Rigaud encomendou trinta exemplares da edição em oitavo de *Questions*, em nove volumes, que a Société Typographique de Neuchâtel (STN) tinha começado a imprimir no principado prussiano de Neuchâtel, no lado suíço da fronteira franco-suíça. Em geral, Rigaud preferia ler ao menos algumas páginas de um novo livro antes de adicioná-lo ao seu estoque, mas apostava tanto em *Questions* que arriscou uma encomenda relativamente grande do livro sem ter visto nada. Pessoalmente, não simpatizava nem um pouco com Voltaire. Pelo contrário, deplorava a tendência do filósofo de remendar seus livros, adicionando e corrigindo trechos

enquanto ajudava em edições piratas pelas costas dos editores originais. Esses hábitos geravam reclamações dos compradores, que não concordavam em receber textos inferiores (ou insuficientemente audaciosos). "É espantoso que mesmo no final de sua carreira M. de Voltaire não consiga se abster de ludibriar livreiros", reclamou Rigaud à STN. "Não haveria problema se todos esses pequenos truques, fraudes e imposturas fossem atribuídos ao autor. Mas infelizmente quem acaba sendo responsabilizado são os editores e, acima de tudo, os comerciantes." Voltaire dificultava a vida dos livreiros, mas vendia bem.

Não havia nada de voltairiano na maioria dos outros livros vendidos por Rigaud. Seus catálogos de vendas mostram que de certo modo ele se especializou em livros médicos, sempre em demanda em Montpellier graças à famosa faculdade de medicina da universidade local. Como a cidade ficava em território huguenote, Rigaud também mantinha uma linha discreta de obras protestantes. Quando as autoridades se distraíam, ele trazia alguns carregamentos de livros proibidos. Mas em geral oferecia aos clientes livros de todo tipo, retirados de um inventário avaliado em no mínimo 45 mil *livres*, o maior de Montpellier e provavelmente de todo o Languedoc, segundo o relatório do *subdélégué* do intendente.

Rigaud encomendava da STN de um modo que ilustra o caráter de seu negócio. Ao contrário de outros grandes comerciantes de província, que especulavam com cem ou mais exemplares ao farejarem um best-seller, ele raramente encomendava mais que meia dúzia de exemplares de uma única obra. Lia bastante, consultava os clientes, fazia sondagens por meio de sua correspondência comercial e estudava catálogos enviados pela STN e outros fornecedores (em 1785, o catálogo da STN listava 750 títulos). Então escolhia cerca de dez títulos e encomendava exemplares suficientes para encher um caixote de cinquenta libras, o peso mínimo para transporte no frete mais barato cobrado pelos carroceiros. Se os livros vendiam bem, fazia novos pedidos, mas em

geral continuava sendo modesto e fazia quatro ou cinco encomendas por ano. Dessa forma, conservou capital, minimizou riscos e montou um estoque tão grande e variado que sua livraria se tornou uma espécie de central de distribuição para todo tipo de demanda literária na região.

O padrão das encomendas de Rigaud, nitidamente destacada nos livros contábeis da STN, mostra que ele oferecia aos clientes um pouco de tudo — livros de viagem, histórias, romances, obras religiosas e ocasionais tratados científicos ou filosóficos. Em vez de se guiar por suas preferências, parecia refletir a demanda com bastante precisão e viver de acordo com o senso comum do ramo livreiro, resumido dessa forma por outro cliente da STN: "Para um livreiro, o melhor livro é aquele que vende". Devido ao seu estilo cauteloso de fazer negócios, a decisão de Rigaud de encomendar antecipadamente trinta coleções de nove volumes de *Questions sur l'Encyclopédie* parece ter um significado especial. Ele não teria investido tanto dinheiro numa única obra se não estivesse certo da demanda — e suas encomendas posteriores demonstram que seus cálculos estavam corretos. Em 19 de junho de 1772, pouco depois de receber o último carregamento do último volume, Rigaud encomendou mais doze coleções; dois anos depois, encomendou mais duas, embora a essa altura o estoque da STN estivesse esgotado. Ela havia impresso uma tiragem imensa, 25 mil exemplares, aproximadamente o dobro do normal, e os livreiros haviam se atropelado na corrida para comprá-los. Desse modo, a compra de Rigaud não foi uma aberração. Expressou uma tendência voltairiana que se propagou amplamente entre o público leitor do Antigo Regime.

2.

Como fica a compra de *Questions* na perspectiva das relações de Rigaud com os outros livreiros de Montpellier? Em 1777, um almanaque do ramo listava nove deles.

Editores-livreiros:
Aug. Franç. Rochard
Jean Martel
Livreiros:
Isaac-Pierre Rigaud
J. B. Faure
Albert Pons
Tournel
Bascon
Cézary
Fontanel

Segundo o relatório de um mascate da STN, porém, eram apenas sete. Rigaud e Pons haviam se unido e dominado inteiramente o comércio local; Cézary e Faure se viravam com muito esforço no segundo escalão; e o resto vivia à beira da falência em lojinhas precárias. De vez em quando um encadernador ou vendedor ambulante disfarçado fornecia alguns livros, a maioria ilegal, aos leitores mais aventureiros da cidade. *Demoiselle* Bringand, por exemplo, conhecida como "a mãe dos estudantes", escondia frutos proibidos "debaixo da cama do quarto à direita no segundo andar", conforme o relatório de uma incursão arquitetada pelos livreiros estabelecidos. Na maioria das cidades da província o comércio seguia o mesmo padrão, que pode ser visualizado como uma série de círculos concêntricos: no centro, uma ou duas firmas tentavam monopolizar o mercado; perto da margem, alguns pequenos negociantes sobreviviam se especializando em obras populares e livros velhos,

organizando clubes de leitura (*cabinets littéraires*) e ateliês de encadernação, ou vendendo seu material através de mascates enviados a regiões mais remotas; e, além dos limites da legalidade, aventureiros entravam e saíam do mercado, vendendo literatura proibida.

Quando encomendou seu carregamento de *Questions*, Rigaud estava consolidando sua posição no centro do comércio local. Sua união com Pons, em 1770, proporcionou capital e ativos suficientes para lidar com os contratempos — encomendas atrasadas, devedores inadimplentes, crises de liquidez — que costumam perturbar negócios menores. Além disso, ele jogava duro. Quando Cézary, um dos negociantes de segundo escalão, deixou de pagar algumas de suas dívidas em 1781, Rigaud o tirou do mercado organizando um conluio com seus credores. Eles se recusaram a deixar que ele marcasse novos prazos de pagamento, colocaram-no na prisão por inadimplência e o forçaram a vender seu estoque num leilão onde os preços foram mantidos num patamar baixo e os livros acabaram comprados em massa pelos conspiradores. Fornecendo clientela, Rigaud controlava a maior parte dos ateliês de encadernação de Montpellier; e, pressionando os encadernadores, provocava atrasos e criava problemas nos negócios dos outros livreiros. Em 1789 restava apenas um deles, Abraham Fontanel, que só conseguiu se manter solvente gerenciando um *cabinet littéraire*, o que causava "terríveis ataques de inveja em *sieur* Rigaud, que deseja ser o único livreiro restante e demonstra diariamente o ódio que tem por mim", segundo Fontanel confidenciou à STN.

Rigaud não eliminou os concorrentes simplesmente acabando com eles no estilo selvagem de capitalismo comercial da França no início da era moderna. Suas cartas, assim como as dos concorrentes e a correspondência de muitos outros livreiros, mostram que o ramo sofreu uma retração entre o final dos anos 1770 e os 1780. Em tempos difíceis, os grandes livreiros acabavam com os pequenos e os mais duros sobreviviam aos frágeis. Rigaud

fora um cliente duro desde o início de suas relações com a STN. Encomendou seus exemplares de *Questions* de Neuchâtel, onde a STN estava imprimindo uma edição pirata, em vez de Genebra, onde o editor regular de Voltaire, Gabriel Cramer, produzia a original, porque havia conseguindo melhores termos na primeira. Também exigiu melhorias no serviço, especialmente quando os outros livreiros de Montpellier, que haviam tratado com Cramer, receberam seus exemplares primeiro. O atraso motivou uma saraivada de cartas de Rigaud para a STN. Por que não trabalhavam mais rápido? Não sabiam que estavam fazendo com que ele perdesse clientes para a concorrência? Se a STN não pudesse oferecer entregas mais rápidas a um preço mais baixo, ele teria de encomendar de Cramer no futuro. Quando os volumes 1, 2 e 3 finalmente chegaram de Neuchâtel, os volumes 4, 5 e 6 de Genebra já estavam à venda nas outras livrarias. Rigaud comparou os textos, palavra por palavra, e descobriu que a edição de Neuchâtel não continha nenhum dos materiais adicionais que a STN afirmava ter recebido às escondidas de Voltaire. Sendo assim, como ele poderia mencionar "acréscimos e correções" em sua conversa de vendedor? Recriminações povoam as cartas que iam de Montpellier a Neuchâtel, demonstrando a intenção de Rigaud de explorar cada centímetro de quaisquer vantagens que pudesse obter sobre os concorrentes. E, ainda mais importante, revelam também que exemplares de *Questions* eram vendidos por toda Montpellier, embora em princípio não pudessem circular legalmente na França. Longe de estar confinado ao comércio subterrâneo de personagens marginais como "a mãe dos estudantes", a obra de Voltaire se revelou um item valioso e cobiçado numa disputa por lucros no coração do ramo livreiro estabelecido. Enquanto negociantes como Rigaud brigassem com unhas e dentes por carregamentos da obra, Voltaire podia ter certeza de estar sendo vitorioso em sua tentativa de fazer avançar suas ideias pelas linhas principais do sistema de comunicação da França.

3.

O papel de Voltaire e Cramer no processo de difusão suscita um problema. Como a operação de Rigaud se encaixa nos outros estágios do ciclo de vida de *Questions*? Rigaud sabia que não estava recebendo uma primeira edição; ele e outros clientes importantes haviam recebido uma circular da STN explicando que sua edição reproduziria o texto de Cramer, mas com correções e acréscimos fornecidos pelo próprio autor, de modo que sua versão seria superior à original. Em abril de 1770, um dos diretores da STN tinha visitado Voltaire em Ferney e voltado com a promessa de que o autor retocaria as folhas impressas recebidas de Cramer e as repassaria a Neuchâtel para a confecção de uma edição pirata. Voltaire costumava aplicar esses golpes. Proporcionavam um modo de melhorar a qualidade e ampliar a quantidade de seus livros, e assim serviam ao seu propósito principal — que não era fazer dinheiro, pois ele não vendia sua prosa aos editores, e sim difundir o Iluminismo. Mas o lucro era a motivação que fazia o resto do sistema funcionar. Assim, quando Cramer ficou sabendo que a STN tinha a intenção de invadir seu mercado, protestou com Voltaire, que retirou sua promessa à STN, que por sua vez precisou se conformar com uma versão atrasada do texto, recebida de Ferney, com mínimos acréscimos e correções. Esse percalço, aliás, não prejudicou as vendas, porque o mercado tinha espaço suficiente para absorver diversas edições, não apenas aquela produzida pela STN mas também outra, impressa por Marc Michel Rey em Amsterdã, e provavelmente ainda outras. Os livreiros tinham a seu dispor todo um leque de distribuidores, e faziam sua escolha conforme a vantagem que pudessem obter, por menor que fosse, em termos de preço, qualidade, velocidade e confiabilidade na entrega. Rigaud lidava regularmente com editores de Paris, Lyon, Rouen, Avignon e

Genebra. Jogava uns contra os outros e às vezes encomendava o mesmo livro de dois ou três, para ter certeza de que o receberia antes da concorrência. Operando em vários circuitos ao mesmo tempo, aumentava seu espaço de manobra. No caso de *Questions*, porém, acabou tendo sua estratégia superada e precisou receber sua mercadoria pela tortuosa rota Voltaire-Cramer-Voltaire-STN.

Essa rota não fazia mais que levar a obra do autor ao editor. Para que as folhas impressas chegassem a Rigaud em Montpellier saindo da gráfica da STN em Neuchâtel, precisavam dar voltas por um dos estágios mais complexos do circuito do livro. Podiam seguir duas rotas principais. Uma seguia de Neuchâtel a Genebra, Turim, Nice (que ainda não pertencia à França) e Marselha. Tinha a vantagem de contornar o território francês — e, assim, o perigo do confisco —, mas envolvia desvios e gastos imensos. Os livros precisavam cruzar os Alpes e passar por todo um exército de intermediários — despachantes, barqueiros, carroceiros, mercadores, capitães de navios e estivadores — até chegarem ao depósito de Rigaud. Os melhores distribuidores suíços prometiam fazer uma carga chegar até Nice em um mês, cobrando treze *livres* e oito *sous* a cada cem libras de peso; mas suas estimativas se mostraram muito otimistas. A rota direta de Neuchâtel a Lyon, descendo o Ródano, era rápida, barata e fácil — mas perigosa. Os caixotes precisavam ser lacrados assim que entravam na França e inspecionados pela guilda dos livreiros e pelo inspetor real de livros em Lyon, e então reenviados e inspecionados mais uma vez em Montpellier.

Sempre cauteloso, Rigaud pediu à STN que enviasse os primeiros volumes de *Questions* pela rota indireta. Sabia que podia confiar no seu agente em Marselha, Joseph Coulomb, para colocar os livros para dentro da França sem percalços. A carga saiu no dia 9 de dezembro de 1771, mas só chegou depois de março, quando os três primeiros volumes da edição de

Cramer já estavam sendo vendidas pelos concorrentes de Rigaud. Em julho chegaram o segundo e o terceiro volumes, abarrotados de taxas de despacho e danificados por descuidos no manuseio. "Parece que estamos a 5 ou 6 mil léguas de distância", Rigaud reclamou, acrescentando estar arrependido por não ter fechado negócio com Cramer, cujas entregas já estavam no sexto volume. A essa altura, a STN já estava tão preocupada com a chance de perder clientes em todo o sul da França que armou uma operação de contrabando em Lyon. O responsável, um livreiro marginal chamado Joseph-Louis Berthoud, conseguiu passar os volumes 4 e 5 pelos inspetores da guilda, mas logo em seguida seu negócio faliu; para piorar as coisas, o governo francês impôs uma taxa de sessenta *livres* a cada cem libras de peso em todas as importações de livros. A STN voltou à rota alpina, oferecendo-se para levar carregamentos até Nice por quinze *livres* a cada cem libras de peso se Rigaud assumisse o resto das despesas, incluindo o tributo de importação. Mas Rigaud considerou o tributo um golpe tão forte no comércio internacional que suspendeu todas as encomendas de fornecedores estrangeiros. A nova política tarifária havia tornado proibitivamente caro disfarçar obras ilegais como livros permitidos e transportá-los através dos canais de comércio normais.

Em dezembro o agente da STN em Nice, Jacques Deandreis, conseguiu fazer um carregamento do volume 6 de *Questions* para Rigaud passar de algum modo pelo porto de Sète, supostamente fechado para a importação de livros. Em seguida, o governo francês, percebendo ter quase destruído o comércio de livros estrangeiros, baixou a tarifa para 26 *livres* a cada cem libras de peso. Rigaud propôs dividir o custo com os fornecedores: pagaria um terço se eles pagassem o restante. Essa proposta agradou à STN, mas na primavera de 1772 Rigaud concluiu que a rota de Nice era cara demais sob quaisquer condições. Depois de ouvir um número suficiente de reclamações de clientes que haviam chegado à mesma conclusão, a STN enviou a Lyon um

de seus diretores. Ele convenceu um comerciante lionês muito confiável, J.-M. Barret, a liberar seus carregamentos na guilda local e remetê-los aos clientes da província. Graças a esse acordo, os três últimos volumes de *Questions* de Rigaud chegaram sãos e salvos no verão.

Esforços contínuos e despesas consideráveis foram necessários para que a encomenda inteira chegasse em Montpellier, e Rigaud e a STN seguiram reajustando rotas de entrega depois de completar essa transação. Como as pressões políticas e econômicas estavam sempre mudando, era preciso revisar constantemente os acordos com o mundo complexo dos intermediários, que ligavam as editoras às livrarias e muitas vezes determinavam, em última análise, quais livros chegavam aos leitores franceses.

Não se pode determinar como os leitores absorveram os livros. Análises bibliográficas dos exemplares que puderam ser localizados mostram os textos das edições variantes. Um estudo de arquivos notariais em Montpellier poderia indicar quantos exemplares aparecem em heranças, e estatísticas compiladas a partir de catálogos de leilões permitiriam uma estimativa do número presente em bibliotecas particulares de grande escala. Mas, dado o estado atual da documentação, não conseguimos saber quem eram os leitores de Voltaire, ou como responderam à sua obra. A leitura permanece o estágio mais difícil de estudar em todo o circuito do livro.

4.

Todos os estágios eram afetados pelas condições sociais, econômicas, políticas e intelectuais da época; mas, para Rigaud, essas influências mais amplas se faziam sentir num contexto local. Ele vendia livros numa cidade de 31 mil habitantes. Apesar de sua importante indústria têxtil, Montpellier era essencialmente um antigo centro administrativo e religioso, ricamente dotado

de instituições culturais, incluindo uma universidade, uma academia de ciências, doze lojas maçônicas e dezesseis comunidades monásticas. E, por se tratar de uma sede das propriedades provinciais do Languedoc e uma intendência, além de contar com diversos tribunais, a cidade tinha uma população considerável de advogados e funcionários reais. Se eram semelhantes aos seus pares em outros centros de província, provavelmente compunham boa parte da clientela de Rigaud e apreciavam a literatura iluminista. Rigaud não comentava sobre a origem social dos clientes em sua correspondência, mas observou que procuravam obras de Voltaire, Rousseau e Raynal. Assinavam a *Encyclopédie* em peso e requisitavam até mesmo tratados ateístas, como *Système de la nature* e *Philosophie de la nature*. Intelectualmente, Montpellier não era nenhum fim de mundo, e oferecia um terreno fértil para o livro. "O comércio livreiro é muito amplo nesta cidade", comentou um observador em 1768. "Os negociantes vêm mantendo bons estoques nas livrarias desde que os habitantes criaram gosto por ter bibliotecas".

Essas condições favoráveis predominavam na época em que Rigaud encomendou *Questions.* Mas tempos difíceis se abateram no início da década de 1770; e nos anos 1780 Rigaud, como a maioria dos livreiros, reclamava de um grave declínio em seus negócios. Toda a economia francesa se retraiu durante esses anos, de acordo com o registro clássico de C. E. Labrousse. As finanças estatais certamente entraram em colapso: daí o catastrófico tributo sobre livros de 1771, que integrou a tentativa fracassada do controlador geral das finanças, *abbé* Joseph Marie Terray, de reduzir o déficit acumulado ao longo da Guerra dos Sete Anos. O governo também tentou eliminar as edições piratas e os livros proibidos, primeiro reforçando o trabalho policial entre 1771 e 1774 e depois mediante uma reforma geral do comércio livreiro em 1777. Essas medidas acabaram por arruinar as transações de Rigaud com a STN e outras editoras que haviam crescido ao redor das fronteiras da França durante os

anos prósperos da metade do século. Editores estrangeiros produziam tanto edições originais de livros que não passariam pela censura em Paris quanto edições piratas de livros publicados pelas editoras parisienses. Como os parisienses haviam praticamente obtido monopólio sobre a indústria editorial legítima, seus concorrentes das províncias formavam alianças com as editoras estrangeiras e faziam vistas grossas na hora de inspecionar carregamentos vindos de fora do país nas câmaras das guildas provinciais (*chambres syndicales*). No reinado de Luís XIV, o governo usou a guilda parisiense como instrumento de repressão do comércio ilegal: sob Luís XV, porém, ela se tornou cada vez mais permissiva, até uma nova era de rigorismo ter início com a queda do ministro duque de Choiseul, em dezembro de 1770. Desse modo, as relações de Rigaud com a STN se encaixam perfeitamente o padrão econômico e político predominante no ramo livreiro desde o início do século XVIII, que começou a se desintegrar justamente quando as primeiras caixas de *Questions* seguiam seu rumo entre Neuchâtel e Montpellier.

Outras pesquisas poderiam revelar outros padrões, pois o modelo não precisa ser aplicado desta forma, ou nem mesmo levado em conta. Não estou afirmando que a história do livro deva ser escrita segundo uma fórmula padronizada, mas tentando mostrar como seus segmentos díspares podem se articular dentro de um único esquema conceitual. Outros historiadores do livro podem preferir esquemas diferentes. Podem se concentrar no comércio livreiro de todo o Languedoc, como fez Madeleine Ventre; ou na bibliografia geral de Voltaire, como estão fazendo Giles Barber, Jeroom Vercruysse e outros; ou no padrão geral da produção de livros na França do século XVIII, à moda de François Furet e Robert Estivals. Como quer que definam seu tema, porém, não serão capazes de extrair seu significado pleno até que o relacionem a todos os elementos que funcionavam em conjunto num circuito de

transmissão de textos. Para tornar meu argumento mais claro, revisarei mais uma vez o circuito-modelo, apontando questões cuja investigação foi bem-sucedida ou que parecem prontas para pesquisas adicionais.

1. Autores

Apesar da proliferação de biografias de grandes escritores, as condições básicas da autoria continuam obscuras na maioria dos períodos da história. Em que ponto os escritores se libertaram do patrocínio dos nobres ricos e do Estado, para então viverem de suas penas? Qual era a natureza de uma carreira literária, e como era conduzida? Como os escritores lidavam com editores, gráficos, livreiros, resenhistas e com os próprios colegas? Até que essas perguntas sejam respondidas, não teremos uma compreensão integral sobre a transmissão de textos. Voltaire pôde fazer alianças secretas com editores piratas porque não vivia de literatura. Um século mais tarde, Zola proclamou que um escritor conquistava a independência vendendo sua obra ao maior lance. Como ocorreu essa transformação? O trabalho de John Lough começa a oferecer uma resposta, mas pesquisas mais sistemáticas sobre a evolução da República das Letras na França poderiam ser realizadas através de registros policiais, almanaques literários e bibliografias (*La France littéraire* lista nomes e obras de 1187 escritores em 1757, e 3089 em 1784). Na Alemanha a situação é mais obscura, por causa da fragmentação dos estados germânicos antes de 1871. Mas os estudiosos alemães estão começando a explorar fontes como *Das gelehrte Teutschland*, que lista 4 mil escritores em 1779, e a mapear as ligações entre autores, editores e leitores em estudos regionais e monográficos. Marino Berengo demonstrou o quanto se pode descobrir a respeito das relações entre autor e editor na Itália. E o trabalho de A. S. Collins ainda oferece uma excelente análise da questão da autoria na Inglaterra, embora precise ser atualizado e ampliado para além do século XVIII.

2. Editores

Agora o papel-chave dos editores está ficando mais claro, graças a artigos publicados no *Journal of Publishing History* e a monografias como *The world of Aldus Manutius* [O mundo de Aldus Manutius], de Martin Lowry, *Charles Dickens and his publishers* [Charles Dickens e seus editores], de Robert Patten, e *Entrepreneurs of ideology: Neoconservative publishers in Germany, 1890-1933* [Empresários da ideologia: Editores neoconservadores na Alemanha, 1890-1933], de Gary Stark. Mas a evolução do editor como figura distinta, em contraste com o mestre livreiro e o gráfico, ainda carece de estudos sistemáticos. Os historiadores mal começaram a explorar os documentos dos editores, embora sejam as fontes mais ricas de todas para a história do livro. Por exemplo: os arquivos da Cotta Verlag, em Marbach, abrigam pelo menos 150 mil documentos, que só foram examinados superficialmente em busca de referências a Goethe, Schiller e outros autores famosos. Investigações adicionais certamente revelariam uma quantidade imensa de informações sobre o livro como uma força na Alemanha do século XIX. Como os editores firmavam contratos com os autores, faziam alianças com livreiros, negociavam com autoridades políticas e lidavam com finanças, fornecimentos, cargas e publicidade? As respostas a essas perguntas conduziriam a história do livro ao coração do território da história social, política e econômica, com benefícios mútuos.

O Project for Historical Biobibliography, em Newcastle upon Tyne, e o Institut de Littérature et de Techniques Artistiques de Masse, em Bordeaux, ilustram os rumos já tomados por esse tipo de trabalho interdisciplinar. O grupo de Bordeaux tentou rastrear livros através de diferentes sistemas de distribuição para tentar revelar a experiência literária de diferentes grupos na França contemporânea. Os pesquisadores de Newcastle estudaram o processo de difusão através da análise quantitativa de listas de assinantes, utilizadas

amplamente nas campanhas de vendas de editores britânicos do início do século XVII ao final do século XIX. Um trabalho similar poderia ser realizado estudando-se catálogos e prospectos de editoras arquivados em centros de pesquisa como a Biblioteca Newberry, em Chicago. A propaganda de livros é um tema que precisa ser investigado por inteiro. Aprenderíamos bastante sobre as atitudes em relação aos livros e o contexto de seu uso estudando a maneira como eram apresentados — a estratégia do apelo, os valores invocados pela escolha de palavras — em todo tipo de publicidade, dos anúncios em jornais aos cartazes de rua. Historiadores americanos utilizaram anúncios de jornais para mapear a propagação da palavra impressa entre os setores mais isolados da sociedade colonial. Consultando os documentos dos editores, poderiam mergulhar ainda mais fundo nos séculos XIX e XX. Infelizmente, porém, editores costumam tratar seus arquivos como lixo. Ainda que ocasionalmente guardem as cartas de algum autor famoso, jogam no lixo os livros contábeis e as correspondências comerciais, que costumam ser as fontes de informação mais importantes para o historiador do livro. O Center for the Book da Biblioteca do Congresso está compilando um guia de arquivos de editoras. Se estes forem preservados e estudados, podem oferecer uma perspectiva diferente sobre todo o desenrolar da história americana.

3. Gráficos

Conhecemos bem melhor a gráfica do que os outros estágios de produção e difusão de livros. Ela foi um tema predileto de estudos no campo da bibliografia analítica, cujo propósito, como definido por R. B. McKerrow e Philip Gaskell, é "elucidar a transmissão de textos mediante a explicação dos processos de produção de livros". Bibliógrafos deram contribuições importantes à crítica textual, especialmente nos estudos shakespearianos, construindo inferências a partir da estrutura de um livro, passando ao seu processo de impressão e em seguida a um texto original, como os manuscritos

perdidos de Shakespeare. Essa linha de raciocínio foi recentemente questionada por D. F. McKenzie. Mas, ainda que nunca consigam reconstruir um Shakespeare Primordial, os bibliógrafos podem demonstrar a existência de edições diferentes de um texto e estados diferentes de uma mesma edição, habilidades necessárias nos estudos da difusão. Suas técnicas também nos permitem decifrar os registros dos editores e, assim, abrem uma fase nova, arquivística, na história da impressão. Graças ao trabalho de McKenzie, Leon Voet, Raymond de Roover e Jacques Rychner, temos agora uma visão clara de como as gráficas operavam durante o período do prelo manual (grosso modo, de 1500 a 1800). Os períodos posteriores carecem de mais pesquisas, e novas perguntas podem ser feitas: como os gráficos calculavam custos e organizavam a produção, especialmente depois que a impressão de circulares e o jornalismo se disseminaram? Qual foi a mudança nos orçamentos dos livros depois da introdução do papel feito à máquina na primeira década do século XIX e do linotipo na década de 1880? Como as mudanças tecnológicas afetaram o gerenciamento da mão de obra? Qual foi o papel histórico desempenhado pelos tipógrafos experientes, um setor excepcionalmente articulado e militante da classe trabalhadora? A bibliografia analítica pode parecer hermética quando vista de fora, mas poderia dar uma grande contribuição tanto à história social quanto à história literária, especialmente se temperada com uma leitura dos manuais e autobiografias dos gráficos, começando por Thomas Platter, Thomas Gent, N. E. Restif de la Bretonne, Benjamin Franklin e Charles Manby Smith.

4. Distribuidores

Pouco se sabe sobre a forma como os livros chegavam às livrarias depois de saírem das gráficas. A carroça, a barcaça, o navio mercante, o correio e a ferrovia podem ter sido mais influentes do que se imagina na história da literatura. Embora os meios de transporte provavelmente tenham exercido pouca

influência sobre o comércio em grandes centros editoriais, como Londres e Paris, às vezes determinavam o fluxo e refluxo dos negócios em áreas mais afastadas. Antes do século XIX os livros costumavam ser enviados em folhas, para que o cliente as encadernasse da maneira desejada por seu gosto e permitida por seu bolso. Viajavam em grandes fardos, embalados em papel grosso, e eram facilmente danificados pela chuva e pela fricção das cordas. Tinham baixo valor intrínseco em comparação com mercadorias como os têxteis, mas seus custos de transporte eram altos por causa do tamanho e do peso das folhas. Assim, o frete constituía uma proporção considerável do custo total de um livro e tinha um lugar de destaque na estratégia de marketing dos editores. Em muitas partes da Europa os editores não podiam contar com o transporte de carregamentos aos livreiros em agosto e setembro, porque os carroceiros abandonavam o serviço para trabalhar na colheita. Na região do Báltico o comércio muitas vezes era interrompido depois de outubro, pois o gelo fechava os portos. Rotas eram abertas e fechadas por toda parte em resposta às pressões de guerras, política e até mesmo taxas de seguro. A literatura não ortodoxa foi transportada às escondidas em imensas quantidades do século XVI até os dias de hoje, e sua influência variou de acordo com a eficácia dos esquemas de contrabando. E outros gêneros mais populares, como os *chapbooks* e romances baratos, circulavam por sistemas de distribuição especiais que precisam ser mais bem estudados, embora historiadores do livro estejam começando a preparar parte do terreno.

5. Livreiros

Graças a alguns estudos clássicos — H. W. Bennett sobre a Inglaterra no início da era moderna, L. C. Wroth sobre os Estados Unidos no período colonial, H.-J. Martin sobre a França do século XVII e Johann Goldfriedrich sobre a Alemanha —, podemos montar um panorama geral da evolução do comércio livreiro. Mas precisamos de mais trabalhos sobre o livreiro como agente

cultural, o intermediário que mediava oferta e demanda em seu principal ponto de contato. Ainda não sabemos o bastante sobre o mundo social e intelectual de homens como Rigaud, sobre seus valores e gostos e sobre como se encaixavam em suas comunidades. Eles também operavam redes comerciais, que se expandiam e desmoronavam como alianças no mundo diplomático. Que leis governavam a ascensão e a queda dos impérios comerciais no ramo editorial? Uma comparação de histórias nacionais poderia revelar algumas tendências genéricas, como a força centrípeta de grandes centros como Londres, Paris, Frankfurt e Leipzig, que atraíam casas provinciais para suas órbitas, e a compensação representada pela tendência de alianças entre comerciantes da província e distribuidores em enclaves independentes como Liège, Bouillon, Neuchâtel, Genebra e Avignon. Mas é difícil fazer comparações, porque o ramo livreiro funcionava através de instituições diferentes em países diferentes, e isso gerava tipos diferentes de arquivos. Os registros da London Stationers' Company, da Communauté des Libraires et Imprimeurs de Paris e das feiras de livros de Leipzig e Frankfurt tiveram uma enorme influência sobre os diferentes rumos tomados pela história do livro na Inglaterra, na França e na Alemanha.

No entanto, em toda parte os livros eram vendidos como mercadoria. Um estudo mais descaradamente econômico sobre eles concederia uma nova perspectiva à história da literatura. James Barnes, John Tebbel e Frédéric Barbier demonstraram a importância do elemento econômico no comércio livreiro da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França no século XIX. Mas há mais trabalho a ser feito — sobre mecanismos de crédito, por exemplo, e as técnicas de negociação de letras de câmbio, de defesas contra suspensões de pagamento e do uso cambial de folhas impressas no lugar do pagamento em espécie. Como todos os outros negócios na Renascença e no início da era moderna, o ramo livreiro consistia acima de tudo num jogo de confiança, mas ainda não sabemos como era jogado.

6. Leitores

Apesar de contarmos com uma literatura considerável a respeito de sua psicologia, fenomenologia, textologia e sociologia, a leitura permanece um mistério. Como os leitores entendem os sinais na página impressa? Quais são os efeitos sociais dessa experiência? Como ela variou? Estudiosos de literatura, como Wayne Booth, Stanley Fish, Wolfgang Iser, Walter Ong e Jonathan Culler tornaram a leitura uma preocupação central da crítica textual porque compreendiam a literatura como uma atividade, a construção de sentido dentro de um sistema de comunicação, e não como um cânone de textos. O historiador do livro poderia utilizar seus conceitos de públicos fictícios, leitores implícitos e comunidades interpretativas, mas talvez considere suas observações um tanto datadas. Embora os críticos saibam navegar pela história literária (são especialmente fortes sobre a Inglaterra do século XVII), parecem supor que os textos sempre atuaram da mesma forma na sensibilidade dos leitores. Mas um burguês londrino do século XVII vivia num universo mental diferente do universo de um professor do século XX. A própria leitura mudou ao longo do tempo. Antes costumava ser realizada em voz alta, em grupos, ou em segredo e com uma intensidade que nos dias de hoje talvez nem sejamos capazes de imaginar. Carlo Ginzburg mostrou quanto sentido um moleiro do século XVI conseguia infundir num texto, e Margaret Spufford demonstrou que trabalhadores ainda mais humildes se esforçavam para dominar a palavra impressa na era da *Areopagitica.* Em todas as partes da Europa no início da era moderna, dos colegas de Montaigne aos colegas de Menocchio, todos os leitores extraíam significado dos livros; não se limitavam a decifrá-los. Ler era uma paixão muito antes da *Lesewut* e da *Wertherfieber* da era romântica; e ainda guarda em si certo *Sturm und Drang*, apesar da moda da leitura dinâmica e da visão mecanicista da literatura como codificação e decodificação de mensagens.

Mas textos moldam a reação dos leitores, por mais ativos que estes possam ser. Como observou Walter Ong, as páginas iniciais de *Contos de Cantuária* e *Adeus às armas* criam uma moldura e concedem ao leitor um papel que ele não pode evitar, não importa qual seja sua opinião sobre peregrinações e guerras civis. Tanto a tipografia quanto o estilo e a sintaxe determinam as formas como os textos transmitem sentidos. McKenzie mostrou que o William Congreve desbocado e rebelde das primeiras edições em quarto se transformou no neoclassicista decoroso dos *Works* (1710) como consequência do projeto gráfico do livro, e não por conta de expurgos. A história da leitura terá de levar em conta as maneiras usadas pelos textos para limitar os leitores, bem como as formas de os leitores tomarem liberdades com os textos. A tensão entre essas tendências existiu sempre que homens se confrontaram com livros e já produziu alguns resultados extraordinários, como a leitura das epístolas paulinas feita por Lutero, a leitura de *Le Misanthrope* por Rousseau e a leitura de Kierkegaard do sacrifício de Isaac.

Se é possível retomar as grandes releituras do passado, a experiência interior dos leitores comuns pode estar fora de nosso alcance para sempre. Mas deveríamos ao menos ser capazes de reconstruir boa parte do contexto social da leitura. O debate a respeito da leitura silenciosa na Idade Média produziu evidências impressionantes sobre os hábitos de leitura; e estudos das sociedades de leitura na Alemanha, onde floresceram de forma extraordinária nos séculos XVIII e XIX, demonstraram a importância da leitura no desenvolvimento de um estilo cultural distintamente burguês. Estudiosos alemães também colaboraram bastante para a história das bibliotecas e para todo tipo de estudos da recepção. Seguindo um conceito de Rolf Engelsing, eles muitas vezes afirmam que os hábitos de leitura se transformaram ao final do século XVIII. Antes da *Leserevolution*, os leitores tendiam a estudar laboriosa e repetidamente um pequeno número de textos, em especial a Bíblia. Depois dessa revolução, passaram a consumir vorazmente todo tipo de material, buscando

entretenimento em vez de edificação. Essa passagem da leitura intensiva para a extensiva coincidiu com uma dessacralização da palavra impressa. O mundo começou a ficar abarrotado de material de leitura, e textos começaram a ser vistos como mercadorias tão descartáveis quanto o jornal do dia anterior. Essa interpretação foi recentemente questionada por Reinhart Siegert, Martin Welke e outros jovens acadêmicos, que descobriram leitura "intensiva" na recepção de obras efêmeras, como almanaques e jornais, especialmente o *Noth-und Hülfsbüchlein*, de Rudolph Zacharias Becker, um best-seller extraordinário da *Goethezeit*. Mas, mantido ou não o conceito de uma revolução na leitura, ele ajudou a alinhar as pesquisas sobre leitura com questões gerais de história social e cultural. Pode-se dizer o mesmo das pesquisas sobre alfabetização, que permitiram aos estudiosos detectar os contornos vagos de diversos públicos leitores de duzentos, trezentos anos atrás e atribuir livros a leitores em diversos níveis da sociedade. Quanto mais baixo o nível, mais intenso o estudo. A literatura popular tem sido um tópico favorito de pesquisas na última década, apesar de uma tendência crescente de questionar a ideia de que livretos baratos como a *bibliothèque bleue* representavam uma cultura autônoma das pessoas comuns, ou que seja possível fazer uma distinção clara entre tendências de cultura "de elite" e "popular". Hoje parece inadequado encarar a mudança cultural como um movimento linear de influências, ocorrido gradualmente de cima para baixo. As correntes tanto subiam quanto desciam, fundindo-se e mesclando-se nesse processo. Personagens como Gargântua, Cinderela e Buscón transitavam nos dois sentidos através de tradições orais, folhetos e literatura sofisticada, mudando tanto de nacionalidade quanto de gênero. Podemos rastrear até mesmo as metamorfoses de personagens fixos dos almanaques. O que a reencarnação de *Poor Richard* como *le Bonhomme Richard* revela sobre a cultura literária nos Estados Unidos e na França? E o que podemos aprender sobre as relações entre

Alemanha e França acompanhando o Mensageiro Manco (*der hinkende Bote, le messager boiteux*) pelo tráfego de almanaques ao longo do Reno?

Perguntas sobre quem lê o quê, em quais condições, em qual momento e com qual efeito conectam os estudos da leitura à sociologia. O historiador do livro poderia aprender a explorar essas questões com o trabalho de Douglas Waples, Bernard Berelson, Paul Lazarsfeld e Pierre Bourdieu. Poderia se inspirar nas pesquisas sobre leitura que vicejaram na pós-graduação em biblioteconomia da Universidade de Chicago de 1930 a 1950, e que vez por outra ainda ressurgem num ocasional relatório Gallup. E, como exemplo da tendência sociológica na historiografia, poderia consultar os estudos sobre leitura (e não leitura) entre a classe trabalhadora da Inglaterra nos últimos dois séculos, realizados por Richar Altick, Robert Webb e Richard Hoggart. Todos esses trabalhos se abrem para um problema maior: como a exposição à palavra escrita afeta o modo de pensar dos homens? É possível que a invenção do tipo móvel tenha transformado o universo mental do homem? Talvez não exista uma única resposta satisfatória a essa pergunta, porque ela diz respeito a muitos aspectos diferentes da vida na Europa no começo da era moderna, como demonstrou Elizabeth Eisenstein. Mas deveria ser possível chegar a uma compreensão mais sólida do sentido concedido aos livros pelas pessoas. Seu uso em juramentos, troca de presentes, concessão de prêmios e doação de heranças forneceria indícios de seu significado para diferentes sociedades. A iconografia dos livros poderia revelar o peso de sua autoridade, mesmo para trabalhadores braçais analfabetos que se sentavam nas igrejas perante imagens das tábuas de Moisés. O lugar dos livros no folclore, e os motivos folclóricos nos livros, demonstram que as influências foram mútuas quando as tradições orais entraram em contato com os textos impressos, e que os livros precisam ser estudados em relação com outras mídias. Essas linhas de pesquisa poderiam levar a diversos rumos, mas em última análise todos

deveriam oferecer uma compreensão maior sobre como a imprensa moldou as tentativas do homem de extrair sentido da condição humana.

É fácil esquecer as dimensões mais amplas dessa empreitada, pois os historiadores do livro costumam se perder em desvios esotéricos e especializações isoladas. Suas pesquisas podem ser tão fragmentadas, mesmo nos limites da literatura de um único país, que pensar na história do livro como um tema único, a ser estudado de uma perspectiva comparativa ao longo de todo o leque de disciplinas históricas, pode parecer tolice. Mas os próprios livros não respeitam limites, sejam eles linguísticos ou nacionais. Muitas vezes foram escritos por autores que pertenciam a uma República das Letras internacional, compostos por gráficos que não trabalhavam em sua língua materna, vendidos por livreiros que operavam cruzando fronteiras nacionais e lidos num idioma por leitores que falavam outro. Quando tratado como objeto de estudo, o livro também se recusa a ser confinado pelos limites de uma única disciplina. Nem a história, nem a literatura, nem a economia, nem a sociologia nem a bibliografia podem fazer justiça a todos os aspectos da vida de um livro. Assim, por sua própria natureza, a história do livro deve ser internacional em escala e interdisciplinar em método. Mas não precisa se abster de coerência conceitual; o livro pertence a circuitos de comunicação que operam dentro de padrões consistentes, por mais complexos que pareçam. Ao revelar esses circuitos, os historiadores podem mostrar que os livros não apenas relatam a história; eles fazem a história.

22 Para não poluir o ensaio com aparatos acadêmicos, eliminei todas as notas de rodapé. Elas podem ser consultadas no texto original do artigo, "*What Is the History of Books"*, em *Daedalus* (Verão de 1982), pp. 65-83.

Bibliografia

Baker, Nicholson. *Double fold: Libraries and the assault on paper.* Nova York: Random House, 2001.

Bowers, Fredson. *Principles of bibliographical description.* Princeton: Princeton University Press, 1949.

Gallup-Diaz, Ignacio. *The door of the seas and key to the universe: Indian politics and the imperial rivalry in the Darien, 1640-1750*. Nova York: Columbia University Press, 2001.

Gaskell, Philip. *A new introduction to bibliography.* Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1972.

Gengenbach, Heidi. *Binding memories: Women as makers and tellers of history in Magude, Mozambique.* West Sussex, NY: Columbia University Press, 2005.

Gere, J. A. e John Sparrow (editores). *Geoffrey Madan's notebooks.* Oxford e Nova York: Oxford University Press, 1981. Reimpresso em 1985.

Hinman, Charlton. *The printing and proof-reading of the First Folio of Shakespeare.* Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1963.

Lockridge, Kenneth A. *On the sources of patriarchal rage. The commonplace books of William Byrd and Thomas Jefferson and the gendering of power in the eighteenth century.* Nova York: New York University Press, 1992.

Lowry, Martin. *The world of Aldus Manutius: Business and scholarship in Renaissance Venice.* Londres: Blackwell, 1979.

McKenzie, D. F. *Making meaning. "Printers of the mind" and other essays.* Peter D. McDonald e Michael F. Suarez, S. J. (editores). Amherst e Boston: University of Massachusetts Press, 2002.

McKenzie, Donald F. *The Cambridge University Press, 1696-1712.* Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 1966.

McKerrow, R. B. *An introduction to bibliography for literary students.* Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1928.

Norton, Mary Beth e Pamela Gerardi (editoras). *The American Historical Association's Guide to Historical Literature*, 2 volumes. Nova York: Oxford University Press, 1995.

Orgel, Stephen e A. R. Braunmuller (editores). *The complete Pelican Shakespeare*. Londres e Nova York: Penguin, 2002.

Patten, Robert L. e Robert Patten. *Charles Dickens and his publishers.* Santa Cruz, CA: Dickens Project, University of California, 1991.

Sharpe, Kevin. *Reading revolutions. The politics of reading in early modern England.* New Haven, CT: Yale University Press, 2000.

Stark, Gary D. *Entrepreneurs of ideology: Neoconservative publishers in Germany, 1890-1933.* University of North Carolina, 1981.

Thomson, John (editor). *Books & bibliography: Essays in commemoration of Don McKenzie.* Wellington, Nova Zelândia: Victoria University Press, 2002.

Wells, Stanley e Gary Taylor (editores). *The complete Oxford Shakespeare.* Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 1987.

Wilson, Douglas L. *Jefferson's literary commonplace book.* Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.

Wilson, F. P. *Shakespeare and the new bibliography.* Helen Gardner (editora). Oxford, Inglaterra: Clarendon Press, 1970.

Copyright © 2009 by Robert Darnton

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original
The case for books — Past, Present and Future

Capa
Mariana Newlands

Foto de capa
© Michael St. Maur Sheil/ Corbis (DC)/ LatinStock

Preparação
Cacilda Guerra

Revisão
Marise S. Leal

ISBN 978-85-8086-057-3

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ LTDA.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone (11) 3707-3500
Fax (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br

@Created by PDF to ePub